



UNIVERSIDADE FEDERAL
DE RONDONÓPOLIS



PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

REITORA

Prof.^a Dr.^a Analy Castilho Polizel

VICE REITOR

Prof. Dr. Renato Nataniel Wasques

PRÓ-REITORA DE GRADUAÇÃO

Prof.^a Dr.^a Niedja Marizze Alves Leal

DIRETORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

Prof. Dr. Antonio Henrique Coutelo de Moraes

DIRETOR DE REGISTRO E CONTROLE ACADÊMICO

José Renato Mendonça

DIRETORA DE BIBLIOTECA

M.^a Renata Bezerra Valeriano

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO BACHARELADO EM
CIÊNCIAS ECONÔMICAS
(2026-2032)

RONDONÓPOLIS – MATO GROSSO
2025

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

A Comissão Elaboradora do Projeto Pedagógico do Curso, designada pela Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, por meio da Portaria nº 2, de 19 de fevereiro de 2025, assinada pela Pró-Reitora Niedja Marizze Cezar Alves, é composta pelos seguintes membros:

- Prof. Dr. Luis Gustavo Baricelo (Presidente)
- Prof. Dr. Ney Iared Reynaldo
- Prof. Dr. Juliano de Moraes Galle
- Prof. Dr. Carlos Eduardo de Freitas
- Prof. Dr. Cláudio Eurico Seibert Fernandes da Silva

Destaca-se que o este processo se iniciou em 2023, com a Portaria PROEG/UFR N° 12, de 17 de fevereiro de 2023 sendo os seguintes membros:

- Prof. Dr. Renato Nataniel Wasques (Presidente)
- Profa. Dra. Angel dos Santos Fachinelli Ferrarini
- Prof. Dr. Carlos Eduardo de Freitas
- Prof. Dr. Luis Gustavo Baricelo
- Profa. Dra. Kelly Cardoso Faro

No ano de 2024, os trabalhos tiveram continuidade a partir da Portaria nº 18, de 12 de março de 2024, sendo composta pelos seguintes membros:

- Profa. Dra. Angel dos Santos Fachinelli Ferrarini (Presidente)
- Prof. Dr. Luis Gustavo Baricelo
- Prof. Dr. Ney Iared Reynaldo
- Prof. Dr. Djalma Adão Barbosa Júnior
- Prof. Dr. Carlos Eduardo de Freitas

Sumário

1. APRESENTAÇÃO.....	8
1.1 Perfil e Missão da Universidade Federal de Rondonópolis -UFR.....	8
1.2 Dados da Instituição.....	10
1.3 Histórico do curso e Justificativa.....	11
1.4 Políticas Institucionais no Âmbito do Curso.....	13
2. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA.....	16
2.1 Dados do Curso.....	16
2.2 Formas de ingresso no curso.....	16
2.3 Objetivos do curso.....	17
2.4 Perfil do Egresso e Áreas de Atuação.....	18
2.5 Modalidades de Ensino.....	20
2.6 Estrutura Curricular.....	21
2.6.1 Matriz curricular.....	22
2.6.2 Proposta de fluxo curricular.....	26
2.6.3 Disciplinas obrigatórias e optativas.....	29
2.6.4 Pré-requisitos e quebras de pré-requisitos.....	30
2.6.5 Aproveitamento de disciplinas.....	30
2.6.6 Atividades curriculares de extensão.....	31
2.6.7 Estágio supervisionado não obrigatório.....	34
2.6.8 Trabalho de conclusão de curso.....	34
2.6.9 Atividades complementares.....	37
3. METODOLOGIA DE ENSINO.....	39
3.1 Aspectos gerais.....	39

3.2	Atividade de Tutoria.....	42
3.3	TIC no Processo de Ensino-Aprendizagem.....	43
3.4	Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).....	45
3.5	Material didático.....	47
3.6	Interdisciplinaridade.....	48
3.7	Integração com a pesquisa e pós-graduação.....	49
4.	APOIO AO DISCENTE.....	50
4.1	Programas Institucionais De Apoio Pedagógico Ao Discente.....	51
4.2	Programas de Apoio à mobilidade Nacional e Internacional.....	52
4.4	Apoio à participação discente em entidades estudantis e órgãos colegiados.....	53
4.5	Apoio Pedagógico, de infraestrutura física e Permanência.....	53
5	AVALIAÇÃO.....	54
5.2	Avaliação da extensão (curricularização e creditação).....	57
5.3	Avaliação externa e autoavaliação do curso.....	60
6	CORPO DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO.....	61
6.1	Corpo Docente.....	61
6.1.1	Quadro descritivo do corpo docente.....	62
6.2	Quadro descritivo do corpo técnico-administrativo.....	62
6.3	Equipe multidisciplinar.....	63
6.3.1	Quadro descritivo da equipe multidisciplinar.....	64
7	INFRAESTRUTURA.....	65
7.1	Sala De Trabalho Para Professores Em Tempo Integral.....	65
7.2	Sala De Trabalho Para a Coordenação De Curso.....	65

7.3	Sala de aula.....	65
7.4	Ambiente de Convivência.....	66
7.5	Laboratórios.....	67
7.5.1	Quadro de Laboratórios.....	68
7.6	Biblioteca.....	68
8	GESTÃO DO CURSO.....	70
8.1	Núcleo Docente Estruturante.....	70
8.2	Colegiado de Curso.....	70
8.3	Comité de Ética em Pesquisa.....	73
8.4	Coordenação do Curso.....	75
9	EQUIVALÊNCIA DE MATRIZES CURRICULARES.....	78
9.1	Plano de Migração de Fluxo Curricular.....	78
9.1.1	Plano de Migração de Fluxo Curricular (2025/2).....	79
9.1.2	Plano de Migração de Fluxo Curricular (2025/1).....	80
9.1.3	Plano de Migração de Fluxo Curricular (2024/2).....	81
9.1.4	Plano de Migração de Fluxo Curricular (2024/1).....	82
9.1.5	Plano de Migração de Fluxo Curricular (2023/2).....	82
9.1.6	Plano de Migração de Fluxo Curricular (2023/1).....	83
10	REFERÊNCIAS.....	84
6	APÊNDICE I – EMENTÁRIO.....	87
7	APÊNDICE II – REGULAMENTO DA INSERÇÃO CURRICULAR DA EXTENSÃO.....	150
8	APÊNDICE III – REGULAMENTO DO ESTÁGIO.....	154
9	APÊNDICE IV – REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO.....	160
10	APÊNDICE V- REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES.....	164

11	APÊNDICE VI – REGULAMENTO LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA.....	165
12	APÊNDICE VIII – EQUIVALÊNCIA DOS FLUXOS CURRICULARES.....	169

1. APRESENTAÇÃO

1.1 Perfil e Missão da Universidade Federal de Rondonópolis -UFR

A Universidade Federal de Rondonópolis foi criada por desmembramento do campus da Universidade Federal de Mato Grosso, pela Lei nº 13.637, de 20 de março de 2018. Sua implantação, contudo, enquanto universidade autônoma, deu-se efetivamente com a nomeação da reitora e após a inscrição da nova instituição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), sob o número 35.854.176/0001-95.

A Profª Drª Analy Castilho Polizel de Souza foi designada para exercer o cargo de Reitora ProTempore da UFR por meio da Portaria MEC nº 2.122, de 10 de dezembro de 2019.

A UFR é a segunda universidade pública federal do estado de Mato Grosso. Sua trajetória, enquanto campus da UFMT, possui mais de 40 anos, considerando-se a criação do Centro Pedagógico de Rondonópolis (CPR) em 31 de março de 1976, nessa época ligado à Universidade Federal de Mato Grosso, integrando-se à UFMT, conforme Resolução CD/UFMT nº 05, de 09 de janeiro de 1980.

As demandas da comunidade local e a necessidade de expansão da própria universidade aceleraram a política de interiorização, com base em diretrizes pré-estabelecidas e ratificadas na estrutura organizacional do campus. Dessa forma, procedeu-se aos estudos para a elaboração do projeto de criação de novos cursos já no segundo semestre do mesmo ano. Tais estudos permitiram a opção por três cursos de graduação oferecidos já no primeiro semestre do ano subsequente, a saber: Pedagogia (com habilitações em Supervisão Escolar e Magistério das Matérias Pedagógicas do Segundo Grau), Letras (com habilitação em Português e Literaturas de Língua Portuguesa) e Ciências Contábeis.

É oportuno ressaltar que, desde a criação do CPR, o qual se tornou o campus de Rondonópolis da UFMT, os dois primeiros cursos funcionavam, inicialmente, em algumas salas de aula da Escola Estadual Adolfo Augusto de Moraes e no Salão Paroquial da Igreja Santa Cruz e, posteriormente, na Escola Estadual de 1º e 2º Graus Joaquim Nunes Rocha.

O curso de Ciências Contábeis encontrou lugar no prédio da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). A criação de novos cursos provocou a exigência da construção de uma sede própria para o campus, que ocorreu em abril de 1983. Em 1986, foram implantados os cursos de licenciatura plena em História e em Geografia e, em 1988, os cursos de licenciatura plena em Matemática e em Biologia.

Como se pode conferir, foram muitas as mudanças no município de Rondonópolis e nos cursos ofertados pelo campus universitário. Todas essas mudanças exigiram ampla mobilização da comunidade na luta por novos cursos, ampliação e melhoria da infraestrutura física, pavimentação das vias de acesso ao campus, criação e oferta de linhas de transporte público e políticas de inclusão e permanência na universidade.

A mobilização da comunidade universitária, com o apoio de vários setores da sociedade, possibilitou que, em 2007, o Campus Universitário de Rondonópolis (CUR) implementasse ações para a criação da UFR. No ano de 2008, um grupo representativo do campus, constituído por docentes, autoridades e políticos locais, levou ao então Ministro da Educação o projeto de criação da UFR.

Após analisar a proposta, o Ministério da Educação (MEC) apresentou exigências que resultaram em uma série de ações preparatórias à nova universidade. Dentre essas ações, destacam-se o projeto de criação do curso de Medicina; a expansão da pós-graduação, com programas de especialização, mestrado e doutorado; o aumento no número de projetos de extensão comunitária; a melhora expressiva em termos de infraestrutura, a assistência estudantil e o incentivo à iniciação científica e iniciação à docência. Essas ações contaram com o empenho dos servidores docentes e técnicos do campus universitário para cumprir as metas necessárias, as quais foram indicadas pelo MEC para a criação da UFR.

Após analisar a proposta, o Ministério da Educação (MEC) apresentou exigências que resultaram em uma série de ações preparatórias à nova universidade. Dentre essas ações, destacam-se o projeto de criação do curso de Medicina; a expansão da pós-graduação, com programas de especialização, mestrado e doutorado; o aumento no número de projetos de extensão comunitária; a melhora expressiva em termos de infraestrutura, a assistência estudantil e o incentivo à iniciação científica e iniciação à docência. Essas ações contaram

com o empenho dos servidores docentes e técnicos do campus universitário para cumprir as metas necessárias, as quais foram indicadas pelo MEC para a criação da UFR.

Em 2014, a luta em prol da emancipação do campus de Rondonópolis continuou mais intensa na comunidade universitária e ganhou importante apoio externo. Nesse mesmo ano, foi criado o Comitê Pró-UFR, formado pela sociedade civil organizada, que contou com representações políticas do Estado e da própria comunidade universitária. As ações desse comitê foram importantes para o processo de criação da UFR.

Desse modo, a identidade institucional da UFR foi construída, em sua trajetória histórica, por meio de lutas, engajamento social e político, e do importante papel na formação de profissionais de diferentes áreas do conhecimento para um mercado de trabalho cada vez mais dinâmico.

No ano de 2020, após imenso esforço e dedicação conjunta de estudantes, professores e técnicos, a UFR conta com mais de 4.300 estudantes matriculados em 19 cursos regulares de graduação presencial e 13 cursos de pós-graduação. São mais de 300 professores concursados, aproximadamente 38 substitutos e 81 servidores técnico-administrativos em educação que trabalham com o objetivo de contribuir para o fortalecimento da UFR no tripé ensino, pesquisa e extensão, em todas as áreas do conhecimento, guiando-se por padrões de qualidade que contribuem para a formação de profissionais e pesquisadores competentes e, sobretudo, éticos. No ano de 2024 a UFR passou a contemplar 23 cursos de graduação.

Situada a 210 km da capital do estado de Mato Grosso, Cuiabá, a UFR encontra-se em uma região caracterizada por diversa e extensiva área de transição entre biomas e nascentes de rios que compõem as bacias dos rios Araguaia e Paraguai, com rica paisagem e formações geológicas. O município também ocupa uma posição de destaque, caracterizando-se como centro econômico dinâmico da região, com taxa média de crescimento real superior à média do Estado, fato que o torna foco de interesse para investidores e para a consolidação de novos negócios.

Nossa missão é promover excelência em ensino, pesquisa e extensão, por meio de ações e políticas que incentivem a criatividade, a inovação, a internacionalização, a sustentabilidade e o respeito pelos biomas, privilegiando a formação de profissionais

qualificados, éticos e aptos a adaptarem-se às necessidades da sociedade voltadas à construção e à manutenção da democracia e da justiça social.

(Fonte: Anexo único da Resolução CONSUNI/UFR nº 40, de 22 de junho 2021)

1.2 Dados da Instituição		
Universidade Federal de Rondonópolis	CNPJ 35.854.176/0001-95	
Código E-MEC 25352		
Avenida dos Estudantes	Nº 5055	
Bairro Cidade Universitária		
CEP 78.736-000	Rondonópolis	Mato Grosso

1.3 Histórico do curso e Justificativa

O Curso de Graduação em Ciências Econômicas, da Faculdade de Ciências Aplicadas e Políticas (FACAP), foi criado pelos Conselhos Superiores da UFMT através da Resolução CONSEPE n. 81, de 27 de abril de 2009. Sua criação teve como motivação a garantia da produção e socialização do conhecimento científico, com ênfase na economia de Mato Grosso, em especial a região sul, através do ensino, pesquisa e extensão, objetivando a formação de economistas altamente qualificados e com visão crítica, voltada para a transformação do ambiente no qual ele se insere. Essa formação profissional ancorou-se em três eixos, quais sejam: agronegócio, meio ambiente e economia aplicada.

O curso iniciou suas atividades no primeiro semestre de 2010, com a oferta de 40 vagas e um quadro docente constituído de três professores efetivos. Três anos depois, o curso foi reconhecido pelo MEC através da Portaria n. 124, de 15 de março de 2013. Esse reconhecimento foi renovado, em 2017, através da Portaria n. 688, de 07 de julho de 2017.

A consolidação do Curso de Ciências Econômicas se deu ao longo do período 2010-2020. A partir de 2011, o curso passou a receber duas entradas anuais, sendo uma de quarenta alunos no primeiro semestre letivo e, outra, também de quarenta alunos, no segundo semestre letivo. Em 2014, o corpo docente estava completo, com doze professores efetivos, os oito períodos do curso estavam preenchidos e as primeiras turmas já estavam sendo diplomadas.

Através da Portaria n. 690, de 29 de setembro de 2015, o curso passou a oferecer oitenta e seis vagas anuais, com entrada de quarenta e três alunos em cada semestre letivo. Nesse ínterim, o curso lançou mão de uma ambiciosa política de qualificação docente, que se traduziu em um quadro docente formado por 75% de professores doutores. Em 2023, o curso contou com 83% de docentes efetivos doutores, alcançando a meta de 100% em 2024.

Após o primeiro quinquênio de funcionamento, os docentes do curso, em especial, os membros do Núcleo Docente Estruturante, levantaram a necessidade de iniciar um processo de revisão e atualização do projeto político-pedagógico, com o objetivo de ajustar a estrutura didático-pedagógica às transformações dinâmicas da realidade social e econômica do país. Este novo projeto pedagógico é resultado desse esforço de atualização envidado pelos docentes e discentes do Curso de Ciências Econômicas. Justifica-se:

Considerando as demandas dos discentes por um curso mais moderno e próximo ao mercado de trabalho regional, identificadas nas autoavaliações de 2021 e 2023; as solicitações dos docentes do curso de Ciências Econômicas por disciplinas eletivas condizentes com a formação docente e o perfil de egresso desejado; as mudanças na condução dos encargos de coordenação de monografia, para estar em conformidade com a nova resolução CONSEPE/UFR Nº 10, de 14 de julho de 2022; a alteração das ementas; a revisão bibliográfica; e as mudanças na contabilização de Atividades Complementares, decidiu-se reestruturar o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Ciências Econômicas. Dentre as principais modificações deste novo PPC, podem-se citar:

- a) atualização e adequação de ementas das disciplinas à realidade local, bem como ao ensino de caráter noturno contemplando parcialmente carga horária no EAD;
- b) inclusão e exclusão de componentes curriculares a fim de melhorar a qualidade do ensino e atender as mudanças da realidade econômica regional e nacional, considerando a Resolução CNE/CES nº4, de 13 de julho de 2007;
- c) readequação da nomenclatura dos componentes obrigatórios;
- d) adequação dos componentes curriculares optativos disponíveis às demandas identificadas nos relatórios de autoavaliação do curso e ao perfil docente;

e) regulamentação e adequação das atividades complementares – prevendo que mesmo discentes que trabalhas integralmente tenha condições reais de cumprir as horas estabelecidas;

f) ampliação do contato da universidade com a sociedade, e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;

g) A regulamentação da extensão como componente curricular obrigatório, por meio das atividades de creditação e curricularização, amplia as opções disponíveis aos discentes. A garantia de 10% da carga horária do curso destinada às atividades de extensão atende à Resolução CNE/CES nº 7/2018 e aos demais atos normativos internos e externos;

h) regulamentação do estágio não obrigatório em conformidade;

i) padronização de ementário permitindo a nucleação em atendimento as Resoluções vigentes da UFR na data de aprovação deste presente PPC;

j) alteração no quantitativo de entradas anuais do curso e no número de discentes ingressantes;

h) Alteração nos critérios de avaliação e aprovação dos discentes em atendimentos às novas regulamentações da Universidade Federal de Rondonópolis.

A presente proposta de alteração estrutural no Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Econômicas tem por finalidade adequar a estrutura curricular para atender às demandas dos docentes, discentes e egressos de tornar o curso teórico-prático, permitindo contemplar, de maneira plural, humanística e realista, o tripé universitário que envolve as cargas horárias de Ensino, Pesquisa e Extensão.

1.4 Políticas Institucionais no Âmbito do Curso

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2021-2025 da Universidade Federal de Rondonópolis (Resolução CONSUNI/UFR Nº 40, de 22 de junho de 2021), a UFR “percebe a necessidade de se observarem as demandas locais e regionais e a política de preservação cultural e ambiental do sudeste matogrossense, considerando a privilegiada posição geográfica de Rondonópolis” (pg. 14). Ademais, “a UFR compromete-se com o desenvolvimento sustentável regional do estado de Mato Grosso, considerando-o em suas dimensões econômica, social e ambiental” (pg. 16).

Nesse sentido, sua missão é formar e qualificar profissionais que contribuam para o desenvolvimento regional e nacional, enquanto sua visão é tornar-se referência acadêmica nacional e internacional no processo de desenvolvimento. O Curso de Ciências Econômicas possui o mesmo comprometimento e pode contribuir com os desafios existentes de várias formas: (i) formar cidadãos que tenham condições de compreender as questões econômicas do estado de Mato Grosso no seu contexto histórico social; (ii) formar profissionais qualificados que sejam capazes de tomar decisões nos seus ambientes de trabalho, que superem seus desafios específicos e que, no agregado, contribuam para o desenvolvimento econômico regional; (iii) desenvolver intelectualmente cidadãos capazes de analisar, criticar, discutir e adquirir novos conhecimentos que contribuam positivamente para o desenvolvimento econômico em seu sentido mais amplo.

Para tanto, o Curso de Ciências Econômicas também seguirá os princípios adotados pelo Projeto Pedagógico Institucional (PPI): (i) indissociabilidade entre ensino, pesquisa, extensão e inovação; (ii) respeito à liberdade, à diversidade e à pluralidade de expressão de ideias, sem discriminação de qualquer natureza, com garantia de laicidade; (iii) respeito à pessoa e aos seus direitos fundamentais; (iv) universalidade de conhecimentos, ideias e concepções pedagógicas; (v) gestão democrática, transparente e participativa; (vi) integração entre educação, trabalho e sociedade; (vii) valorização dos seus profissionais; (viii) valorização e reconhecimento das experiências para fins pedagógicos; (ix) responsabilidade ambiental, social e prevenção a qualquer tipo de violência; (x) valorização da cultura, do esporte e da arte.

O Curso de Ciências Econômicas também está comprometido com o PDI institucional ao seguir suas políticas estruturantes, a saber: (i) buscar maior qualidade e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; (ii) ampliar as relações com a sociedade para melhor contribuir com o desenvolvimento regional sustentável; (iii) modernizar o sistema de gestão e avaliação com vistas a melhores resultados administrativos e acadêmicos; (iv) promover a melhoria da ambiência universitária; (v) fortalecer a comunicação institucional de forma integrada e articulada com o sistema de comunicação social.

As ações de internacionalização no ensino de graduação têm como foco promover a melhoria na qualidade do ensino, pesquisa, extensão e inovação universitária por meio da

modernização dos projetos pedagógicos dos cursos. Desta forma, busca-se estimular a política linguística, a ampliação de acordos de cooperação para consolidação de mobilidade acadêmica internacional dos estudantes, mapear o potencial de internacionalização dos cursos e promover as diferentes formas de internacionalização: mobilidade institucional, mobilidade livre, mobilidade virtual e a internacionalização em casa.

O Plano Institucional de Internacionalização da UFR (PII 2021-2025) aborda os seguintes objetivos para a internacionalização no ensino de graduação: (i) promover e fortalecer o caráter de internacionalização nos projetos pedagógicos dos cursos; (ii) ampliar acordos de cooperação com universidades estrangeiras, promovendo projetos efetivos de cooperação e intercâmbios acadêmicos; (iii) mapear o potencial de internacionalização de cada curso; (iv) promover a internacionalização virtual e em casa na graduação. Com relação ao atendimento do PII (2021-2025), este PPC está alinhado às ações de internacionalização da seguindo o quadro abaixo.

Ações	Sim	Não
O curso incentivará a mobilidade acadêmica internacional dos estudantes (Presencial, Virtual, Livre ou em Casa) com o aproveitamento dessas atividades como componente curricular obrigatória ou optativa?	X	
O curso incentivará a mobilidade acadêmica internacional dos servidores, assim como a prospecção de acordos de cooperação com parceiros de instituições estrangeiras?	X	
O curso permitirá os estudantes realizar estágio curricular no exterior, conforme os pareceres CNE/CES Nº 150/2019 e CNE/CES nº 416/2012?	X	

O curso apoiará a divulgação e realizará acompanhamento de ações de internacionalização?	X	
O curso incentivará a política linguística, adicionando o ensino de idioma estrangeiro como componente curricular neste PPC?	X	
O curso ofertará componente curricular em idioma estrangeiro, ou em Português sob o tema de internacionalização?		X
O curso definirá requisitos de nível de fluência em idioma estrangeiro, a ser comprovado pela UFR? Se positivo, indique o idioma e o nível de fluência definido.		X
O curso incentivará o acesso dos estudantes a plataformas digitais com cursos certificados e o aproveitamento destes como componentes curriculares ou atividades complementares?	X	
Houve alguma busca sobre componentes curriculares, carga horária ou boas práticas em instituições internacionais que apresentam tal curso como destaque em desempenho? Se Positivo, indique as instituições.	X	

Justificativas para as negativas do quadro acima: de forma geral, os alunos do curso de Ciências Econômicas não têm fluência em língua estrangeira. Seria necessário, para tanto, preparar os discentes para acompanhar disciplinas em língua estrangeira. Apesar do curso não definir requisitos de nível de fluência em idioma estrangeiro, materiais didáticos em língua estrangeira poderão ser disponibilizados pelos docentes. Para o último item do quadro, algumas disciplinas básicas do curso, como Microeconomia, Macroeconomia e Econometria, seguem as mesmas bibliografias de escolas de Economia como, Harvard e Universidade de Barcelona, por exemplo.

2. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA

2.1 Dados do Curso

Data de Início de Funcionamento do Curso: 01 semestre de 2010

Atos Autorizativos do Curso

- MEC/Portaria n. 124, de 15 de março de 2013 - Dispõe sobre o reconhecimento do Curso de Ciências Econômicas.
- MEC/ Portaria n. 690, de 29 de setembro de 2015 -Dispõe sobre a alteração do quantitativo de vagas ofertadas pelo curso.
- MEC/Portaria n. 688, de 07 de julho de 2017 - Dispõe sobre a renovação de reconhecimento do Curso de Ciências Econômicas.
- Resolução CONSUNI N. 15, de 12 de agosto de 2020 – Dispõe sobre a reestruturação pedagógica do Curso de Ciências Econômicas.
- Portaria N. 949, de 30 de agosto de 2021 – Dispõe sobre a renovação de reconhecimento do Curso de Ciências Econômicas.

Regime acadêmico: **Crédito/Semestral**

Número de vagas: **60**

Número de entrada: **1**

Turno de Funcionamento: **Noturno**

Carga horária: **3.000 horas**

Prazo de Integralização Curricular: mínimo de e máximo de semestres: mínimo de 08 e máximo de 12 semestres

Teórica Mínimo 10/ máximo 60

Dimensão da Turma Estágio Mínimo 10/ máximo 24

Prática em Laboratório Mínima 10/ máxima 50

2.2 Formas de ingresso no curso

O acesso ao Curso de Ciências Econômicas de acordo com o regimento da graduação pode ocorrer mediante um ou mais processos listados abaixo:

I – Sistema de Seleção Unificada – SISU;

II – Edital de Transferência Externa Facultativa;

III – Transferência Ex-ofício

IV- Edital de seleção de portador de diploma de graduação;

V- Edital de Vagas remanescentes;

VI- Mobilidade Acadêmica;

VII- Reingresso; e

VIII- demais formas amparadas pela legislação e acolhidas pela UFR.

2.3 Objetivos do curso

O Curso de Graduação em Ciências Econômicas da UFR busca fornecer aos estudantes uma formação sólida nos conhecimentos da profissão, concedendo-lhes habilidades práticas para a atuação profissional. A UFR e o Curso de Ciências Econômicas têm por objetivo preparar profissionais para o exercício da carreira, considerando os aspectos regionais, formando profissionais altamente capacitados para oferecer soluções técnicas precisas e eficazes para a resolução dos problemas econômicos.

A preocupação deste curso está em conformidade com a Resolução n. 4 do Conselho Nacional de Educação (CNE), de 13 de julho de 2007, abordando os aspectos descritos nesta referida resolução com excelência para o desenvolvimento da região. Busca-se, assim, promover uma integração profunda dos alunos com a realidade local por meio da extensão, do estágio não obrigatório e das atividades complementares, facilitando sua transição direta para o mercado de trabalho regional.

O objetivo central do curso de Ciências Econômicas da UFR é capacitar os graduados com uma visão abrangente e aplicada dos desafios enfrentados no contexto econômico e social, visando a resolução de problemas e a adoção de novas práticas emergentes no campo do conhecimento do curso. Isso implica uma compreensão sólida da interação entre o agronegócio e o desenvolvimento regional, reconhecendo a importância dessas atividades para a região e a integração com o ambiente de negócios por meio da curricularização de disciplinas obrigatórias e optativas.

Ao destacar a articulação entre o agronegócio e o desenvolvimento regional, o curso prepara os futuros economistas para enfrentar questões complexas, como a importância do crédito e seguro rural, coordenação de cadeias produtivas, relação entre contratos futuros e comercialização nos mercados à vista, logística e demais temas entrelaçados ao ambiente regional e ambiental do agronegócio mato-grossense e da região do Centro-Oeste. Essa

abordagem orientada para a prática não apenas capacita os alunos a compreenderem os desafios econômicos regionais, mas também os habilita a propor soluções inovadoras e sustentáveis para promover o crescimento econômico e social na região do Centro-Oeste brasileiro.

Em relação ao ambiente de negócios, ações voltadas de incentivo ao empreendedorismo, inovação e avaliação de projetos econômicos por meio de análise de viabilidade, sensibilidade, moedas e mercado de capitais por meio da criação de cenários, o que permitirá profundo conhecimento sobre as relações entre os agentes econômicos e o ambiente de negócios local.

2.4 Perfil do Egresso e Áreas de Atuação

Como característica prioritária do perfil do profissional economista, entende-se que a capacidade de relacionar conteúdos teóricos com a resolução de problemas aplicados se evidencia como um atributo essencial. O curso de Ciências Econômicas da UFR deve proporcionar condições para que o bacharel esteja capacitado a compreender as questões científicas, técnicas, sociais e políticas relacionadas à economia, visando o enfrentamento das situações emergentes na sociedade civil organizada.

Neste ponto, as características comparativas do ensino em economia, a partir de uma sólida formação em metodologias empíricas, permite a avaliação científica dos fenômenos econômicos regionais. Portanto, o vértice central do perfil pretendido pelo Curso de Ciências Econômicas da UFR visa desenvolver profissionais aptos a converterem o conhecimento teórico em capacidade de atuação aplicada, considerando o perfil desejado do graduando da UFR, alinhado aos objetivos do curso destacados anteriormente na seção 2.3.

O egresso do Curso de Ciências Econômicas será contemplado com o grau de bacharel em Ciências Econômicas. Utilizando as palavras do Art. 3º da Resolução n. 4 do Conselho Nacional de Educação (CNE), de 13 de julho de 2007, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Ciências Econômicas, o aluno egresso possuirá as seguintes habilidades e competências: “capacitação e aptidão para compreender as questões científicas, técnicas, sociais e políticas relacionadas com a economia, revelando assimilação e

domínio de novas informações, flexibilidade intelectual e adaptabilidade, bem como sólida consciência social indispensável ao enfrentamento de situações e transformações político-econômicas e sociais, contextualizadas, na sociedade brasileira e no conjunto das funções econômicas mundiais”.

Seguindo ainda o artigo supracitado, aponta-se que o aluno egresso “deve apresentar um perfil centrado em sólida formação geral e com domínio técnico dos estudos relacionados com a formação teórico-quantitativa e teórico-prática, peculiares ao curso, além da visão histórica do pensamento econômico aplicado à realidade brasileira e ao contexto mundial, exigidos os seguintes pressupostos: I - uma base cultural ampla, que possibilite o entendimento das questões econômicas no seu contexto histórico-social; II - capacidade de tomada de decisões e de resolução de problemas numa realidade diversificada e em constante transformação; III - capacidade analítica, visão crítica e competência para adquirir novos conhecimentos; e IV - domínio das habilidades relativas à efetiva comunicação e expressão oral e escrita”.

O presente projeto pedagógico descreve que o perfil do egresso permitirá ao discente realizar as interrelações com a realidade regional, considerando a perspectiva histórica contextualizando diferentes fenômenos se utilizando de tecnologias inovadoras. Para atingir a finalidade proposta, o curso oferecerá i) Conteúdos de Formação Geral, ii) Conteúdos de Formação Teórico-Quantitativa, iii) Conteúdos Teórico-Práticos conforme descrito na Resolução nº 4, de 13 de junho de 2007.

O perfil do egresso do curso de Ciências Econômicas da UFR é descrito com base nas regulamentações da profissão de economista, ao perfil desejado dos egressos obtido com base na análise sistemática das autoavaliações de curso realizadas nos anos de 2021 e 2023 e, ainda:

Considerando a formação acadêmica do corpo docente, que está concentrado majoritariamente em duas áreas de atuação i) economia aplicada e ii) desenvolvimento regional;

Considerando as linhas de pesquisa dos docentes, a inserção regional da UFR e a análise do perfil de egresso com base nas autoavaliações de 2021 e 2023 foi possível identificar as seguintes áreas temáticas de atuação: I) Economia agrária e dos recursos

naturais, II) Avaliação de políticas públicas, III) Economia regional e urbana, IV) Teoria macroeconômica, V) Economia de empresas e ambiente de negócios.

Essas linhas de pesquisa e extensão reforçam a importância do curso para o desenvolvimento regional e a interiorização do profissional de economia, alinhando-o com as demandas locais. Com base nas informações apresentadas, o perfil do egresso do curso de Ciências Econômicas da UFR será caracterizado por uma formação sólida, capacitando-o para o exercício da profissão com competências e habilidades essenciais. Esses profissionais serão capazes de desenvolver raciocínios lógicos, compreender textos econômicos, elaborar pareceres e relatórios, utilizando adequadamente conceitos fundamentais e estatísticas na análise dos fenômenos socioeconômicos, sempre considerando aspectos inovadores e de sustentabilidade. Portanto, o perfil de egresso desejado deverá contemplar conhecimentos em pelo menos uma das seguintes áreas de atuação: i) economia aplicada ou ii) desenvolvimento regional, abrangendo uma das cinco áreas temáticas identificadas. Para essa finalidade, o corpo docente orientará os estudantes na escolha das disciplinas optativas.

2.5 Modalidades de Ensino

O Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Rondonópolis ofertará anualmente 60 vagas exclusivamente no período noturno com ingresso no primeiro semestre letivo. O curso se estrutura no sistema de creditação de disciplinas as quais são ofertadas predominantemente na modalidade presencial, mas também se prevê percentuais de Ensino à Distância (EAD) em cada uma das disciplinas. A utilização da modalidade EaD está de acordo com o DECRETO Nº 12.456, DE 19 DE MAIO DE 2025, que estabelece a possibilidade de até 30% da carga horária total do curso ser ofertada em EAD.. O curso de Ciências Econômicas da UFR possui uma carga horária total de 3.000 horas, distribuída da seguinte maneira:

- Modalidade de Disciplinas obrigatórias com Ensino Presencial: 1632 horas
- Modalidade de Disciplinas obrigatórias com Ensino à Distância: 448 horas
- Modalidade de disciplinas obrigatórias com ensino prático: 160 horas

- Atividades Complementares: 76 horas
- Trabalho de Conclusão de Curso: 128 horas
- Curricularização da extensão: 192 horas
- Creditação da extensão: 108 horas
- Disciplinas optativas: 256 horas

A carga horária Presencial e de Ensino à Distância (EAD) está prevista em cada uma das disciplinas. A maior parte das disciplinas obrigatórias contemplam 75% de ensino presencial e 25% de ensino à distância. Disciplinas de Extensão, devido ao caráter especial que lhes são conferidas e da necessidade de interação com a sociedade externa, contemplam 100% da carga horária como extensão.

Algumas disciplinas foram mantidas com carga horária totalmente presencial, em virtude das especificidades dos conteúdos programáticos (Econometria I, Econometria II e Análise e Elaboração de Projetos). Nesses casos a carga horária do componente EAD é zero e a carga horária distribuída entre Ensino Presencial e/ou Atividades Práticas.

2.6 Estrutura Curricular

A estrutura curricular conforme a Resolução CONSEPE/UFR, nº 10 de 14 de julho de 2022, em seu art. 39, do regimento dos cursos de graduação da Universidade Federal de Rondonópolis será organizada em núcleos, obedecendo as seguintes definições:

I- Núcleo Básico, composto por componentes curriculares de conhecimentos básicos aos cursos, conforme legislação vigente;

II- Núcleo de Área, componentes curriculares de dimensões específicas e/ou pedagógicas, respeitando as áreas de conhecimento e as especificidades dos cursos de bacharelado, licenciatura e de tecnologia;

III- Núcleo Específico componentes curriculares que atendem aos requisitos básicos e obrigatórios conforme as diretrizes curriculares de cada curso; e

IV- Núcleo Livre, componentes curriculares que devem ser cursadas e/ou realizadas pelos(as) discentes, mediante sua escolha e interesse.

Conforme o art. 38 da Resolução CONSEPE/UFR, nº 10 de 14 de julho de 2022, Regimento dos Cursos de Graduação:

Em consonância com o Projeto Político-Pedagógico Institucional e com o Estatuto da Universidade Federal de Rondonópolis, a estrutura curricular será orientada pelos princípios de integração e de flexibilização, em indissociável articulação com a extensão, a pesquisa e a inovação, resguardando-se a finalidade social do ensino definida pelo projeto pedagógico do curso.

Diante disso, apresentamos a matriz curricular do curso de Ciências Econômicas na qual apresentamos os componentes curriculares com a distribuição da carga horária e classificação conforme sua natureza e o disposto no art. 52 da Resolução CONSEPE/UFR, nº 10 de 14 de julho de 2022, Regimento dos Cursos e Graduação.

2.6.1 Matriz curricular

A matriz curricular do Curso de Ciências Econômicas foi elaborada considerando a Resolução n. 4 do Conselho Nacional de Educação (CNE), de 13 de julho de 2007, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Ciências Econômicas. A sequência dos componentes curriculares foi elaborada com o objetivo de valorizar o aprendizado teórico-prático e as conexões necessárias para a formação do estudante. Recomenda-se, portanto, que os discentes sigam a sequência das disciplinas, matriculando-se, preferencialmente, nas disciplinas de cada semestre, realizando as atividades complementares, as atividades de extensão e o ENADE quando solicitado.

NÚCLEOS	Componente Curricular	Natureza	U.A.O	Carga Horária						Créditos					
		Optativo/ Obrigatório		T	P	AC/VT	EX	EAD	TOT	T	P	AC/VT	EX	EaD	TOT
NÚCLEO BÁSICO	História Econômica Geral	Obrigatório	ICHS	64				25%	64	4	0	0	0	0	4
	Língua Portuguesa	Obrigatório	ICHS	64				25%	64	4	0	0	0	0	4
	História do Pensamento Econômico	Obrigatório	FACAP	64				25%	64	4	0	0	0	0	4
	Sociologia	Obrigatório	ICHS	64				25%	64	4	0	0	0	0	4
	Metodologia da Pesquisa Científica	Obrigatório	FACAP	64				50%	64	2	0	0	0	2	4
	Formação Econômica do Brasil	Obrigatório	ICHS	64				25%	64	4	0	0	0	0	4
SUBTOTAL:				384	0	0	0	1,75	384	22	0	0	0	2	24
NÚCLEO DE ÁREA	Inovação, Criatividade e Atitude Empreendedora	Obrigatório	FACAP	64				25%	64	4	0	0	0	0	4
	Introdução à Economia	Obrigatório	FACAP	64				25%	64	4	0	0	0	0	4
	Matemática para Economia I	Obrigatório	FACAP	64				25%	64	4	0	0	0	0	4
	Estrutura das Demonstrações Financeiras	Obrigatório	FACAP	64				25%	64	4	0	0	0	0	4
	Probabilidade e Estatística	Obrigatório	FACAP	32	32			25%	64	2	2	0	0	0	4
	Matemática para Economia II	Obrigatório	FACAP	64				25%	64	4	0	0	0	0	4
	Introdução ao Estudo do Direito	Obrigatório	FACAP	64					64	4	0	0	0	0	4
	Matemática Financeira	Obrigatório	FACAP	64				25%	64	4	0	0	0	0	4
SUBTOTAL:				480	32	0	0	1,5	512	30	2	0	0	0	32
	Contabilidade Social	Obrigatório	FACAP	64				25%	64	4	0	0	0	0	4
	Estatística aplicada a economia	Obrigatório	FACAP	32	32			25%	64	2	2	0	0	0	4
	Microeconomia I	Obrigatório	FACAP	64				25%	64	4	0	0	0	0	4
	Macroeconomia I	Obrigatório	FACAP	64				25%	64	4	0	0	0	0	4

	Economia Brasileira	Obrigatório	FACAP	64				25%	64	4	0	0	0	0	4
	Microeconomia II	Obrigatório	FACAP	64				25%	64	4	0	0	0	0	4
	Macroeconomia II	Obrigatório	FACAP	64				25%	64	4	0	0	0	0	4
	Econometria I	Obrigatório	FACAP	32	32			25%	64	2	2	0	0	0	4
	Economia Política	Obrigatório	FACAP	64				25%	64	4	0	0	0	0	4
	Economia Brasileira Contemporânea	Obrigatório	FACAP	64				25%	64	4	0	0	0	0	4
	Economia Industrial	Obrigatório	FACAP	64				25%	64	4	0	0	0	0	4
	Econometria II	Obrigatório	FACAP	32	32			25%	64	2	2	0	0	0	4
	Economia do Setor Público	Obrigatório	FACAP	64				25%	64	4	0	0	0	0	4
	Elaboração e Análises de Projetos	Obrigatório	FACAP	32	32			25%	64	2	2	0	0	0	4
	Economia Monetária	Obrigatório	FACAP	64				25%	64	4	0	0	0	0	4
	Desenvolvimento Econômico	Obrigatório	FACAP	64				25%	64	4	0	0	0	0	4
	Economia Internacional	Obrigatório	FACAP	64				25%	64	4	0	0	0	0	4
	Crescimento Econômico	Obrigatório	FACAP	64				25%	64	4	0	0	0	0	4
	Política Agrícola	Obrigatório	FACAP	64				25%	64	4	0	0	0	0	4
	Ação de Extensão I	Obrigatório	FACAP	64			64		64	0	0	0	4	0	4
	Ação de Extensão II	Obrigatório	FACAP	64			64		64	0	0	0	4	0	4
	Ação de Extensão III	Obrigatório	FACAP	64			64		64	0	0	0	4	0	4
SUBTOTAL:				1280	128	0	0		1408	68	8	0	12	0	88
SUBTOTAL NÚCLEOS:				2144	160	0	0		2304	120	10	0	12	2	144
Atividades Complementares				76											
TCC				256											
Curricularização da Extensão				192											
Creditação da Extensão				108											
Disciplinas optativas				256											
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO:				3000											
Estágio Curricular não obrigatório*	Optativo														
ENADE**															

Legenda: U.A.O – Unidade Acadêmica Ofertante; T – Teórica; P – Prática; AC/VT – Aula de Campo/Visita Técnica; EX- Extensão ; EaD - Educação a Distância; TOT – Total.

	Componente Curricular	Natureza	U.A.O	Carga Horária						Créditos					
		Optativa/ Obrigatória		T	P	AC/VT	E X	Ea D	TOT	T	P	AC/VT	E X	Ea D	TOT
NÚCLEO LIVRE	Educação Ambiental	Optativa	ICEN	4 4	4	4	12		64	3	0	0	1	0	4
	Eletiva livre	Optativa	FACAP	6 4				25%	64						
	Tópicos Especiais em Economia	Optativa	FACAP	6 4											
	Educação das Relações Étnico-Raciais	Optativa	ICHS	6 4					64	4	0	0	0	0	4
	Língua Brasileira de Sinais -LIBRAS	Optativa	ICHS	3 2	3 2				64	2	2	0	0	0	4
	Língua Inglesa	Optativa	ICHS	3 2	3 2				64	2	2	0	0	0	4
	Antropologia	Optativa	ICHS	6 4					64	4	0	0	0	0	4
	Macroeconomia Pós-Keynesiana	Optativa	FACAP	6 4				25%	64	4	0	0	0	0	4
	Econometria de Séries Temporais	Optativa	FACAP	3 2	3 2				64	2	2	0	0	0	4
	Econometria de Dados em Painel	Optativa	FACAP	3 2	3 2				64	2	2	0	0	0	4
	Economia Ambiental	Optativa	FACAP	5 6	8			25%	64	4	1	0	0	0	4
	Economia Institucional	Optativa	FACAP	6 4				25%	64	4	0	0	0	0	4
	Economia Regional	Optativa	FACAP	3 2	3 2			25%	64	2	2	0	0	0	4

Agronegócio	Optativa	FACAP	6 4				25%	64	4	0	0	0	1	4
Conjuntura Econômica	Optativa	FACAP	6 4				25%	64	4	0	0	0	0	4
Introdução à Ciência de Dados	Optativa	FACAP	3 2	3 2				64	2	2	0	0	1	4
Ciência de Dados para Economia	Optativa	FACAP	3 2	3 2				64	2	2	0	0	0	4
Economia da América Latina	Optativa	FACAP	6 4				25%	64	4	0	0	0	0	4
Mercado de Capitais	Optativa	FACAP	6 4					64	4	0	0	0	0	4
Fundamentos de Administração	Optativa	FACAP	6 4					64	4	0	0	0	0	4
Finanças empresariais	Optativa	FACAP	6 4					64	4	0	0	0	0	4
Sistema Financeiro Internacional	Optativa	FACAP	6 4				25%	64	4	0	0	0	0	4
Comércio Exterior	Optativa	FACAP	5 6	8			25%	64	4	1	0	0	0	4

Legenda: U.A.O – Unidade Acadêmica Ofertante; T – Teórica; P – Prática; AC/VT – Aula de Campo/Visita Técnica; EX- Extensão ; EaD - Educação a Distância; TOT – Total.

2.6.2 Proposta de fluxo curricular

PERÍODOS	Componente Curricular	Natureza		Carga Horária						Carga Horária						Requisitos
		Optativo/ Obrigatório	U.A.O	T	P	AC/VT	EX	EaD	TOTAL	T	P	AC/VT	EX	EaD	TOTAL	Pré-requisito
1º Semestre	Introdução à Economia	Obrigatório	FACA P	64				25%	64	4	0	0	0	0	4	
	Matemática para Economia I	Obrigatório	FACA P	64				25%	64	4	0	0	0	0	4	
	História Econômica Geral	Obrigatório	ICHS	64				25%	64	4	0	0	0	0	4	
	Estrutura das Demonstrações Contábeis	Obrigatório	FACA P	64				25%	64	4	0	0	0	0	4	
	Língua Portuguesa	Obrigatório	ICHS	64				25%	64	4	0	0	0	0	4	
				320	0	0	0	1	320	20	0	0	0	0	20	
2º Semestre	História do Pensamento Econômico	Obrigatório	FACA P	64				25%	64	4	0	0	0	0	4	
	Matemática para Economia II	Obrigatório	FACA P	64				25%	64	4	0	0	0	0	4	Matemática para Economia I
	Sociologia	Obrigatório	ICHS	64				25%	64	4	0	0	0	0	4	
	Probabilidade e Estatística	Obrigatório	FACA P	32	32			25%	64	2	2	0	0	0	4	
	Contabilidade Social	Obrigatório	FACA P	64				25%	64	4	0	0	0	0	4	
				288	32	0	0	1	320	18	2	0	0	0	20	
3º Semestre	Formação Econômica do Brasil	Obrigatório	ICHS	64				25%	64	4	0	0	0	0	4	
	Estatística Aplicada à Economia	Obrigatório	FACA P	32	32			25%	64	2	2	0	0	0	4	
	Microeconomia I	Obrigatório	FACA P	64				25%	64	4	0	0	0	0	4	

	Introdução ao Estudo do Direito	Obrigatório	FACA P	64					64	4	0	0	0	0	4	
	Macroeconomia I	Obrigatório	FACA P	64			25%		64	4	0	0	0	0	4	
				288	32	0	0	0,75	320	18	2	0	0	0	20	
4º Semestre	Economia Brasileira	Obrigatório	FACA P	64			25%		64	4	0	0	0	0	4	
	Microeconomia II	Obrigatório	FACA P	64			25%		64	4	0	0	0	0	4	Microeconomia I
	Macroeconomia II	Obrigatório	FACA P	64			25%		64	4	0	0	0	0	4	Macroeconomia I
	Econometria I	Obrigatório	FACA P	32	32		25%		64	2	2	0	0	0	4	Estatística aplicada a economia
	Economia Política	Obrigatório	FACA P	64			25%		64	4	0	0	0	0	4	
				288	32	0	0	1	320	18	2	0	0	0	20	
5º Semestre	Economia Brasileira Contemporânea	Obrigatório	FACA P	64			25%		64	4	0	0	0	0	4	Economia Brasileira
	Economia Industrial	Obrigatório	FACA P	64			25%		64	4	0	0	0	0	4	Microeconomia I e II
	Econometria II	Obrigatório	FACA P	32	32		25%		64	2	2	0	0	0	4	Econometria I
	Matemática Financeira	Obrigatório	FACA P	64			25%		64	4	0	0	0	0	4	
	Economia do Setor Público	Obrigatório	FACA P	64			25%		64	4	0	0	0	0	4	
				288	32	0	0	1	320	18	2	0	0	0	20	
6º Semestre	Políticas Agrícolas	Obrigatório	FACA P	64			25%		64	4	0	0	0	0	4	
	Economia Monetária	Obrigatório	FACA P	64			25%		64	4	0	0	0	0	4	
	Desenvolvimento Econômico	Obrigatório	FACA	64			25%		64	4	0	0	0	0	4	

			P													
	Economia Internacional	Obrigatório	FACA P	64				25%	64	4	0	0	0	0	4	
	Metodologia da Pesquisa Científica	Obrigatório	FACA P	64				50%	64	2	0	0	0	2	4	
				320	0	0	0	1,5	320	18	0	0	0	2	20	
7º Semestre	Crescimento Econômico	Obrigatório	FACA P	64				25%	64	4	0	0	0	0	4	
	Ação de Extensão I	Obrigatório	FACA P				64		64	0	0	0	4	0	4	
	Optativa 1	optativa	FACA P	64				25%	64	4	0	0	0	0	4	
	Elaboração e Análises de Projetos	Obrigatório	FACA P	32	32			25%	64	2	2	0	0	0	4	
	Optativa 2	optativa	FACA P	64				25%	64	4	0	0	0	0	4	
				224	32	0	64	1	320	14	2	0	4	0	20	
8º Semestre	Ação de Extensão II	Obrigatório	FACA P				64		64	0	0	0	4	0	4	
	optativa 3	optativa	FACA P	64				25%	64	4	0	0	0	0	4	
	optativa 4	optativa	FACA P	64				25%	64	4	0	0	0	0	4	
	Ação de Extensão III	obrigatório	FACA P				64		64	0	2	0	0	0		
	Inovação, Criatividade e Atitude Empreendedora	Obrigatório	FACA P	64				25%	64	4	0	0	0	0	4	
				192	0	0	128	1	320	12	2	0	4	0	16	
SUBTOTAL DISCIPLINAS				2208	160	0	192	8	2560	136	12	0	8	2	156	
Atividades Complementares		Obrigatório		76												
TCC		Obrigatório		256												
<p align="center">U.A.O - Acadêmica Ofertante; T – Teórica; P – Prática; AC/VT – Aula de Campo/Visita Técnica; EX- Extensão ; PCC – Prática como Componente Curricular; EaD - Educação a Distância; TOT – Total.</p>																

Creditação da Extensão	Obrigatório	108	
Disciplinas optativas (4 disciplinas de 64)	Obrigatório	256	
Curricularização da extensão (3 disciplinas)	Obrigatório	192	
Disciplinas obrigatórias (exceto optativas, disciplinas de extensão)	Obrigatório	2112	
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO:		3000	
Estágio Curricular não obrigatório*	Optativo		
ENADE**			

Legenda: U.A.O – Unidade Acadêmica Ofertante; T – Teórica; P – Prática; AC/VT – Aula de Campo/Visita Técnica; EX- Extensão ; EaD - Educação a Distância; TOT – Total.

2.6.3 Disciplinas obrigatórias e optativas

As disciplinas como definida no art. 37 da Resolução CONSEPE/UFR, nº 10 de 14 de julho de 2022, “é o conjunto sistematizado de conhecimentos a ser ministrado por um ou mais docentes, sob a forma de aulas, com carga horária semanal e semestral pré-determinada, em um período letivo e de acordo com o projeto pedagógico do curso”.

Quadro 2.6.1 Disciplinas Resolução n. 4 do Conselho Nacional de Educação (CNE), de 13 de julho de 2007 e as correspondentes no PPC de Ciências Econômicas da UFR

Resolução n° 4/2007	Disciplinas Resolução n° 4/2007	Carga horária	Disciplinas PPC Ciências Econômicas da UFR
Formação Geral	Aspectos da filosofia e da ética, da sociologia, ciência política, estudos básicos e propedêuticos da administração, do direito, da contabilidade, da matemática e da estatística econômica.	10%	Sociologia, Estrutura das Demonstrações Contábeis, Instituições de Direito Público e Privado, Economia Política, Inovação, Criatividade e Atitude Empreendedora, Matemática para Economia I, Probabilidade e Estatística.
Formação Teórica-Quantitativa	Estudos avançados da matemática, da estatística, da econometria, da contabilidade social, da macroeconomia, da microeconomia, da economia internacional, da economia política, da economia do setor público, da economia monetária e do desenvolvimento socioeconômico.	20%	Matemática para Economia II, Estatística Aplicada à Economia, Matemática Financeira, Econometria I e II, Contabilidade Social, Microeconomia I e II, Macroeconomia I e II, Economia Internacional, Economia Brasileira, Economia do Setor Público, Economia Monetária, Desenvolvimento Econômico.
Formação Histórica	história do pensamento econômico, a história econômica geral, a formação econômica do Brasil e a economia brasileira contemporânea	10%	História do pensamento econômico, História Econômica Geral, Formação econômica do Brasil, Economia Brasileira Contemporânea.
Teóricos e Práticos	atividades complementares, Monografia, técnicas de pesquisa em economia e, se for o caso, estágio curricular supervisionado	10% (Métodos de Pesquisa e TCC)	Metodologia da Pesquisa Científica, TCC I e TCC II.
Disciplinas alinhadas ao			Obrigatórias: Políticas Agrícolas, Economia Industrial, Crescimento Econômico, Elaboração e Análise de

curso da UFR			<p>Projetos.</p> <p>Optativas: O discente deverá cursar no mínimo 4 disciplinas optativas e 3 disciplinas de extensão mais 108 horas de extensão para integralizar o curso.</p>
--------------	--	--	---

No PPC do curso de Ciências Econômicas os conteúdos curriculares promovem o efetivo desenvolvimento do perfil profissional do egresso, considerando as políticas de educação ambiental, de educação em direitos humanos e de educação das relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena no rol das disciplinas do núcleo básico.

O curso de Ciências Econômicas da UFR considera que os aspectos filosóficos e de ética profissional devem ser trabalhados de maneira transversal ao longo do curso. Para isso, as ementas das disciplinas como Sociologia, História do Pensamento Econômico, Metodologia da Pesquisa Científica, Análise e elaboração de Projetos contemplam conteúdos de ética geral e profissional em seus ementários. Além destas, o TCC, atividades de extensão também deverão estar pautados nos princípios morais e éticos da profissão. O ementário do curso encontra-se no Apêndice I do presente Projeto Pedagógico de Curso. Nesse tópico, são apresentados os objetivos, as ementas e as bibliografias de cada disciplina.

2.6.4 Pré-requisitos e quebras de pré-requisitos

Recomendamos aos discentes seguirem o fluxo de grade, mas estes têm liberdade para selecionar disciplinas de semestres diferentes desde que respeitados os pré-requisitos. Buscou-se minimizar a existência de pré-requisitos, restringindo-os às disciplinas relacionadas a: Matemática para Economia, Estatística, Econometria, Microeconomia, Macroeconomia e Economia Brasileira. Entretanto, há possibilidade de se flexibilizar os pré-requisitos (quebra de pré-requisitos). Nestes casos, o discente deve enviar solicitação ao Colegiado de Curso de Ciências Econômicas.

2.6.5 Aproveitamento de disciplinas

É de competência do Colegiado do Curso de Ciências Econômicas deliberar sobre os aproveitamentos de disciplinas. Para isso, o presente PPC auxilia a interpretação do colegiado, fornecendo uma matriz de equivalências curriculares entre os PPCs de 2020 e o de 2026 (APÊNDICE II). Além disso, recomendam-se algumas situações em particular:

- O discente poderá cursar uma disciplina não constante na listagem de disciplinas do núcleo livre do novo PPC, para isso, recomenda-se a consulta prévia ao coordenador de curso para que este possa indicar e autorizar;
- Disciplina cursada fora da listagem do núcleo livre deverá ser encaminhado ao colegiado de curso, pelo estudante, para que este possa deliberar sobre, podendo ou não ser homologada por este.
- O colegiado de curso poderá realizar o aproveitamento de disciplinas não listadas no núcleo livre, utilizando-se da disciplina de 'Eletiva Livre' para realizar a equivalência e o aproveitamento.

Recomenda-se que o discente solicite, previamente, autorização da coordenação de Curso para se matricular em disciplinas que não estão listadas na lista de disciplinas livres do presente PPC. Os casos omissos deverão ser decididos em Colegiado de Curso, podendo este criar uma instrução não contemplada previamente neste PPC.

2.6.6 Atividades curriculares de extensão

As atividades Curriculares de Extensão (ACE) constituem-se atividades que se integram à matriz curricular do Curso de Ciências Econômicas, sendo portanto, um processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, cuja finalidade é promover a interação transformadora “entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino” (BRASIL, 2018, Art. 3)

Essas atividades de caráter obrigatório do PPC do Curso de Ciências Econômicas, devem totalizar 10% do total da carga horária do curso, ou seja, 300 horas, e têm como finalidade ressaltar o valor das atividades de extensão universitária que contribuem para efetiva indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Essas atividades devem envolver “diretamente as comunidades externas às instituições de ensino superior e que estejam

vinculadas à formação do estudante, priorizando sua ação para as áreas de grande pertinência social (BRASIL, 2014, Meta 12 estratégia 7).

Conforme a Resolução CONSEPE/UFR, nº 10 de 14 de julho de 2022, Regimento dos Cursos de Graduação as atividades de extensão podem ser integradas no PPC, como definido no art. 170 “a curricularização da extensão consiste na oferta de carga horária em disciplinas/módulos conforme projeto pedagógico do curso de graduação, contemplando um mínimo de dez por cento do total da carga horária de integralização conforme diretrizes curriculares nacionais do curso” e/ou o que dispõe o art. 171:

A creditação da extensão nos currículos de graduação consiste em componente curricular a ser ofertado pelos cursos de graduação em seus projetos pedagógicos, sendo a comprovação do cumprimento de carga horária realizada por peticionamento do(a) estudante via processo, com apresentação de certificação, por meio da participação nas seguintes atividades extensionistas: I- programas; II- projetos; III- cursos e oficinas; IV- eventos; V- prestação de serviços; ou VI- demais programas de natureza institucional ou de natureza governamental, que atendam às políticas municipal, estadual, distrital e nacional. Posto isso, o PPC de Ciências Econômicas encaminha as diretrizes gerais aos discentes para a consecução da extensão enquanto atividades em projetos e programas.

I – O discente de Ciências Econômicas é instruído a realizar atividades de extensão na forma de projetos e programas no terceiro, quarto e quinto semestres do curso de Economia. A curricularização da extensão no PPC de Economia é descrita no formato de disciplinas denominadas Ação de Extensão I, Ação de Extensão II e Ação de Extensão III, as quais são oferecidas no sexto e sétimo semestre.

II- A creditação da extensão no Curso de Ciências Econômicas considera uma amplitude de projetos ofertados pelo Curso de Ciências Econômicas e/ou outros cursos da Faculdade de Ciências Aplicadas e Políticas. Como projetos institucionais do Curso de Ciências Econômicas podem-se citar: “Economia nas Escolas”, “Finanças Pessoais” e “Carta Conjuntura”, que serão oferecidos ao menos uma vez ao ano e indicados aos discentes de terceiro, quarto e quinto semestre.

- Economia nas escolas: visa promover a educação econômica nas escolas públicas de ensino médio do município de Rondonópolis/MT, a partir de uma perspectiva de socialização do conhecimento econômico produzido e ensinado na universidade, em estreita articulação entre ensino, pesquisa e extensão, e

com a participação ativa de estudantes de graduação, em uma relação dialógica entre a universidade e a comunidade em que está inserida. Para tanto, estão previstas duas metas principais, a serem realizadas em cada uma das escolas parceiras: 1) oferta de um curso de curta duração sobre noções básicas de economia, organizado em módulos temáticos; 2) realização de uma roda de conversa sobre a profissão de economista.

- Finanças pessoais tem por objetivo geral despertar a capacidade de gestão financeira pessoal dos estudantes universitários e a transmissão deste conhecimento a comunidade geral. Pode ser trabalhado para difundir o tema da educação financeira pessoal na região, aplicando os conceitos apreendidos sobre matemática financeira para a resolução de problemas que envolvem endividamento. Este projeto pode ser realizado em parcerias com a Secretaria Estadual de Educação, Órgãos Não Governamental, Associações, Assentamentos regionais. O público alvo poderá ser alterado diante da especificação do projeto no cadastrado de extensões no módulo SUAP. O projeto sobre finanças pessoais e endividamento é capaz de atingir os mais diversos públicos para atendimento a sociedade de Rondonópolis e região.
- Carta Conjuntura tem por objetivo geral desenvolver e aplicar metodologia de compilação e análise de indicadores de conjuntura econômica federal, estadual e do município de Rondonópolis/MT de maneira a manter a sociedade informada sobre os principais indicadores econômicos. Este projeto pode ser realizado em parceria com a Associação Comercial Industrial e Empresarial De Rondonópolis (ACIR), Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), Prefeitura Municipal e outras Entidades, o que permitirá projetos de extensão direcionados e/ou gerais para a sociedade.

III- A creditação da extensão no Curso de Ciências Econômicas poderá ser realizada por meio do cadastro de projetos individuais dos docentes e/ ou em parceria com outros docentes.

IV - As atividades de extensão serão realizadas no turno em que os estudantes estiverem matriculados, ou seja, no período noturno e/ou aos sábados. Ressalta-se que, ao longo do curso, os estudantes também poderão participar de outras atividades extensionistas

oferecidas pela universidade em horários alternativos, podendo aproveitá-las como parte de sua formação no curso.

Ainda é importante destacar que ao longo dos anos o curso de Ciências Econômicas tem cadastrado outros projetos de extensão que envolvem as linhas de formação dos estudantes, como por exemplo: Projeto E-coleta: Educação Ambiental, Projeto Data Science, Empresa Júnior de Economia.

As concepções e diretrizes que norteiam as ACE no ensino superior são:

I - a contribuição na formação integral do estudante, estimulando sua formação como cidadão crítico e responsável;

II - o estabelecimento de diálogo construtivo e transformador com os demais setores da sociedade brasileira e internacional, respeitando e promovendo a interculturalidade;

III - A promoção de iniciativas que expressem o compromisso social das instituições de ensino superior com todas as áreas, em especial, as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, e trabalho, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena;

IV - A promoção da reflexão ética quanto à dimensão social do ensino e da pesquisa;

V - O incentivo à atuação da comunidade acadêmica e técnica na contribuição ao enfrentamento das questões da sociedade brasileira, inclusive por meio do desenvolvimento econômico, social e cultural;

VI - O apoio em princípios éticos que expressem o compromisso social de cada estabelecimento superior de educação;

VII - A atuação na produção e na construção de conhecimentos, atualizados e coerentes, voltados para o desenvolvimento social, equitativo, sustentável, com a realidade brasileira.

Regulamento da Inserção Curricular da Extensão consta no Apêndice II deste PPC, pelo qual são estabelecidas as normas para a sua realização.

2.6.7 Estágio supervisionado não obrigatório

O estágio é conceituado como elemento curricular de caráter formador e como um ato educativo supervisionado previsto para o Curso de Ciências Econômicas, está regulamentado

em consonância com a definição do perfil do profissional egresso, bem como com os objetivos para a sua formação.

O Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Econômicas prevê a realização de estágio não obrigatório. O objetivo dessa modalidade de estágio é de viabilizar ao aluno o aprimoramento técnico-científico na formação do profissional, mediante a análise e a solução de problemas concretos em condições reais de trabalho, por intermédio de situações relacionadas a natureza e especificidade do curso e da aplicação dos conhecimentos teóricos e práticos adquiridos nas diversas disciplinas previstas no PPC.

O Regulamento do Estágio consta no Apêndice III deste PPC, pelo qual são estabelecidas as normas para a sua realização em ambas as modalidades previstas.

2.6.8 Trabalho de conclusão de curso

O Trabalho de Conclusão de Curso – TCC tem por finalidade oportunizar ao aluno do Curso de Ciências Econômicas a integração e sistematização de conteúdos e experiências desenvolvidos e apropriados ao longo da periodização curricular, a partir de fundamentação teórica e metodológica orientada pelos docentes do curso.

A carga horária será de 256 horas e a oferta está prevista para o(s) sétimo e oitavo período(s). O Regulamento do TCC consta no Apêndice IV deste PPC, pelo qual são estabelecidas as normas para orientação e elaboração do trabalho, bem como para apresentação, defesa e avaliação. O TCC é obrigatório no Curso de Ciências Econômicas conforme descrito na Resolução nº 4, de 13 de junho de 2007 em seu Art. 10. Parágrafo único:

O Trabalho de Curso, referido no *caput*, deverá compreender o ensino de Metodologia e Técnicas de Pesquisa em Economia e será realizado sob supervisão docente. Pode envolver projetos de atividades centrados em determinada área teórico-prática ou de formação profissional do curso, que reúna e consolide as experiências em atividades complementares, em consonância com os conteúdos teóricos estudados. É desejável que tenha o formato final de uma Monografia, obedecendo às normas técnicas vigentes para efeito de publicação de trabalhos científicos, que verse sobre questões objetivas, baseando-se em bibliografia e dados secundários de fácil acesso.

Para atender o perfil de egresso desejado e o objetivo do curso. Os docentes do Curso de Ciências Econômicas poderão direcionar os orientados a cursar disciplinas optativas alinhadas ao tema do Trabalho de Conclusão de Curso e a um dos perfis de formação desejados para os egressos do Curso de Ciências Econômicas. Como já supracitado, as áreas temáticas de atuação são: I) Economia agrária e dos recursos naturais, II) Avaliação de políticas públicas, III) Economia regional e urbana, IV) Teoria macroeconômica, V) Economia de empresas e ambiente de negócios. Elencados o rol das disciplinas optativas, temos a seguinte estrutura:

I. Economia Agrária e dos Recursos Naturais

Disciplinas Relacionadas: Política Agrícola, Economia Ambiental, Agronegócio, Educação Ambiental, Antropologia.

A área de Economia Agrária e dos Recursos Naturais foca na gestão sustentável dos recursos naturais e na análise econômica da agricultura e do agronegócio. Disciplinas como Economia Ambiental oferecem uma base para entender os impactos econômicos das atividades agrícolas sobre o meio ambiente, enquanto o Agronegócio fornece conhecimentos específicos sobre a gestão e a economia desse setor. Educação Ambiental e Antropologia enriquecem essa área ao proporcionar perspectivas sobre a interação entre as comunidades rurais e o ambiente, bem como a importância da sustentabilidade no uso dos recursos naturais.

II. Avaliação de Políticas Públicas

Disciplinas Relacionadas: Econometria de Séries Temporais, Econometria de Dados em Painel, Economia Institucional, Ciência de Dados para Economia

A Avaliação de Políticas Públicas demanda um rigoroso entendimento das metodologias econométricas para a análise de dados. Econometria de Séries Temporais e Econometria de Dados em Painel são cruciais para a análise quantitativa da eficácia das políticas públicas ao longo do tempo e entre diferentes regiões ou populações. Economia Institucional oferece uma visão das estruturas e incentivos que moldam as políticas, enquanto

Ciência de Dados para Economia moderniza a abordagem com técnicas avançadas de análise de dados.

III. Economia Regional e Urbana

Disciplinas Relacionadas: Economia Regional, Antropologia, Econometria de Dados em Painel, Introdução à Ciência de Dados

O estudo da Economia Regional e Urbana requer um entendimento das disparidades econômicas e do desenvolvimento local. Economia Regional fornece ferramentas específicas para análise das economias locais, enquanto Antropologia ajuda a compreender o impacto cultural e social das políticas regionais. Econometria de Dados em Painel e Introdução à Ciência de Dados são vitais para a análise empírica e a identificação de tendências econômicas regionais.

IV. Teoria Macroeconômica

Disciplinas Relacionadas: Macroeconomia Pós-Keynesiana, Conjuntura Econômica
Econometria de Séries Temporais, Língua Inglesa

A Teoria Macroeconômica é essencial para a análise das políticas econômicas e suas implicações a nível nacional. Macroeconomia Pós-Keynesiana oferece uma visão contemporânea das teorias macroeconômicas. A disciplina de Conjuntura Econômica é importante para a compreensão das condições econômicas atuais e previsões futuras. Econometria de Séries Temporais auxilia na análise de dados macroeconômicos históricos. A proficiência em Língua Inglesa é fundamental para acessar a literatura acadêmica e fontes de dados internacionais.

V. Economia de Empresas e Ambiente de Negócios

Disciplinas Relacionadas: Economia Institucional, Introdução à Ciência de Dados, Ciência de Dados para Economia, Língua Inglesa

A análise da Economia de Empresas e do Ambiente de Negócios requer um entendimento das instituições econômicas e do impacto das políticas sobre as empresas. Economia Institucional fornece *insights* sobre as regras e normas que governam os negócios. Introdução à Ciência de Dados e Ciência de Dados para Economia são cruciais para analisar grandes volumes de dados empresariais. A Língua Inglesa novamente se mostra essencial para o acesso a recursos globais e a literatura acadêmica pertinente, bem como contribui para o processo de internacionalização dos estudantes. Para além das áreas temáticas elencadas, é importante salientar que os discentes e docentes do curso têm liberdade na escolha do tema de Trabalho de Conclusão de Curso para além das cinco temáticas sugeridas, os trabalhos poderão abordar outros temas das Ciências Econômicas.

Com isso, o Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Econômicas refletirá uma integração coerente entre as áreas temáticas e as disciplinas cursadas. Essa abordagem interdisciplinar não só permite uma análise aprofundada do tema escolhido, mas também prepara o estudante para enfrentar os desafios complexos da economia moderna com uma perspectiva holística e informada.

2.6.9 Atividades complementares

As atividades complementares, assim denominadas pelo Conselho Nacional de Educação, são regulamentadas na Universidade Federal de Rondonópolis pela Resolução CONSEPE/UFR, nº 10 de 14 de julho de 2022, Regimento dos Cursos de Graduação art. 159 a 166, definindo-as como “atividades complementares aquelas que possibilitam o desenvolvimento de habilidades e competências do(a) discente vivenciadas dentro e fora do ambiente acadêmico, que estimulam a prática de estudos e experiências formativas independentes e opcionais”.

Devem contemplar a articulação entre o ensino, pesquisa, extensão, inovação, empreendedorismo, artes, esporte, lazer e cultura assegurando seu caráter interdisciplinar em relação às diversas áreas do conhecimento, respeitando, no entanto, o Projeto Pedagógico de cada Curso. A carga horária das atividades complementares do Curso de Ciências Econômicas será de 76 horas e a normatização específica consta no Apêndice V deste PPC.

3. METODOLOGIA DE ENSINO

3.1 Aspectos gerais

A Universidade Federal de Rondonópolis, em sua Resolução CONSEPE N° 10, de 14 de julho de 2022, Seção III, estabelece as diretrizes de ensino-aprendizagem com o seguinte arcabouço apresentado em seu Art. 53: “O ensino e a aprendizagem devem se constituir como processo formativo nas perspectivas humanista, política, democrática, crítica, proativa e ética

e serem baseados na apropriação e produção do conhecimento, objetivando a atuação profissional e a vida cidadã”.

Em consonância, no ensino, há uma variedade de abordagens metodológicas, cada uma com suas próprias características distintivas. A versão tradicional enfoca a transmissão padronizada de conhecimento, enquanto a concepção escola novista prioriza o aluno, buscando compreender suas necessidades, interesses e motivações. Já a abordagem tecnicista considera a metodologia como uma estratégia para aprimorar a eficiência do processo de ensino e aprendizagem, enquanto a visão crítica destaca a metodologia como uma ferramenta para promover a reflexão crítica sobre a realidade e sua transformação. Por sua vez, a perspectiva histórico-dialética reconhece que as metodologias de ensino não são universais e devem ser adaptadas às particularidades de cada situação educacional.

No contexto do Curso de Ciências Econômicas, a metodologia de ensino e aprendizagem é selecionada com base nas peculiaridades de cada conteúdo abordado. Considerando a natureza interdisciplinar da Economia, que envolve história, sociologia, matemática e estatística, não há uma metodologia única que seja ideal para todos os casos. Portanto, o que se adota é uma variedade de metodologias, adaptadas às diferentes áreas de estudo, visando otimizar o processo de ensino e aprendizagem.

Essa abordagem flexível e diversificada reflete a natureza histórico-dialética do curso, que reconhece a necessidade de adaptação e contextualização das metodologias conforme as demandas específicas de cada disciplina. Além disso, o curso valoriza a relação entre teoria e prática, buscando integrar os conteúdos acadêmicos com as exigências do mundo do trabalho, preparando os alunos para enfrentar os desafios reais do mercado.

Para promover uma aprendizagem diferenciada e inovadora, o curso busca utilizar recursos e ferramentas que proporcionem experiências de aprendizagem enriquecedoras dentro da área de formação. Isso pode incluir o uso de tecnologias educacionais, estudos de caso, simulações e projetos práticos, que permitem aos estudantes desenvolver habilidades práticas e aplicar os conhecimentos teóricos de forma significativa.

Dessa forma, o Curso de Ciências Econômicas adota uma abordagem dinâmica e atualizada, que prepara os alunos para atuarem de forma eficaz e criativa no mercado de trabalho. A oferta de disciplinas nas modalidades presencial e EaD, ainda que a modalidade presencial seja predominante, exige uma concepção diferenciada em relação a um curso

ofertado exclusivamente na modalidade presencial. Dessa forma, faz-se necessário pensar em aspectos e estratégias metodológicas a serem usadas em ambas as modalidades; i) presencial, ii) EaD.

Na modalidade presencial, destacam-se as aulas expositivas, com a utilização de metodologias que abracem o arcabouço didático pedagógico, incluindo aulas dialogadas, grupos de estudo dirigidos, seminários, micro oficinas, debates, aulas em laboratório, e outras com a inserção da pesquisa e extensão em diferentes níveis contemplando o conteúdo exigido para a formação base do economista.

Em relação aos componentes e a carga-horária destes, no ensino EaD, assegura-se, por meio da ferramenta institucional, o do Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle (AVA Moodle), a o meio necessário para a formação do estudante que é abordado como agente ativo neste processo de ensino-aprendizado, desenvolvendo maior autonomia e independência em seu percurso de estudos.

A carga horária de EaD contempla parte da carga teórica dos componentes curriculares, que serão direcionadas para atividades que envolvam a discussão de artigos científicos (nacionais e internacionais), pesquisas bibliográficas, fóruns de discussões, elaboração de estudos dirigidos, reuniões para definição de temáticas e papéis dos membros das equipes de atividades em grupo e outras atividades à critério de escolha do docente responsável pela disciplina que contemplará parte da carga horária em EaD.

O material didático utilizado nas disciplinas é disponibilizado aos estudantes por meio de livros digitais (Biblioteca Digital ou outro meio que não infrinja os meios legais de acesso a informação), páginas de acesso livre através da Plataforma Moodle. O professor da disciplina atua e assume o papel de tutor responsável no acompanhamento dos estudantes.

Integração entre as atividades presenciais e na modalidade EaD é parte inerente do processo de ensino-aprendizagem visto que, conforme matriz curricular, a maior parte das disciplinas contemplam 25% do conteúdo oferecido na modalidade EaD, algumas serão ofertadas 100% presencial (exigindo o uso de laboratórios). “Considerando as disciplinas que são parcialmente ofertadas no presencial e parcialmente no EaD, define-se o uso da Plataforma Moodle em ambiente virtual como meio de comunicação e interação entre o

docente e o discente. O recurso é o suporte on-line às atividades presenciais e às atividades desenvolvidas na modalidade EaD.”

O conteúdo curricular ofertado no EaD poderá ser trabalhado de maneira síncrona (encontros virtuais) ou assíncrona. Ainda, o docente poderá elaborar um cronograma de atendimento virtual ao aluno ou se utilizar da monitoria para trabalhar em um plantão de dúvidas, orientação e outras ações como fóruns de discussões, debates sobre a temática definida pelo docente responsável. Neste presente PPC da carga horária total prevista de 2700 horas incluindo atividades complementares, extensão e optativas. Para uma boa prática didática e interação com os discentes, o professor poderá adotar algumas práticas pedagógicas que sejam adequadas ao EAD. Algumas dessas metodologias são:

a) Sala de aula invertida: o docente disponibilizará os materiais didáticos necessários para que, antecipadamente, o discente possa estudar a teoria no Moodle. Nessa abordagem, o estudante é guiado ao estudo teórico por meio do EAD e, na aula presencial, a teoria estudada é complementada por uma atividade prática.

b) Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP): nessa metodologia o estudante utiliza a teoria aprendida em sala de aula para aplicá-la, no ambiente virtual, na resolução de algum problema prático. Essa metodologia permite que o aluno pratique os conceitos teóricos lecionados em sala, podendo realizar a interação de maneira virtual com os demais discentes da turma.

c) Estudo de caso: os alunos analisam situações reais ou fictícias, aplicando os conhecimentos teóricos para identificar problemas, propor soluções e tomar decisões. O estudo de caso desenvolve o pensamento crítico, a capacidade de análise e a tomada de decisões.

Outras estratégias pedagógicas podem ser utilizadas pelo docente a depender do processo de ensino e aprendizagem captado ao longo do dia a dia e com base na infraestrutura presente quando as atividades curriculares estejam acontecendo, utilizando obrigatoriamente o ambiente virtual do Moodle.

O docente poderá se utilizar de outras ferramentas complementares, desde que integradas ao Moodle, de modo a favorecer a aprendizagem dos acadêmicos (Exemplo: Loom para gravação de vídeos, google scholar, outras de acesso gratuito) de maneira remota.

Todos os conteúdos produzidos em outras plataformas, aplicativos ou programas deverão ser incorporados ao Moodle, uma vez que ele é o ambiente virtual de ensino e aprendizagem oficial da Universidade Federal de Rondonópolis. De posse desta ferramenta, os professores terão parte de sua carga horária em atividades a serem desenvolvidas de forma virtual (DECRETO Nº 12.456, DE 19 DE MAIO DE 2025), articuladas àquelas realizadas presencialmente

Os conteúdos curriculares parcialmente ofertados no EaD poderão ser trabalhados de maneira síncrona (encontros virtuais) ou assíncrona. Ainda, o docente poderá elaborar um cronograma de atendimento virtual ao aluno ou se utilizar da monitoria para trabalhar em um plantão de dúvidas, orientação e outras ações como fóruns de discussões, debates sobre a temática definida pelo docente responsável. Neste presente PPC da carga horária total prevista de 3000 horas incluindo atividades complementares, extensão e optativas. Especificamente ao Ensino à Distância a carga horária é de 592 horas, correspondendo a 19,7% da carga horária total do curso.

3.2 Atividade de Tutoria

O Decreto nº 9.057, de 27 de maio de 2017 que regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, escreve no Art. 4º “As atividades presenciais, como tutorias, avaliações, estágios, práticas profissionais e de laboratório e defesa de trabalhos, previstas nos projetos pedagógicos ou de desenvolvimento da instituição de ensino e do curso, serão realizadas na sede da instituição de ensino, nos polos de educação a distância ou em ambiente profissional, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais”.

A figura do tutor tem exercido papel fundamental na disseminação do conhecimento por meio da interação com os estudantes por meio das tecnologias incorporando novas práticas ao ensino (BELONI, 2003; MEDEIROS, MOSER, SANTOS, 2015). Meneguetti (2004) ressalta que ao tutor se atribui funções educativas-pedagógicas para a consolidação dos vínculos por meio das atividades atribuídas aos discentes. Nesse ponto, configura-se a importância do conhecimento técnico-pedagógico para a inserção da figura do tutor.

Ao tutor, configura-se diferentes funções didático-pedagógicas e de acompanhamento. Entre as principais, o curso de Ciências Econômicas integra: o acompanhamento da

aprendizagem do aluno; interação instituição e discentes; facilitador da compreensão sobre os objetivos do curso e métodos de ensino.

Nesse contexto, no curso de Ciências Econômicas, cada uma das disciplinas com carga-horária EaD, o professor da disciplina atua e assume o papel de tutor, no acompanhamento dos estudantes, tendo como responsabilidade mediar o processo ensino-aprendizagem. É também o responsável pelo acompanhamento e avaliação do percurso de cada estudante sob sua orientação e mantém acesso ao ambiente de aprendizagem virtual institucional.

Diante das responsabilidades associadas ao docente (que assume a figura de tutor também), torna-se imprescindível o acesso à formação específica, devendo está ser oportunizada pela Instituição (Universidade Federal de Rondonópolis) preferencialmente antes do início da vigência deste novo PPC. Ainda, considera-se pertinente, a promoção de novas atualizações para a formação docente anualmente.

3.3 TIC no Processo de Ensino-Aprendizagem

A integração de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) no processo de ensino-aprendizagem do curso de Ciências Econômicas é essencial para promover uma formação sólida e atualizada dos discentes. Neste contexto, é fundamental que a metodologia adotada, conforme delineada no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e alinhada com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN).

Com isso, para o desenvolvimento de conteúdos a utilização da plataforma virtual (AVA Moodle) e recursos digitais para disponibilização de materiais didáticos (AVA Moodle), como vídeos, textos, infográficos e simulações, que abordem os conteúdos de forma clara e objetiva são ferramentas fundamentais para o contínuo processo de ensino-aprendizagem e será utilizado pelo Curso de Ciências Econômicas.

As estratégias de aprendizagem visam a implementação de metodologias ativas, como aprendizagem baseada em problemas (ABP), utilização de softwares estatísticos/econômicos e projetos interdisciplinares, que incentivem a participação ativa dos alunos na construção do conhecimento. Alguns exemplos de TICs utilizadas no Curso de Ciências Econômicas são os seguintes:

a) A utilização de plataformas de vídeo conferências como o Google Meet. É da natureza do profissional de ciências econômicas que ele realize reuniões nacionais e internacionais para solucionar problemas de ordem econômica, empresarial e de gestão. Nesse sentido as vídeo conferências possibilitam a experiência ao discente de se conectar com autoridades, empresários, professores e outros discentes a nível mundial.

b) Análise e manipulação de dados estatísticos por meio de softwares open source. O curso de Ciências Econômicas da UFR conta com disciplinas na área de estatística e econometria, nelas os discentes terão a oportunidade de manipular dados utilizando os mais modernos softwares e linguagens de programação, por exemplo, os softwares R e GRETLe a linguagem de programação Python . Através dessa tecnologia da informação será possível fornecer ao graduando uma aplicação prática dos conteúdos inserindo-os em tecnologias de informação.

c) Utilização de bancos de dados nacionais e internacionais, como os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Organização das Nações Unidas (ONU), Fundação para Agricultura e Alimentos (FAO), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), entre outros. A utilização dessas bases de dados permite ao estudante ter instrumentos para avaliar condições geopolíticas, econômicas e sociais para entrelaçar o ensino, a pesquisa, a extensão e a utilização de TIC's tanto no ensino presencial quanto à distância (EaD).

d) Criação de conteúdos digitais como, páginas de internet, blogs e perfis de redes sociais para divulgação de conteúdo científico aprendidos no ambiente acadêmico.

O Curso de Ciências Econômicas mantém a página do CAECO-ROO, na qual os professores disponibilizam recados e informações de âmbito acadêmico. Praticamente todos os alunos têm acesso a essa página e as informações são facilmente divulgadas, sejam informações específicas de disciplinas, sejam informações no âmbito do curso.

A Coordenação de Curso mantém ativo um e-mail exclusivo (economia@ufr.edu.br) para a comunicação entre coordenação e discentes ou entre coordenação e docentes. Comunicações de disciplina poderão ser feitas via Moodle, visando a troca de informações e conteúdos específicos. O Curso de Ciências Econômicas também mantém atualizado o site institucional (www.ufr.edu.br/economia), onde são disponibilizados os currículos dos

professores, seus e-mails, formulários de requerimentos gerais, orientações institucionais, entre outras informações pertinentes.

Em relação ao acompanhamento contínuo das atividades, o curso recorrerá, no caso das disciplinas com carga horária online, ao AVA Moodle para acompanhamento, comunicação e orientação dos discentes. O SUAP será utilizado nas disciplinas para os registros formais de registro de conteúdos lecionados, presença e notas finais obtidas nas disciplinas, sejam elas presenciais ou com carga horária online.

Adoção de práticas inclusivas, como legendas em vídeos, materiais adaptados para diferentes formatos (texto, áudio, vídeo), e disponibilização de recursos de acessibilidade para alunos com necessidades específicas são itens essenciais para acessibilidade metodológica do curso de Ciências Econômicas.

O curso promoverá ambientes de aprendizagem flexíveis, nos quais os alunos tenham liberdade para explorar diferentes recursos e trajetórias de aprendizagem, incentivando a autonomia e o protagonismo estudantil.

Sobre a relação teoria-prática, o curso implementará a integração de estudos de casos reais, projetos práticos, estágios supervisionados e visitas técnicas, que conectem os conceitos teóricos abordados em sala de aula com as práticas do mercado e da sociedade.

A incorporação de tecnologias emergentes será fundamental para o curso de Ciências Econômicas. Entre elas a inteligência artificial e análise de big data, para proporcionar experiências de aprendizagem inovadoras e estimulantes, alinhadas com as demandas do mercado e as tendências da área de Ciências Econômicas.

Por fim, a metodologia proposta para a integração de TIC no processo de ensino-aprendizagem do curso de Ciências Econômicas, de acordo com o PPC e as DCN, visa proporcionar uma formação de excelência aos discentes, estimulando sua participação ativa, autonomia e capacidade de aplicação prática dos conhecimentos adquiridos. Ao promover uma abordagem inovadora e embasada em recursos tecnológicos, esta metodologia busca preparar os alunos para os desafios do mercado de trabalho e para contribuir de forma significativa para o desenvolvimento socioeconômico do país.

3.4 Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)

O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) é uma ferramenta fundamental no contexto do Módulo SUAP - Sistema Unificado de Administração Pública, desempenhando um papel crucial na promoção de uma experiência educacional eficaz e enriquecedora. Este ambiente é projetado para oferecer materiais, recursos e tecnologias adequadas que incentivem a cooperação entre tutores, discentes, docentes e a administração universitária, além de facilitar a reflexão sobre o conteúdo das disciplinas e garantir a acessibilidade metodológica, instrumental e comunicacional para todos os usuários. Além disso, o sistema SUAP passa por avaliações periódicas documentadas, visando aprimorar continuamente sua eficácia e usabilidade.

Os pontos de destaque são: i) a disponibilização de materiais didáticos de qualidade, como textos, vídeos, apresentações e exercícios, que são alinhados com os objetivos de aprendizagem das disciplinas e são facilmente acessíveis aos usuários; ii) a implementação de ferramentas de comunicação síncronas e assíncronas, como fóruns de discussão, salas de chat e videoconferências promovendo a interação e a colaboração entre os participantes do curso e; iii) a inclusão de atividades reflexivas, como questionários, debates online e estudos de caso, que estimulem os alunos a analisar, questionar e aplicar os conceitos aprendidos durante o curso.

Salienta-se que o Moodle possui diversas ferramentas que permitem a interação entre docente e discentes, tanto pedagogicamente quanto para facilitar a comunicação. Em termos pedagógicos e comunicativos os docentes poderão ter ao seu dispor as seguintes funcionalidades:

a) Questionários online: permitindo a criação de atividades avaliativas que auxiliam no processo de ensino e aprendizagem. Esses questionários podem constar com questões de múltipla escolha, verdadeiro ou falso, resposta numérica, associação e diversas outras opções que o AVA Moodle Oferece.

b) Tarefas: nessa opção o Moodle permite que o docente atribua tarefas escritas aos alunos utilizando, por exemplo, um roteiro de estudo guiado. A ferramenta tarefa permite ao discente exercitar as habilidades da escrita e comunicação, ao passo que o docente pode atribuir uma nota ao resultado entregue e realizar correções online do que foi entregue.

c) Livro: o docente pode produzir conteúdo autorais e referencia-los com a bibliografia disponível no curso. Também pode inserir vídeos autorais e/ou de livre acesso para que os estudantes complementem os estudos através de obras audiovisuais.

d) Enquetes, mensagens e fórum de dúvidas. Permitem uma interação dialógica entre docente e discentes a respeito do conteúdo lecionado e de possíveis dúvidas dos discentes.

As opções anteriormente citadas não esgotam as possibilidades de utilização do AVA Moodle, mas dão direcionamento possíveis para os docentes e discentes para que se possa estabelecer um processo de ensino e aprendizagem profícuo. Ademais, os docentes podem contar com a ajuda da equipe multidisciplinar, o docente poderá configurar a disciplina no formato bloco e, no recurso livro, inserir seus conteúdos de texto e mídia, além das atividades

Sobre a acessibilidade metodológica o AVA Moodle garante uma plataforma amigável e acessível a todos os usuários, independentemente de suas habilidades técnicas, dispositivos de acesso ou necessidades especiais, por meio da adoção de padrões de acessibilidade e interfaces intuitivas. Pelo sistema AVA Moodle é possível realizar avaliações periódicas documentadas, através de enquetes, pesquisas direcionadas com questionários, análise de métricas de uso e feedbacks dos usuários, registrando os resultados de forma documentada.

Por fim, a implementação de ações corretivas e preventivas com base nos resultados das avaliações, visando aprimorar a usabilidade, a eficácia e a experiência do usuário no ambiente virtual tornam-se essenciais para a melhoria contínua para o sistema virtual de aprendizagem.

3.5 Material didático

O material didático no curso de Ciências Econômicas, conforme descrito no Projeto Pedagógico do Curso (PPC), desempenha um papel fundamental na formação dos discentes, proporcionando os recursos necessários para o desenvolvimento de uma aprendizagem significativa e abrangente. Este material, elaborado pela equipe de professores que lecionam no curso de Ciências Econômicas, ao passo que é função da Equipe Multidisciplinar auxiliar na elaboração, revisão, validação e publicação dos materiais didáticos produzidos pelos docentes, para atender às exigências e expectativas definidas no PPC, garantindo sua

coerência teórica, acessibilidade metodológica e instrumental, além de promover a inclusão por meio de uma linguagem acessível e recursos inovadores.

Com isso, o material didático é cuidadosamente elaborado para atender aos objetivos e competências definidos no PPC do curso de Ciências Econômicas, garantindo uma formação abrangente e alinhada com as necessidades do mercado e da sociedade.

O PPC oferece uma cobertura ampla e aprofundada dos principais conceitos e teorias da área de Ciências Econômicas, proporcionando aos alunos uma base sólida de conhecimento e reflexão crítica sobre os fenômenos econômicos.

O material foi desenvolvido levando em consideração a diversidade de estilos de aprendizagem e habilidades dos discentes, garantindo que seja acessível tanto metodologicamente, por meio de estratégias variadas de ensino, quanto instrumentalmente, com a utilização de recursos tecnológicos e plataformas de fácil acesso.

A seleção de bibliografia complementar é criteriosamente realizada, levando em conta as exigências do curso de Ciências Econômicas, bem como as tendências e os avanços recentes na área, garantindo a atualização e a relevância do material. O material é elaborado em uma linguagem clara, objetiva e inclusiva, evitando jargões desnecessários e facilitando a compreensão por parte de todos os alunos, independentemente de seu background ou experiência prévia na área.

De acordo com o Sistema Nacional de Avaliação de Educação Superior (SINAES) em seu documento de instrumento para avaliação de cursos de graduação, especificamente no indicador 1.18 lê-se que:

“O material didático descrito no PPC, disponibilizado aos discentes, elaborado ou validado pela equipe multidisciplinar (no caso de EAD) ou equivalente (no caso presencial), permite desenvolver a formação definida no projeto pedagógico, considerando sua abrangência, aprofundamento e coerência teórica, sua acessibilidade metodológica e instrumental e a adequação da bibliografia às exigências da formação, e apresenta linguagem inclusiva e acessível, com recursos comprovadamente inovadores.”

Por fim, o material didático no curso de Ciências Econômicas, conforme delineado no PPC, representa uma peça-chave na formação dos discentes, oferecendo recursos e ferramentas essenciais para o desenvolvimento de uma aprendizagem significativa e de

qualidade. Ao ser elaborado pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE), o material garante sua abrangência, aprofundamento e coerência teórica, bem como sua acessibilidade metodológica e instrumental. Além disso, ao apresentar uma linguagem inclusiva e recursos inovadores, o material proporciona uma experiência de aprendizagem enriquecedora e estimulante, preparando os discentes para os desafios e oportunidades da área de Ciências Econômicas.

3.6 Interdisciplinaridade

O Curso de Ciências Econômicas configura-se como um curso de forma específica alinhado as demandas da sociedade, prezando pela resolução de problemas reais econômicos. Por conta disso, recomenda-se aos docentes a implementação, desde o início do curso, de atividades que promovam a integração e a interdisciplinaridade em coerência com o perfil do egresso, buscando integrar as dimensões técnicas, científicas, econômicas, sociais, ambientais e éticas. O curso de ciências econômicas adota uma abordagem interdisciplinar para a resolução de problemas da sociedade, reconhecendo que estes problemas estão intrinsecamente atrelados a diversas áreas como meio ambiente, gestão, agronegócio e outros.

Os aspectos éticos e de responsabilidade social são valores fundamentais para a formação do profissional em economia e são trabalhados de maneira transversal no curso, por meio da introdução de conceitos dialógicos nas ementas em disciplinas como Metodologia da Pesquisa, Análise e Elaboração de Projetos, e ainda abordada nas disciplinas extensionistas que envolvem a sociedade externa a UFR como principais receptoras de conhecimento.

O perfil do egresso e objetivo do Curso de Ciências Econômicas trilhado neste PPC descrevem duas grandes formações em economia aplicada e desenvolvimento regional. Com isso, é imprescindível que a formação discente integre núcleos de formação geral e específica de maneira interdisciplinar para o atendimento do perfil do egresso.

3.7 Integração com a pesquisa e pós-graduação

O curso não apresenta programa de pós-graduação. No entanto, A relação do Curso de Ciências Econômicas com a pós-graduação se dá por meio de trocas de experiências entre docentes e discentes. O curso de Ciências Econômicas já ofertou uma pós-graduação *lato*

sensu “MBA em Mercado de Capitais”. Além disso, o curso também foi protagonista ao incubar o Doutorado Interinstitucional (DINTER) com a Universidade de Campina Grande.

A pesquisa é um ponto primordial para o Curso de Ciências Econômicas. Os editais de Iniciação Científica nas modalidades de PIBIC (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica) e voluntário em pesquisa (VIC) são ferramentas para fomentar a pesquisa no curso. Recentemente, todos os editais são contemplados por pelo menos 2 docentes e 4 discentes.

Fruto da iniciação científica, os discentes puderam ingressar em programas de pós-graduação na UFR, como é o caso do Programa de Pós-graduação Gestão em Tecnologia Ambiental (GTA), e em outros centros. Entretanto, é pertinente salientar que a Comissão de Estudo de Viabilidade para a Criação do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Economia, nível mestrado, Processo SEI (23853.003648/2023-05), descreve no Parecer Final que *“a quantidade limitada de professores e pesquisadores com expertise adequada para supervisionar as dissertações, ministrar disciplinas e conduzir pesquisas pode comprometer a qualidade do programa e sobrecarregar os poucos docentes disponíveis. Estimamos que para que o programa de pós-graduação consiga se sustentar, necessitamos de pelo menos oito docentes”* e entre outros pontos *“Implantar e manter um programa de mestrado em economia demanda investimentos significativos em infraestrutura (sala de aula, coordenação, sala de estudos e laboratório de informática), recursos humanos (docentes e técnico administrativo em educação), material didático (acervo bibliográfico, recursos digitais), bolsas de estudo e apoio à pesquisa”*.

No mesmo processo, a Comissão descreve ao final como recomendação: *“Recomenda-se uma análise mais aprofundada e a busca por alternativas que maximizem os recursos existentes e otimizem o impacto da universidade na área da economia. Em especial, a redução de carga horária no ensino de graduação dos docentes do Curso de Ciências Econômicas pode ser um mecanismo viável para implantação do Mestrado em Economia”*. Assim, se espera que com a inserção deste novo PPC contemplando uma entrada anual de 50 discentes, os docentes de economia possam, no futuro, planejar adequadamente um programa de mestrado que integre as formações dos docentes ao perfil dos egressos diante das demandas da sociedade.

4. APOIO AO DISCENTE

A Universidade Federal de Rondonópolis (UFR) definiu no Regimento de Cursos de Graduação (Resolução CONSEPE nº 10 de 14 de julho de 2022) e no Regimento de Ensino de Graduação (Resolução CONSEPE nº 15 de 31 de outubro de 2022) as diretrizes básicas que norteiam o apoio aos estudantes em suas práticas acadêmicas, entre as quais se incluem: apoio ao ensino e aprendizagem, apoio ao estágio supervisionado, acolhimento estudantil, monitoria, iniciação científica, intercâmbio nacional e internacional, Programa de Apoio Pedagógico ao Estudante Ingressante, entre outros.

As normatizes e programas contidos nas referidas Resoluções CONSEPE nº 10 e nº 15 visam garantir ao discente o apoio necessário para que possa, ao longo da graduação, ter o apoio pedagógico, psicológico, material e institucional para que desenvolva suas habilidades acadêmicas e profissionais, bem como ampara os docentes e técnicos administrativos com diretrizes e programas que possam dar suporte para tais atividades.

Os subitens, a seguir, descrevem como o Curso de Ciências Econômicas apoia, de maneira mais específica, seus discentes, bem como os dispositivos letais e materiais disponíveis para tal auxílio ao longo da graduação.

4.1 Programas Institucionais De Apoio Pedagógico Ao Discente

Ao ingressante o apoio pedagógico dar-se-á através do Programa Institucional de Acolhimento Estudantil que visa à recepção e acolhida do (a) estudante ingressante na Universidade Federal de Rondonópolis com atividades de letramento acadêmico e digital. Especificamente busca-se integrar o estudante recém-chegado aos espaços físicos da Universidade (Biblioteca, Restaurante Universitário, Registro Acadêmico, entre outros) e sistemas virtuais (SEI, SUAP, Portal de busca da biblioteca, entre outros), que serão utilizados ao longo de toda permanência do discente na graduação.

Nesse Programa, cuja competência é compartilhada entre a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROEG) e as coordenações de curso, se preveem atividades de recepção ao ingressante na primeira semana de aula e atividades de acolhida ao longo de todo o primeiro semestre letivo. Os estudantes que não são ingressantes podem pleitear bolsas específicas para

auxiliar no programa de acolhimento, sendo assim, uma maneira de integrar os novos estudantes aos discentes já inseridos na UFR.

Aos discentes do curso de Ciências Econômicas em qualquer momento de sua graduação é ofertada a possibilidade de realizar Iniciação Científica, Iniciação Empreendedora e Monitorias em disciplinas específicas. Os discentes que realizam Iniciação Científica ou Iniciação Empreendedora podem ser contemplados com bolsas de iniciação com recursos da própria UFR ou de outras fontes, por exemplo, FAPEMAT. Ademais, oportuniza-se bolsas de Ações Afirmativas para iniciações científicas e empreendedoras para grupos minoritários e com vulnerabilidade social, possibilitando a permanência estudantil e o apoio pedagógico necessário. Os programas de bolsa de iniciação, sejam elas empreendedoras ou científica, auxiliam os discentes em aplicações práticas e acadêmicas dos conteúdos ministrados em sala de aula, laboratórios e demais ambientes universitários, além de serem ferramentas institucionais de auxílio financeiro que permitem a permanência do estudante ao longo da graduação.

Por sua vez, o programa de monitoria tem como objetivo incentivar o aprendizado dos (das) estudantes e, conseqüentemente, a taxa de sucesso dos cursos de graduação; fornecendo apoio para que o estudante tenha maneiras diversas de assimilar o conteúdo lecionado. A Monitoria cumpre um importante papel de apoio aos discentes, uma vez que minimiza a taxa de evasão dos cursos, aumenta a taxa de sucesso e incentiva potenciais discentes que queiram ingressar na carreira acadêmica.

A Universidade Federal de Rondonópolis, mediante solicitação das coordenações de curso de graduação, oferta nivelamentos de conhecimentos básicos do ensino médio, os quais são requisitos básicos para o bom desempenho dos discentes ao longo da graduação. Esse nivelamento é oferecido institucionalmente por meio do Programa de Apoio Pedagógico ao Estudante Ingressante (PAPEI).

4.2 Programas de Apoio à mobilidade Nacional e Internacional

A mobilidade estudantil é compreendida como um vínculo temporário que o aluno da graduação regularmente matriculado pode manter com outra instituição de ensino superior nacional ou internacional, para uma temporada de estudos de 1 a 2 semestres, –

excepcionalmente 3 semestres – durante o período de integralização curricular do curso de origem, visando cursar componentes curriculares.

A mobilidade estudantil em âmbito nacional está normatizada pela Resolução CONSEPE n.15, de 31 de outubro de 2022 e pelo convênio ANDIFES, em que celebram universidades e demais instituições federais de ensino superior. Para a realização de mobilidade internacional, faz-se importante observar os editais específicos. A Resolução CONSEPE n. 74, de 28 de julho de 2014, que regulamenta os processos de mobilidade/intercâmbio para discentes, prevê que os critérios para definir o estudante de excelência devem ser estabelecidos por decisão do Colegiado de Curso, homologado pela Congregação e PROEG, que deverá dar ciência à SECRI.

Para a mobilidade nacional de estudantes requer-se que o (a) discente tenha cursado no mínimo 20% da carga horária do curso e não tenha mais do que duas reprovações nos dois períodos que antecedem a data do requerimento do intercâmbio. Já na modalidade de intercâmbio internacional a mobilidade é regulada por dispositivos específicos aprovados pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, conforme Resolução CONSEPE nº 15 de 31 de outubro de 2022 em seu artigo nº 123.

4.4 Apoio à participação discente em entidades estudantis e órgãos colegiados

O Curso de Graduação em Ciências Econômicas estimula a ampla e democrática participação dos discentes nos órgãos que os representem, ou seja, no Centro Acadêmico (CA) de Ciências Econômicas da UFR, Agremiações Desportivas (Atléticas), no Diretório Central dos Estudantes (DCE), na representação discente no Colegiado de Curso de Ciências Econômicas, na congregação da Faculdade de Ciências Aplicadas e Política (FACAP) e no Conselho Universitário (CONSUNI) da UFR.

4.5 Apoio Pedagógico, de infraestrutura física e Permanência

A UFR oferece apoio à permanência, mediante bolsas, refeições (café da manhã, almoço e jantar) subsidiadas no Restaurante Universitário, Moradia Universitária e de acessibilidade para cadeirantes e pessoas com deficiência visual, através de piso tátil. Em

termos de recursos didáticos para deficientes visuais conta-se com audiobooks disponíveis na biblioteca virtual.

5 AVALIAÇÃO

5.1 Avaliação do processo ensino aprendizagem

As diretrizes básicas do processo de avaliação de ensino e aprendizagem é regido na Universidade Federal de Rondonópolis (UFR) pela Resolução CONSEPE nº 10 de 14 de julho de 2022, a qual destina a Seção IV para discorrer detalhadamente sobre tal processo. Em linhas gerais estabelece que o processo de avaliação de ensino e aprendizagem é a competência do docente em valorar o conhecimento dos discentes através de atividades avaliativas dos mais variados tipos. Garante-se aos discentes, no mínimo, duas avaliações semestrais, e que nenhuma atividade avaliativa será realizada sem prévio aviso de, no

mínimo, 72 horas de antecedência e sem a entrega da atividade avaliativa anteriormente realizada.

Ainda segundo a Resolução CONSEPE nº 10 de 14 de junho de 2022, a avaliação da aprendizagem do (a) estudante, conforme definida no art. 56, deve ser contemplada nos objetivos e conteúdos propostos no plano de ensino do componente curricular. Os planos de ensino, por sua vez, devem ser homologados, no máximo, até o 30º (trigésimo) dia letivo do semestre corrente.

O curso de Ciências Econômicas preza por avaliações que permitam ao aluno (a) demonstrar o máximo de conteúdo absorvido ao longo do semestre, tendo o docente a liberdade de escolher qual a melhor forma de avaliar o respectivo conteúdo. As avaliações devem desenvolver no (a) aluno (a) avaliado (a) capacidades para assimilar teoria e prática, bem como utilizar as teorias aprendidas em sala de aula para interpretar os cenários e problemas econômicos que fazem parte da sociedade na qual o (a) estudante está inserido (a).

As avaliações devem levar em consideração, sempre que possível, os problemas econômicos vigentes e os atuais debates tanto do meio acadêmico quanto da profissão do economista. A construção das avaliações deve se nortear também pelos recentes conteúdos exigidos, por exemplo, no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), possibilitando ao discente que demonstre todo o potencial intelectual e acadêmico construído ao longo da graduação.

Ainda segundo a Resolução CONSEPE nº 10 de 14 de junho de 2022, a avaliação da aprendizagem do (a) estudante, conforme definida no art. 56, deve ser contemplada nos objetivos e conteúdos propostos no plano de ensino do componente curricular. Os planos de ensino, por sua vez, devem ser homologados, no máximo, até o 30º (trigésimo) dia letivo do semestre corrente.

De acordo com a Resolução CONSEPE UFR Nº 10, de 14 de julho de 2022, em seu Art. 56, a avaliação da aprendizagem, entendida como integrante do processo educacional deve fornecer subsídio ao desenvolvimento integral do(a) estudante e valorar suas habilidades cognitivas sobretudo a aplicação, a análise, a criação do conhecimento e, conjuntamente, promover a reflexão sobre a ação de aprendizagem realizada, a percepção crítica da sociedade por meio de ações práticas transformadoras alinhadas com a concepção de educação, ensino e aprendizagem, bem como as competências pretendidas no projeto pedagógico do curso.

A avaliação de aprendizagem deve descrever o estado do conhecimento do(a) estudante no período de oferta da disciplina, deve ser uma prática de acompanhamento e reorientação do percurso acadêmico do(a) discente pelo(a) docente, e concebida sob três tipologias, diagnóstica, formativa e somativa, sendo:

a) Avaliação diagnóstica é aquela em que se busca conhecer a situação de desenvolvimento do(a) estudante, reunir dados e observações que permitam uma descrição que ofereça elementos para verificar o que ele(a) aprendeu e como aprendeu, sendo planejada e executada pelo(a) docente, durante todo o período em que o(a) docente estiver envolvido(a) com o planejamento da disciplina, antes, durante e depois de sua realização, visando efetividade e resultado satisfatório.

b) Avaliação formativa ocorre quando os instrumentos de coleta de dados para a análise visam a descrição do conhecimento que está sendo construído e deve ocorrer normalmente durante todas as atividades de aprendizagem, não apenas durante as aulas. São exemplos de instrumentos de avaliação formativa, mas não restritos a estes, os exercícios, os estudos de caso, os resumos, a realização de um experimento, a confecção de um relatório, entre outros.

c) Avaliação somativa envolve a classificação quantitativa do estado do conhecimento do(a) estudante como adequado, ou não, diante de um parâmetro pretendido e referenciado no planejamento docente da disciplina, que deve estar descrito nos objetivos específicos de cada módulo ou seção de aprendizagem. Além dos elementos exemplificados na avaliação formativa, a prova é outro instrumento aplicável podendo ser atribuída uma nota que reflita o estado do conhecimento naquele momento.

Todas as formas de avaliação de aprendizagem devem estar contempladas nos objetivos e conteúdos propostos no plano de ensino do componente curricular, cabendo ao(à) docente determinar e informar os tipos de instrumento e formas de avaliação, a quantidade de atividades avaliativas do componente curricular, períodos e/ou datas de sua realização e devem ser apresentados aos(às) discentes no primeiro dia letivo do componente curricular, e deverá prever, no mínimo, duas avaliações por semestre e privilegiar formas e instrumentos variados.

O plano de ensino deve ser apreciado e homologado pelo colegiado de curso até o trigésimo dia do início do período letivo e caso haja alterações nos critérios e/ou instrumentos

avaliativos especificados no plano de ensino do componente curricular, o(a) docente deve encaminhá-las para ciência imediata do(a) coordenador(a) do curso e homologação pelo colegiado. Além disso, nenhuma atividade avaliativa poderá ser realizada sem o transcurso de setenta e duas horas entre a sua comunicação e a data de realização e sem a devolução do resultado de avaliação anterior.

Os casos de estágios supervisionados, trabalhos de conclusão de curso, a avaliação da aprendizagem deverá obedecer às normas especificadas em regulamento próprio.

As atividades de extensão realizadas nas disciplinas, bem como aquelas que integram parte da carga horária de outras disciplinas obrigatórias do curso, em atendimento à Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, devem estar sujeitas à contínua autoavaliação crítica, que se volte para o aperfeiçoamento de suas características essenciais de articulação com o ensino, a pesquisa, a formação do estudante, a qualificação do docente, a relação com a sociedade, a participação dos parceiros e a outras dimensões acadêmicas institucionais.

O resultado final de um componente curricular é composto da média final e da frequência. Será considerado aprovado(a) o(a) discente com frequência mínima de setenta e cinco por cento da carga horária do componente curricular e média final igual ou superior a seis (6,0), resultante da média das avaliações do período letivo, sendo:

- I I. nota igual ou superior a seis (6,0) e presença igual ou superior a setenta e cinco por cento da carga horária do componente curricular, "APROVADO (AP)";
- II II. nota inferior a seis (6,0) e presença igual ou superior a setenta e cinco por cento da carga horária do componente curricular, "REPROVADO (RP)"; e
- III III. presença inferior a setenta e cinco por cento da carga horária do componente curricular, "REPROVADO POR FALTA (RF)".

Ademais o Curso de Ciências Econômicas se preocupa em possibilitar a realização do processo de avaliação por alunos (as) que possuam algum tipo de deficiência física e/ou cognitiva, por exemplo: cegos, autistas, surdos, pessoas com baixa visão, entre outros. Garante-se o direito de igual tratamento e avaliação para os portadores de necessidades especiais e pessoas com deficiência (PCD's).

5.2 Avaliação da extensão (curricularização e creditação)

Considerando que o presente PPC do Curso de Ciências Econômicas se estrutura com um total de 300 horas em atividades extensionistas. Deste total, 192 horas representam três disciplinas de caráter extensionista o que compreende a curricularização desta. As demais cargas horárias para a execução da extensão deverão ser contempladas com projetos e programas, oferecidos pelo curso de Ciências Econômicas e cursos da Faculdade de Ciências Políticas e Aplicadas.

Quando da realização de atividades de extensão pelo discente de Ciências Econômicas em outro curso oferecido pela UFR e externo a unidade acadêmica da Faculdade de Ciências Aplicadas e Políticas (FACAP), a ciência e homologação da carga horária referente ao projeto e/ou programa realizado pelo aluno deverá ser validado pelo colegiado de curso. Quando da realização de atividades de extensão pelo discente de Ciências Econômicas em projetos e/ou pesquisas extensionistas realizadas no âmbito do curso e/ou nos cursos da FACAP, não há necessidade de ciência e homologação pelo colegiado.

As atividades extensionistas realizadas sob a configuração de disciplinas (curricularização) deverão ser avaliadas pelo docente responsável pela disciplina. O plano de atividades da disciplina de extensão deve estar em consonância com as Áreas Temáticas da Extensão (Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção e Trabalho), assim como as Políticas Institucionais da Extensão: Resolução CNE/CES nº 7 de 18 de dezembro de 2018; Resolução CONSEPE/UFR Nº 10, e Resolução CONSEPE/UFR nº. 66, de 10 de setembro de 2024.

Conforme exigência do Capítulo II, Art. 10 e 11, da Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Nos termos da referida resolução, as atividades de extensão devem estar sujeitas à contínua autoavaliação crítica e deve conter, obrigatoriamente:

- I a identificação da pertinência da utilização das atividades de extensão na creditação curricular;
- II a contribuição das atividades de extensão para o cumprimento dos objetivos do Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal de Rondonópolis e do Projetos Pedagógico do Curso de Graduação em Relações Internacionais;
- III a demonstração dos resultados alcançados em relação ao público participante

Caberá ao Núcleo Docente Estruturante do Curso de Graduação em Relações Internacionais elaborar os instrumentos, as dimensões e os indicadores que serão utilizados na autoavaliação continuada da extensão, em consonância com as dimensões e os indicadores estabelecidos pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX). Adicionalmente, poderão ser utilizadas as dimensões e os indicadores para avaliação das propostas de extensão previstas na Resolução CONSEPE/UFR nº 66, de 10 de Setembro de 2024, descritas como:

I. dimensão política de gestão:

- a) importância estratégica da extensão universitária;
- b) estrutura organizacional de suporte à extensão universitária;
- c) valorização da prática extensionista como critério de promoção na carreira;
- d) institucionalização de programas e projetos de extensão;
- e) formação em gestão da extensão para servidores dos órgãos e setores responsáveis pela extensão;
- f) capacitação em extensão promovida ou apoiada pela Pró-Reitoria aberta à comunidade;
- g) garantia da qualidade na extensão;
- h) taxa de aprovação de propostas de extensão em editais externos;
- i) recursos do orçamento anual público voltado para extensão;
- j) recursos da extensão captados via edital público externo; e
- k) recursos da extensão captados via prestação de serviços acadêmicos especializados;

I Dimensão infraestrutura

- a) disponibilidade de espaço físico para órgãos e setores de gestão da ex-tensão;
- b) estrutura de pessoal nos órgãos e setores de gestão da extensão;
- c) disponibilidade de equipamentos adequados para eventos culturais;
- d) disponibilidade de espaços adequados para a realização das ações;
- e) disponibilidade de espaços adequados de apoio ao empreendedorismo;
- f) logística de transporte de apoio à extensão;
- g) acesso e transparência das ações extensão; e
- h) sistemas informatizados de apoio à extensão;

III Dimensão relação universidade – sociedade:

- a) representação da sociedade na instituição pública de ensino superior;
- b) parcerias interinstitucionais;
- c) envolvimento de profissionais externos na extensão da instituição pública de ensino superior;
- d) representação oficial da instituição pública de ensino superior junto à sociedade civil;
- e) meios de comunicação com a sociedade;
- f) alcance da prestação de contas à sociedade;
- g) público alcançado por programas e projetos;
- h) público alcançado por cursos e eventos;
- i) público alcançado por atividades de prestação de serviço;
- j) professores da rede pública atendidos por cursos de formação continuada;
- k) ações de extensão dirigidas às escolas públicas, privadas e outras instituições de ensino básico e superior;
- l) inclusão de população vulnerável nas ações extensionistas; e
- m) municípios atendidos por ações extensionistas;

IV Dimensão plano acadêmico

- a) regulamentação de critérios para inclusão da extensão nos currículos;
- b) nível de inclusão da extensão nos currículos;
- c) articulação extensão – ensino;
- d) articulação extensão – pesquisa;
- e) contribuições da extensão para o ensino e a pesquisa;
- f) estudantes de graduação envolvidos em ações de extensão;
- g) proporção de estudantes de graduação envolvidos em extensão;
- h) participação geral da extensão no apoio ao estudante;
- i) participação de docentes na extensão; e

j) estudantes de graduação envolvidos em ações de extensão;

V Dimensão produção acadêmica

- a) ações de extensão desenvolvidas por modalidade;
- b) produção de materiais para instrumentalização da extensão;
- c) produção de livros ou capítulos, com base em resultados da extensão;
- d) publicação de artigos em periódicos, com base em resultados da extensão;
- e) comunicações em eventos, com base em resultados da extensão;
- f) produções audiovisuais;
- g) produções artísticas como exposições, espetáculos e outros;
- h) empreendimentos graduados em incubadoras; e
- i) cooperativas populares graduadas em incubadoras.

5.3 Avaliação externa e autoavaliação do curso

O sistema de acompanhamento e avaliação do Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Econômicas, a cargo do Colegiado de Curso e do Núcleo Docente Estruturante, está direcionado ao desenvolvimento institucionalizado de processo contínuo, sistemático, flexível, aberto e de caráter formativo. O processo avaliativo do curso integra o contexto da avaliação institucional da Universidade Federal de Rondonópolis, promovido pela Comissão Própria de Avaliação – CPA da UFR.

A avaliação do projeto do curso, em consonância com os demais cursos ofertados na UFR, leva em consideração a dimensão de globalidade, possibilitando uma visão abrangente da interação entre as propostas pedagógicas dos cursos. Também são considerados os aspectos que envolvem a multidisciplinaridade, o desenvolvimento de atividades acadêmicas integradas e o estabelecimento conjunto de alternativas para problemas detectados e desafios comuns a serem enfrentados.

Este processo avaliativo, aliado às avaliações externas advindas do plano federal, envolve docentes, servidores, alunos, gestores e egressos, tendo como núcleo gerador a reflexão sobre a proposta curricular e sua implementação. As variáveis avaliadas no âmbito do curso englobam, entre outros itens, a gestão acadêmica e administrativa do curso, o

desempenho dos corpos docente e técnico administrativo, a infraestrutura em todas as instâncias, as políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão e de apoio estudantil.

A metodologia prevê etapas de sensibilização e motivação por meio de seminários, o levantamento de dados e informações, a aplicação de instrumentos, a coleta de depoimentos e outros elementos que possam contribuir para o desenvolvimento do processo avaliativo, conduzindo ao diagnóstico, análise e reflexão, e tomada de decisão. Ainda o curso PARTICIPA DO Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) como meio de avaliação externa do curso.

As etapas da avaliação são as que se apresentam a seguir: elaboração dos formulários; aplicação dos formulários; análises dos resultados; confecção do relatório; divulgação dos resultados. Os dados e os indicadores serão sistematizados de forma comparativa, para que se realize uma análise da realidade do curso. Esses resultados serão apresentados sob a forma de relatório, elaborado pelo NDE, respeitando os seguintes aspectos: i) introdução; ii) contexto da Unidade Acadêmica (dados gerais sobre a FACAP); iii) sujeitos da avaliação (perfil dos participantes, quem e como participou); iv) resultados (dados descritivos, com tabelas e gráficos); v) interpretação dos resultados (aspectos relevantes dos resultados, pontos fortes e fracos que os dados evidenciarem); vi) reflexões conclusivas com proposição de soluções. Ressalta-se que os relatórios deverão ser encaminhados ao Colegiado do Curso de Ciências Econômicas para deliberação e posterior encaminhamento à Congregação da FACAP.

6 CORPO DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO

6.1 Corpo Docente

O corpo docente do curso de Ciências Econômicas é formado por doze (12) professores efetivos, sendo 11 doutores e 1 código de vaga em aberto (aguardando concurso público).

6.1.1 Quadro descritivo do corpo docente.

	Docente	Titulação	Área de formação	Regime de trabalho	Unidade acadêmica de origem	Experiência profissional no mundo do trabalho	Experiência no exercício da docência superior	Experiência no exercício da docência na EaD*
1	Antônio Carneiro de Almeida Junior	Dr.	Desenvolvimento Econômico	40hs - DE	UFPR	SIM	SIM	NSA
2	Carlos Eduardo de Freitas	Dr.	Economia Aplicada	40hs - DE	UFPE	SIM	SIM	NSA
3	Cássio Giovanni de Aguiar Costa	Dr.	Economia Ambiental	40hs - DE	UFMG	SIM	SIM	NSA
4	Cláudio Eurico Seibert Fernandes da Silva	Dr.	Economia Aplicada	40hs - DE	UFJF	SIM	SIM	NSA
5	Djalma Adão Barbosa Júnior	Dr.	Engenharia de Alimentos	40hs - DE	USP	SIM	SIM	NSA
6	Fábio Nobuo Nishimura	Dr.	Economia Aplicada	40hs - DE	UFPE	SIM	SIM	NSA
7	Juliano Morais Galle	Dr.	Economia Aplicada	40hs - DE	USP	SIM	SIM	NSA
8	Kelly Cardoso Faro	Dra.	Desenvolvimento Econômico	40hs - DE	UFU	SIM	SIM	NSA
9	Luís Gustavo Baricelo	Dr.	Economia Aplicada	40hs - DE	USP	SIM	SIM	NSA
10	Luís Otávio Bau Macedo	Dr.	Economia Aplicada	40hs - DE	USP	SIM	SIM	NSA
11	Renato Nataniel Wasques	Dr.	Desenvolvimento Econômico	40hs - DE	UFU	SIM	SIM	NSA
12	Código de vaga em aberto (CONTRAPARTIDA : VAGA 853594)							

Fonte: Comissão de elaboração do PPC

6.2 Quadro descritivo do corpo técnico-administrativo

	Técnico	Área de atuação	Titulação	Regime de trabalho	Unidade acadêmica de origem

1	Leandro Basso Motta	Administrativo	Especialista	40hrs	FACAP
2	Tiago Alves Wially	Administrativo	Graduado	40hrs	FACAP

Fonte: Comissão de elaboração do PPC

6.3 Equipe multidisciplinar

Conforme processo SEI 23853.004112/2023-07, a composição da Equipe Multidisciplinar está devidamente formalizada na UFR, por meio da PORTARIA PROTIC/REITORIA/UFR No 07, DE 24 DE ABRIL DE 2025

A Equipe Multidisciplinar é responsável por elaborar e/ou validar o material didático de cursos EaD. Ela conta com “professores responsáveis por cada conteúdo de cada disciplina, bem como os demais profissionais nas áreas de educação e técnica (webdesigners, desenhistas gráficos, equipe de revisores, equipe de vídeo, etc)” (Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância). Nesta portaria, devem constar os membros da equipe técnica, a saber:

- Eberson Omar Weschter
- Antonio Henrique Coutelo de Moraes
- Lezinete Regina Lemes
- Ana Paola de Souza Lim
- Camila Fernandes Domingues Duarte
- Waine Teixeira Júnior
- Wesley Ortiz Fernandes

A legislação que ampara a necessidade de compor esta equipe está elencada a seguir e também anexa a este processo:

- Portaria n. 2.117, de 6 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino;
- Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação Presencial e a Distância do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES (Indicadores 1.18, 2.2 e 2.3 2.4 3.10);
- Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância.

6.3.1 Quadro descritivo da equipe multidisciplinar

	Profissional	Regime de trabalho	Vínculo com a UFR
1	Eberson Omar Weschter	40/DE	efetivo
2	Antônio Henrique Coutelo de Moraes	40/DE	efetivo
3	Lezinete Regina Lemos	40/DE	efetivo
4	Camila Fernandes Domingues Duarte	40/DE	efetivo
5	Ana Paula de Souza Lima	40/DE	efetivo
6	Wainde Teixeira Júnior	40h/DE	efetivo
7	Wesley Ortiz Fernandes	40/DE	efetivo

Fonte: Comissão de redação do PPC

7 INFRAESTRUTURA

7.1 Sala De Trabalho Para Professores Em Tempo Integral

Considerando as limitações estruturais da Universidade Federal de Rondonópolis que compreendem a inexistência de um bloco específico para sala de aula, sala de professores, sala de permanência, orientação e demais atividades acadêmico-pedagógicas específicas. O NDE informa que atualmente os docentes do Curso de Graduação em Ciências Econômicas possuem 1 espaço físico no Bloco A com divisórias (drywall) que contemplam seis (07) salas de trabalho individuais (Salas 114, 115, 116, 118, 119, 120 e 121) sendo 1 com possível compartilhamento entre 2 docentes (114 e 115). Ainda, conta com 1 sala no Bloco B - SALA 186. As salas, em termos físicos, medem em média 9m².

A sala dos docentes viabiliza o trabalho ao apresentar escrivaninhas, cadeiras, armários para a guarda de equipamentos/materiais e espaço para atender as orientações discentes e ainda acesso à internet.

7.2 Sala De Trabalho Para a Coordenação De Curso

A sala da Coordenação do Curso de Graduação em Ciências Econômicas configura-se em um espaço de atendimento a docentes e alunos do curso, bem como do público em geral que procura a coordenação para obter informações diversas relativas ao curso, a eventos, a projetos, a retirada de certificados, entre outros interesses. Em termos físicos, apresenta 15m² e contém armários, bancadas com gavetas, aparelho de ar-condicionado, computador com acesso à internet, impressoras e aparelhos de telefone.

O Curso se utiliza da secretaria geral da Faculdade de Ciências Aplicadas e Políticas que congrega também os cursos de Administração, Ciências Contábeis e Direito.

7.3 Sala de aula

O Curso de Ciências Econômicas utiliza as salas de aula no Bloco B, Bloco D e Bloco E da Universidade Federal de Rondonópolis. Atualmente as salas de aula da UFR são compartilhadas entre todos os cursos de graduação, não sendo específicas para este ou outro

curso. Anterior ao início de cada semestre, no cadastro dos diários das futuras disciplinas, as coordenações efetuam a reserva das salas de acordo com a disponibilidade e horários definidos. Essa sistemática foi implantada para evitar a ociosidade das salas de aula. As salas de aulas dispõem de aparelhos de ar-condicionado, uma lousa branca, carteiras universitárias estofadas, mesa e cadeira para o professor e recipiente para depósito de lixo. Nas salas são disponibilizados pontos de acesso à internet, embora todas as salas tenham acesso *Wifi*. Nesse bloco, na área externa, há bebedouro com água resfriada e banheiros masculino e feminino.

As salas de aula atendem às necessidades institucionais e do curso, apresentam manutenção periódica, disponibilidade de recursos de acessibilidade. O curso contempla 10 Datashows e 2 notebooks que são utilizados nas diversas atividades pedagógicas em conjunto com os recursos de tecnologia disponibilizados pela universidade. Entretanto, é importante destacar que o presente PPC enseja ampliar as atividades práticas de ensino conforme anseio destacado pelos discentes nas autoavaliações do curso de Ciências Econômicas em 2021 (SEI UFMT) e 2023 (SEI UFR 23853001485/2024-07).

7.4 Ambiente de Convivência

Quanto a estrutura física destinada aos ambientes de convivência estudantil, a UFR oferece o Centro de Vivência que abriga o Diretório Central dos Estudantes, os Centros Acadêmicos, além de conjunto de banheiros, inclusive adequados para uso das Pessoas com Deficiência e espaços para integração, como pátio e uma concha acústica. A UFR dispõe ainda de dois anfiteatros, uma quadra poliesportiva, duas quadras de areia, Restaurante Universitário e uma cantina.

Centro de Convivência dos Estudantes



Fonte: <https://ufr.edu.br/pt-ingresso-forma/estudantes/>

7.5 Laboratórios

Os laboratórios de informática são administrados pela Pró-reitoria de Tecnologia da Informação e Comunicação. O Curso de Ciências Econômicas fará uso dos laboratórios de informática da Universidade Federal de Rondonópolis, por meio de agendamento pelo Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP).

Esses laboratórios atenderão às necessidades institucionais e do curso em relação à disponibilidade de equipamentos, ao conforto, à estabilidade e velocidade de acesso à internet, à rede sem fio e à adequação do espaço físico, possui hardware e software atualizados e passa por avaliação periódica de sua adequação, qualidade e pertinência.

A ciência econômica é uma área das ciências sociais que utiliza forte instrumental analítico-quantitativo e o uso de *software* para os cálculos estatísticos se faz imprescindível na formação acadêmica dos discentes.

7.5.1 Quadro de Laboratórios

LABORATÓRIO	UTILIZAÇÃO	LOCALIZAÇÃO	REGULAMENTO DE USO	CAPACIDADE DE OCUPAÇÃO
Laboratório de Informática	Compartilhada	1A [093] - Bloco A (UFR)		25 pessoas
Laboratório de Informática	Compartilhada	1E [347] - Bloco E (UFR)		21 pessoas
Laboratório de Informática	Compartilhada	2A [096] - Bloco A (UFR)		20 pessoas
Laboratório de Informática	Compartilhada	2E [348] - Bloco E (UFR)		22 pessoas
Laboratório de Informática	Compartilhada	3E [357] - Bloco E (UFR)		42 pessoas
Laboratório de Informática	Compartilhada	4E [364] - Bloco E (UFR)		30 pessoas
Laboratório de Informática	Compartilhada	1C [207] - Bloco C (UFR)		40 pessoas

Fonte: PROTIC, 2023.

7.6 Biblioteca

O acervo físico da Biblioteca está tombado e informatizado. O acervo virtual possui contrato que garante o acesso ininterrupto pelos usuários e ambos estão registrados em nome da UFR.

Nos casos dos títulos virtuais, há garantia de acesso físico na biblioteca, com instalações e recursos tecnológicos que atendem à demanda e à oferta ininterrupta via internet, bem como de ferramentas de acessibilidade e de soluções de apoio à leitura, estudo e aprendizagem.

O acervo é gerenciado de modo a atualizar a quantidade de exemplares e/ou assinaturas de acesso mais demandadas, sendo adotado plano de contingência para a garantia do acesso e do serviço.

Laboratório de informática da biblioteca



Fonte: Diretoria da Biblioteca (25/08/2022)

Acervo Físico



Fonte: Diretoria da Biblioteca (25/08/2022)

8 GESTÃO DO CURSO

8.1 Núcleo Docente Estruturante

Conforme a Resolução CONSEPE/UFR, nº 10 de 14 de julho de 2022, Regimento dos Cursos de Graduação no art. 29, “o Núcleo Docente Estruturante é um órgão consultivo e propositivo do curso de graduação, responsável pelo processo de concepção, avaliação e atualização do projeto pedagógico do curso”.

Cabe ao Núcleo Docente Estruturante:

I- contribuir para a consolidação do perfil profissional do(a) egresso(a) do curso, considerando as Diretrizes Curriculares Nacionais e as novas demandas do mundo do trabalho;

II- zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;

III- indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;

IV- colaborar com o colegiado de curso e a Comissão Própria de Avaliação para a autoavaliação periódica dos cursos de graduação; e

V- propor medidas de melhorias a partir dos resultados da autoavaliação dos cursos de graduação.

O núcleo docente estruturante do curso será constituído conforme disposto no art. 31 da Resolução CONSEPE/UFR, nº 10 de 14 de julho de 2022, Regimento dos Cursos de Graduação.

8.2 Colegiado de Curso

O colegiado do curso de Ciências Econômicas é instituído e regulamentado conforme os art. 16 a 28 da Resolução CONSEPE/UFR, nº 10 de 14 de julho de 2022, Regimento dos Cursos de Graduação. Conforme o disposto neste, o colegiado de curso de graduação é caracterizado como órgão planejador e executor das tarefas que lhes são peculiares quanto à gerência do curso de graduação e é a instância deliberativa e consultiva sobre políticas, estratégias e rotinas acadêmico-pedagógicas no âmbito do curso de graduação.

O colegiado de curso de graduação tem as seguintes atribuições:

I- dar posse a todos os seus membros;

II- elaborar, modificar e aprovar todas as regulamentações no âmbito do curso, submetendo-as à congregação para homologação;

III- cumprir e fazer cumprir as normas estabelecidas por instâncias superiores;

IV- articular-se, com o Núcleo Docente Estruturante, para elaborar o projeto pedagógico do curso e encaminhá-lo à Pró-Reitoria de Ensino de Graduação para análise; e ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão para aprovação; acompanhando a execução desse projeto com vistas à sua efetividade;

V- apreciar as alterações propostas pelo Núcleo Docente Estruturante para o desenvolvimento do projeto pedagógico do curso;

VI- realizar esforços, em conjunto com o Núcleo Docente Estruturante, para análise e avaliação do projeto pedagógico do curso, das matrizes curriculares, do perfil dos cursos, das atividades acadêmicas realizadas e dos demais projetos desenvolvidos nos cursos, em articulação com os objetivos e critérios de avaliação institucional da Universidade;

VII- deliberar sobre encaminhamentos realizados pelo Núcleo Docente Estruturante;

VIII- deliberar e supervisionar, juntamente com os(as) docentes, o planejamento e desenvolvimento didático-pedagógico dos componentes curriculares, mediante as diretrizes do curso e dos programas específicos;

IX- acompanhar as avaliações externas relacionadas aos processos de regulação do curso;

X- propor à direção o estabelecimento de convênios de cooperação técnica e científica com instituições afins no intuito de promover desenvolvimento e capacitação aos(as) docentes no âmbito do curso;

XI- avaliar e emitir parecer sobre os planos de ensino das disciplinas do curso;

XII- apoiar a realização de eventos acadêmicos do curso;

XIII- elaborar e acompanhar o desenvolvimento de planos de estudos dos estudantes;

XIV- deliberar sobre pedidos de aproveitamento de estudos e adaptação, mediante requerimento dos(as) interessados(as);

XV- aprovar os planejamentos e acompanhar os estágios curriculares supervisionados obrigatórios e não obrigatórios do curso;

XVI- avaliar, aprovar e acompanhar os programas acadêmicos pertinentes;

XVII- acompanhar as atividades de ensino, pesquisa, extensão, empreendedorismo e inovação, no âmbito de suas competências;

XVIII- deliberar sobre as solicitações de trancamento de matrícula e transferências;

XIX- decidir sobre recursos acadêmicos solicitados pelos(as) estudantes, conforme as normas e a legislação em vigor;

XX- solicitar à direção as providências adequadas para melhor utilização do espaço, bem como do pessoal e do material;

XXI- propor à congregação de instituto ou de faculdade critérios para a atribuição dos encargos didáticos;

XXII- deliberar sobre a restrição de participação parcial ou total de pessoas externas ao colegiado de curso de graduação nas reuniões que tratem de assuntos sigilosos;

XXIII- deliberar sobre o direito à voz de pessoas externas ao colegiado de curso de graduação nas reuniões; e

XXIV- deliberar e decidir sobre matéria omissa, na esfera de sua competência.

O colegiado de curso de graduação, incluindo o(a) presidente(a), terá uma quantidade não inferior a cinco membros nem superior a onze membros, perfazendo um total sempre ímpar, com a seguinte composição:

I- coordenador(a) de curso de graduação, membro nato, presidente(a);

II- docentes efetivos(as) que lecionam no curso:

a) deve-se respeitar a proporção mínima de sessenta por cento de membros docentes na composição do colegiado de curso de graduação;

b) deve-se procurar a representatividade do maior número de disciplinas no colegiado;

III- representante técnico(a) à disposição do curso; e

IV- representante discente matriculado(a) no curso:

a) o número de membros discentes não poderá ser inferior a dez por cento do número total da composição de cada colegiado de curso de graduação.

Os(As) representantes dos colegiados, assim como seus(suas) respectivos(as) suplentes, serão eleitos(as) e/ou definidos(as), a critério de cada colegiado ampliado de curso, da seguinte maneira:

I- por seus pares, com mandato de um ano para os(as) representantes estudantis, e de dois anos para os(as) representantes docentes e técnicos administrativos em educação; e

II- em caso de empate nas eleições para representantes de órgãos colegiados, será considerado(a) eleito(a) o(a) mais antigo(a) na Universidade Federal de Rondonópolis e, entre os de mesma antiguidade, o(a) mais idoso(a).

Parágrafo único. Perderá o mandato o membro de colegiado que, sem justificativa aceita pelo órgão, faltar a três reuniões consecutivas ou a cinco alternadas em um período de seis meses.

8.3 Comitê de Ética em Pesquisa

Tendo em vista a necessidade primordial de regulamentar as pesquisas realizadas na área das ciências da saúde, assim como nas ciências humanas e sociais, com a finalidade de proteger os/as participantes de pesquisa em seus direitos e assegurar que os estudos sejam realizados de forma ética, em 1996, foi criada pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS) a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep).

A Conep está diretamente ligada ao Conselho Nacional de Saúde e apresenta uma composição multi e transdisciplinar, reunindo representantes de diferentes áreas do conhecimento para cumprir sua principal atribuição, que é a avaliação dos aspectos éticos das pesquisas que envolvem seres humanos no Brasil. Em cumprimento à sua missão, a Conep elabora e atualiza as diretrizes e as normas para a proteção dos/as participantes de pesquisa e coordena o Sistema CEP/Conep.

O Sistema CEP/Conep é formado pela Conep (instância máxima de avaliação ética em protocolos de pesquisa envolvendo seres humanos) e pelos Comitês de Ética em Pesquisa (CEP), instâncias regionais dispostas em todo território brasileiro. Este sistema utiliza mecanismos, ferramentas e instrumentos próprios de inter-relação, em um trabalho cooperativo que visa, especialmente, à proteção dos/as participantes de pesquisa no Brasil, de forma coordenada e descentralizada.

Quanto aos marcos legais dos procedimentos éticos em pesquisa, convém ressaltar que, em 2011, foi iniciada uma ampla discussão no Sistema CEP/Conep com o objetivo de atualizar aspectos relacionados aos procedimentos éticos das pesquisas. Esse processo intenso de debates culminou na elaboração da Resolução CNS nº 466/2012, que revogou a Resolução CNS nº 196/1996 e criou a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep).

A Resolução CNS nº 466/2012, ainda em vigência, embora se pautasse expressivamente nos procedimentos éticos voltados às pesquisas em ciências biomédicas, foi criada com o propósito de abranger todas as áreas de conhecimento. Entretanto, o fato de haver uma única regulamentação de ética em pesquisa com seres humanos gerou descontentamentos e embates na comunidade científica, que resultaram na implementação da Resolução CNS nº 510/2016,

que se volta para as pesquisas em ciências humanas e sociais ou que utilizam metodologias dessa área de conhecimento.

Como uma instância local de apreciação dos protocolos de pesquisa, O CEP é, geralmente, criado pela instituição (universidade ou autarquia) em que são realizadas pesquisas. É no CEP, portanto, que serão feitos os registros das pesquisas, primando-se pelo critério de regionalidade. Já a Conep, vinculada diretamente ao Conselho Nacional de Saúde, é responsável pela homologação dos resultados do CEP e pela avaliação dos protocolos de pesquisa de alto risco.

O CEP institucional, por conseguinte, tem a função de revisar protocolos de pesquisa envolvendo seres humanos. Tem como responsabilidade primária decidir sobre os aspectos éticos das pesquisas a serem desenvolvidas na instituição, de modo a garantir e resguardar a integridade e os direitos dos/as voluntários/as participantes de pesquisa. Tem também papel consultivo e educativo, fomentando a reflexão em torno da ética na ciência, bem como a atribuição de receber denúncias e requerer a sua apuração.

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Rondonópolis (UFR) teve sua primeira reunião no dia 08 de junho de 2016, quando ainda era associado à Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). O CEP/UFR está localizado no Bloco Administrativo da UFR, térreo, sala 1, com endereço na Avenida dos Estudantes, nº 5055, Cidade Universitária, em Rondonópolis/MT, sob o CEP 78736-900. O telefone e o e-mail para contato são, respectivamente: (66) 3410-4153 / cep@ufr.edu.br. O horário de atendimento ao público é de segunda-feira à quinta-feira, das 13 horas às 17 horas. Informações, como datas de reuniões e membros do CEP, além de downloads de documentações diversas, estão disponíveis em: <https://ufr.edu.br/servicos/cep-rondonopolis/>.

O CEP/UFR é orientado pelo Regimento do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Rondonópolis, de 13 de março de 2020, que disciplina os critérios de composição, competências e procedimentos do CEP.

O CEP/UFR é constituído por um colegiado composto de, no mínimo, nove membros, dentre profissionais das áreas de ciências da saúde, ciências humanas e sociais, ciências agrárias e ciências exatas, e também por pelo menos dois/duas representantes da comunidade

e/ou servidores/as da instituição ou indicado/a pelo Conselho Municipal de Saúde e/ou Conselho Municipal de Educação, além dos/as respectivos/as suplentes.

Aos membros do CEP compete:

- estudar e relatar os projetos que lhes forem atribuídos pelo/a coordenador/a;
- comparecer às reuniões ordinárias, proferindo deliberação ou pareceres e manifestando-se a respeito de matérias em discussão;
- requerer deliberação de matéria em regime de urgência;
- verificar a instrução de procedimentos estabelecidos, a documentação e os registros dos dados gerados no decorrer do processo, o acervo de dados obtidos, os recursos humanos envolvidos, os relatórios parciais e finais do processo;
- desempenhar atribuições que lhes forem designadas pelo/a coordenador/a;
- apresentar proposições sobre as questões atinentes ao Comitê.

Retirado de: UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONÓPOLIS. Guia Orientativo do CEP/UFR. Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos. Rondonópolis: EdUFR, 2022. Disponível em: <http://book.ufr.edu.br/#/>. Acesso em 06 out. 2022.

8.4 Coordenação do Curso

A Coordenação do curso de Ciências Econômicas foi estabelecida conforme disposto nos Art. 10 a 15 da Resolução CONSEPE/UFR, nº 10 de 14 de julho de 2022. A coordenação de curso tem funções e atribuições inerentes ao seu encargo, que podem ser distribuídas em quatro dimensões distintas e interligadas, a saber:

I – Funções Políticas

São as funções políticas, por revelarem a competência do Coordenador na gestão intrínseca do curso que dirige: - ser um líder reconhecido na área de conhecimento do Curso. No exercício da liderança na sua área de conhecimento, o Coordenador poderá realizar atividades complementares, mediante oferta de seminários, encontros, jornadas e palestras

ministrados por grandes luminares do saber, relacionados com a área de conhecimento pertinente; - ser o representante de seu curso. Quando assim se intitula, imagina-se que, dirigindo o Curso, o Coordenador realmente o represente interna corporis, na própria instituição e, externa corporis, fora dela.

A representatividade se faz consequente da liderança que o Coordenador exerça em sua área de atuação profissional; ser responsável pela vinculação do Curso com os anseios e desejos do mercado. O Coordenador de Curso deverá manter articulação com empresas e organizações de toda natureza, públicas e particulares, que possam contribuir para o desenvolvimento do curso, para o desenvolvimento da prática profissional dos alunos com os estágios, para o desenvolvimento e enriquecimento do próprio currículo do curso.

II – Funções Gerenciais

São as funções gerenciais, por revelarem a competência do Coordenador na gestão intrínseca do curso que dirige:

- ser o responsável pela supervisão das instalações físicas, laboratórios e equipamentos do Curso;
- ser o responsável pela indicação da aquisição de livros, materiais especiais e assinatura de periódicos necessários ao desenvolvimento do Curso;
- conhecer o movimento da biblioteca quanto aos empréstimos e às consultas, seja por parte dos professores, seja por parte dos funcionários vinculados ao curso, seja enfim, relativamente aos alunos; -ser responsável pelo estímulo e controle da frequência docente e discente;
- ser responsável pela indicação da contratação de docentes.
- ser responsável pelo processo decisório de seu Curso.
- ser responsável pelo despacho célere dos processos que lhe chegarem às mãos, discutindo com seu diretor de faculdade ou de instituto, se for o caso, ou outro superior existente na instituição de ensino, quanto às dúvidas que os pleitos apresentarem.

III – Funções Acadêmicas

As funções acadêmicas sempre estiveram mais próximas das atenções do Coordenador de Curso. Todavia, as atribuições, os encargos e as responsabilidades do Coordenador não se limitam a tais funções:

- ser o responsável pela elaboração e execução do Projeto Pedagógico do Curso;
- ser responsável pelo desenvolvimento atrativo das atividades escolares;
- o/a coordenador/a de curso deve coordenar as orientações se o acompanhamento dos monitores, engajamento de professores e alunos em programas e projetos de extensão universitária, pelos estágios supervisionados e não-supervisionados.

IV – Funções Institucionais

Relacionam-se, algumas funções entendidas como de natureza institucional:

- responsável pelo acompanhamento dos egressos do Curso;
- responsável pelo acompanhamento das inscrições dos estudantes no ENADE e dos processos de avaliação do curso; responsável pelo reconhecimento de seu Curso e pela renovação periódica desse processo por parte do MEC.

9 EQUIVALÊNCIA DE MATRIZES CURRICULARES

9.1 Plano de Migração de Fluxo Curricular

Conforme o art. 195 da Resolução CONSEPE/UFR, nº 10 de 14 de julho de 2022, Regimento dos Cursos de Graduação a migração de fluxo curricular ocorre quando há mudança curricular e a adaptação dos(as) discentes já matriculados(as) deverá ser aprovada pelo colegiado de curso.

Nestes casos é garantida a possibilidade de permanência no currículo anterior aos(às) discentes que tenham integralizado pelo menos setenta e cinco por cento da carga horária de disciplinas de caráter obrigatório ou optativo no momento da implantação do novo currículo no sistema acadêmico.

Considerando os estudantes que se encontram em situação regular, quanto ao fluxo curricular do PPC anterior, tendo em vista a implantação do presente projeto pedagógico a partir do semestre letivo 2026/1, participarão da migração de fluxo curricular os discentes que ingressaram a partir do ano de 2023/1.

Para os(as) demais discentes, a adaptação curricular será definida conforme o ano de ingresso de modo a não acarretar descontinuidade ou prejuízo a sua formação profissional, conforme os planos de equivalência de fluxo curricular apresentados a seguir. O plano de migração para estudantes em situação distinta da descrita anteriormente será realizado de forma individual, considerando seu histórico escolar.

9.1.1 Plano de Migração de Fluxo Curricular (2025/2)

SEMESTR E	COMPONENTE CURRICULAR	C.H.
2°	História do Pensamento Econômico	64
	Matemática para Economia II	64
	Sociologia	64
	Probabilidade e Estatística	64
	Contabilidade Social	64
3°	Formação Econômica do Brasil	64
	Estatística Aplicada à Economia	64
	Microeconomia I	64
	Introdução ao estudo do Direito	64
	Macroeconomia I	64
4°	Economia Brasileira	64
	Microeconomia II	64
	Macroeconomia II	64
	Econometria I	64
	Economia Política	64
5°	Economia Brasileira Contemporânea	64
	Economia Industrial	64
	Econometria II	64
	Matemática Financeira	64
	Economia do Setor Público	64
6°	Políticas Agrícolas	64
	Economia Monetária	64
	Desenvolvimento Econômico	64
	Economia Internacional	64
	Metodologia Científica	64
7°	Crescimento Econômico	64
	Ação de Extensão I	64
	optativa 1	64
	Elaboração e Análises de Projetos	64
	optativa 2	64
8°	Ação de Extensão II	64
	optativa 3	64
	optativa 4	64
	Ação de Extensão III	64
	Inovação, Criatividade e Atitude Empreendedora	64
	Atividades Complementares	76

9.1.2 Plano de Migração de Fluxo Curricular (2025/1)

SEMESTR E	COMPONENTE CURRICULAR	C.H.
3°	Formação Econômica do Brasil	64
	Estatística Aplicada à Economia	64
	Microeconomia I	64
	Introdução ao Estudo do Direito	64
	Macroeconomia I	64
4°	Economia Brasileira	64
	Microeconomia II	64
	Macroeconomia II	64
	Econometria I	64
	Economia Política	64
5°	Economia Brasileira Contemporânea	64
	Economia Industrial	64
	Econometria II	64
	Matemática Financeira	64
	Economia do Setor Público	64
6°	Políticas Agrícolas	64
	Economia Monetária	64
	Desenvolvimento Econômico	64
	Economia Internacional	64
	Metodologia Científica	64
7°	Crescimento Econômico	64
	Ação de Extensão I	64
	optativa 1	64
	Elaboração e Análises de Projetos	64
	optativa 2	64
8°	Ação de Extensão II	64
	optativa 3	64
	optativa 4	64
	Ação de Extensão III	64
	Inovação, Criatividade e Atitude Empreendedora	64
	Atividades Complementares	76

9.1.3 Plano de Migração de Fluxo Curricular (2024/2)

SEMESTR E	COMPONENTE CURRICULAR	C.H.	
4°	Economia Brasileira	64	
	Microeconomia II	64	
	Macroeconomia II	64	
	Econometria I	64	
	Economia Política	64	
5°	Economia Brasileira Contemporânea	64	
	Economia Industrial	64	
	Econometria II	64	
	Matemática Financeira	64	
	Economia do Setor Público	64	
6°	Políticas Agrícolas	64	
	Economia Monetária	64	
	Desenvolvimento Econômico	64	
	Economia Internacional	64	
	Metodologia Científica	64	
7°	Crescimento Econômico	64	
	Ação de Extensão I optativa 1	64	
	Elaboração e Análises de Projetos optativa 2	64	
	8°	Ação de Extensão II optativa 3	64
		optativa 4	64
Ação de Extensão III		64	
Inovação, Criatividade e Atitude Empreendedora		64	
Atividades Complementares		76	

9.1.4 Plano de Migração de Fluxo Curricular (2024/1)

SEMESTR E	COMPONENTE CURRICULAR	C.H.	
5°	Economia Brasileira Contemporânea	64	
	Economia Industrial	64	
	Econometria II	64	
	Matemática Financeira	64	
	Economia do Setor Público	64	
6°	Políticas Agrícolas	64	
	Economia Monetária	64	
	Desenvolvimento Econômico	64	
	Economia Internacional	64	
	Metodologia Científica	64	
7°	Crescimento Econômico	64	
	Ação de Extensão I optativa 1	64	
	Elaboração e Análises de Projetos optativa 2	64	
	8°	Ação de Extensão II optativa 3	64
		optativa 4	64
Ação de Extensão III		64	
Inovação, Criatividade e Atitude Empreendedora		64	
Atividades Complementares		76	

9.1.5 Plano de Migração de Fluxo Curricular (2023/2)

SEMESTR E	COMPONENTE CURRICULAR	C.H.
6°	Políticas Agrícolas	64
	Economia Monetária	64
	Desenvolvimento Econômico	64
	Economia Internacional	64
	Metodologia Científica	64
7°	Crescimento Econômico	64
	Ação de Extensão I	64
	optativa 1	64

	Elaboração e Análises de Projetos	64
	optativa 2	64
8°	Ação de Extensão II	64
	optativa 3	64
	optativa 4	64
	Ação de Extensão III	64
	Inovação, Criatividade e Atitude Empreendedora	64
	Atividades Complementares	76

9.1.6 Plano de Migração de Fluxo Curricular (2023/1)

SEMESTR E	COMPONENTE CURRICULAR	C.H.
7°	Crescimento Econômico	64
	Ação de Extensão I	64
	optativa 1	64
	Elaboração e Análises de Projetos	64
	optativa 2	64
8°	Ação de Extensão II	64
	optativa 3	64
	optativa 4	64
	Ação de Extensão III	64
	Inovação, Criatividade e Atitude Empreendedora	64
	Atividades Complementares	76

10 REFERÊNCIAS

BELLONI, M. L. Educação a distância. 3.ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 14 mar. 2024.

BRASIL. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.** Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm. Acesso em: 14 mar. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010.** Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 14 mar. 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: 14 mar. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 14 mar. 2022. BELLONI, M. L. Educação a distância. 3.ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

BRASIL. **Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017.** Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm. Acesso em: 14 mar. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.637, de 20 de março de 2018**. Cria a Universidade Federal de Rondonópolis, por desmembramento de campus da Universidade Federal de Mato Grosso. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2018/lei-13637-20-marco-2018-786335-norma-pl.html>. Acesso em: 14 mar. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução CNS nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução CNS n. 510, de 07 de abril de 2016**. dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa nº 11, de 20 de junho de 2017**. Estabelece normas para o credenciamento de instituições e a oferta de cursos superiores a distância. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=66441-pn-n11-2017-regulamentacao-ead-republicada-pdf&category_slug=junho-2017-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 14 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CES nº 07, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_RES_CNECESN72018.pdf. Acesso em: 14 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria MEC nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019**. Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino. Disponível em: <https://ufr.edu.br/portal/wp-content/uploads/2021/01/ESTATUTO-UFR.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria MEC nº 25, de 21 de janeiro de 2021**. Fica aprovado o estatuto da Universidade Federal de Rondonópolis (UFR), com sede e foro no município de Rondonópolis, estado do Mato Grosso. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.117-de-6-de-dezembro-de-2019-232670913>. Acesso em: 14 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto nº 9.057, de 27 de maio de 2017**. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as

diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm Acesso em 14 de março de 2024

BRASIL. Ministério da Educação – MEC. Resolução MEC/CNECES n. 4, de 13 de julho de 2007, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Econômicas, bacharelado, e dá outras providências.

MEDEIROS; L. F. de.; MOSER, A.; SANTOS, N. dos. Assistente de conhecimento conceitual como um sistema intencional para processos tutoriais em Educação a Distância. *Perspectiva em Gestão & Conhecimento*, João Pessoa, v. 5, n.1, p. 155-168, jan./jun., 2015.

MENEGHETTI, A.F. Professor pesquisador/reflexivo: o olhar de tutores da Educação a Distância. Florianópolis, 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO. Resolução CONSEPE/UFMT n. 81, de 27 de abril de 2009. Dispõe sobre a reestruturação do Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Ciências Econômicas, bacharelado, presencial, da Faculdade de Ciências Aplicadas e Políticas (FACAP) da Universidade Federal de Rondonópolis (UFR), criado pela Resolução CONSEPE/UFMT n. 62, de 30 de março de 2009, com estrutura aprovada pela Resolução CONSEPE/UFMT n. 81, de 27 de abril de 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONÓPOLIS. **Resolução CONSUNI nº 40, de 22 de junho de 2021.** Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Federal de Rondonópolis para o quinquênio 2021 – 2025. Disponível em: <https://ufr.edu.br/portal/wp-content/uploads/2020/05/RESOLUCAO-CONSUNI-No-40.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONÓPOLIS. **Resolução CONSUNI nº 41, de 22 de junho de 2021.** Aprova o Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPPI) da Universidade Federal de Rondonópolis para o quinquênio 2021 – 2025. Disponível em: <https://ufr.edu.br/portal/wp-content/uploads/2020/05/RESOLUCAO-CONSUNI-No-41.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONÓPOLIS. **Resolução CONSEPE n. 10, de 14 de julho de 2022.** Dispõe sobre o Regimento dos Cursos de Graduação da Universidade Federal de Rondonópolis. Disponível em: https://sei.ufr.edu.br/sei/publicacoes/controlador_publicacoes.php?acao=publicacao_visualizar&id_documento=51088&id_orgao_publicacao=0. Acesso em: 14 mar. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONÓPOLIS. **Resolução CONSEPE n. 15, de 31 de outubro de 2022.** Dispõe sobre o Regimento de Ensino de Graduação da Universidade Federal de Rondonópolis. Disponível em: https://sei.ufr.edu.br/sei/publicacoes/controlador_publicacoes.php?

acao=publicacao_visualizar&id_documento=99242&id_orgao_publicacao=0. Acesso em: 26 abr. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONÓPOLIS. **Resolução CONSEPE/UFR nº 66, de 10 de Setembro de 2024.** Institui a Política de Extensão da Universidade Federal de Rondonópolis e dá outras providências. Disponível em:
https://ufr.edu.br/proex/wp-content/uploads/2024/09/SEI_0388176_RESOLUCAO_66.pdf. Acesso em: 04 mai. 2025.

6 APÊNDICE I – EMENTÁRIO

1º SEMESTRE

Componente Curricular				
INTRODUÇÃO À ECONOMIA				
Unidade Acadêmica Ofertante				
FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS E POLÍTICAS				
Carga Horária				
Teórica	Prática	Aula campo/ Visita Técnica	Extensão	Educação a distância
64 horas				25%
Total				64 horas
Ementa				
Conceitos Básicos Fundamentais: conceito de economia, escassez de recursos, necessidades ilimitadas, problemas econômicos fundamentais, sistemas econômicos, fronteira de possibilidades de produção, custos de oportunidade, fatores de produção, agentes econômicos, fluxo circular da renda, economia positiva e economia normativa. Noções de Microeconomia: demanda, oferta, equilíbrio de mercado, elasticidade-preço, estruturas de mercado. Noções de Macroeconomia: objetivos e instrumentos da política macroeconômica, contas nacionais, variáveis macroeconômicas básicas (consumo, investimento, poupança, produto e renda), moeda, inflação, balanço de pagamentos.				

BIBLIOGRAFIA BÁSICA
<p>MANKIW, N. G. Introdução à economia. São Paulo: Cengage Learning, 2014. KRUGMAN, P.; WELLS, R. Introdução à Economia. Grupo GEN, 2023. <i>E-book</i>. ISBN 9788595159679 ROSSETTI, J. P. Introdução à Economia, 21ª edição. Grupo GEN, 2016. <i>E-book</i>. ISBN 9788597008081. PINHO, D. B.; VASCONCELLOS, M. A. S.; TONETO, R. (Orgs.). Manual de economia. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
<p>CANO, W. Introdução à economia: uma abordagem crítica. São Paulo: EDUNESP, 2007. CASTRO, A. B.; LESSA, C. F. Introdução à economia: uma abordagem estruturalista. Rio de Janeiro: Forense, 1985. HOLANDA, N. Introdução à economia. Petrópolis: Vozes, 1982. KRUGMAN, P. R.; WELLS, R. Introdução à economia. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. VASCONCELLOS, M. A. S. Economia: micro e macro. São Paulo: Atlas, 2011.</p>

Componente Curricular				
MATEMÁTICA PARA ECONOMIA I				
Unidade Acadêmica Ofertante				
FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS E POLÍTICAS				
Carga Horária				
Teórica	Prática	Aula campo/ Visita Técnica	Extensão	Educação a distância
64 horas	0	-	-	25%
Total				64 horas
Ementa				
<p>A natureza da Economia Matemática. Modelos econômicos. Conjuntos. Funções e Gráficos. Análise de equilíbrio em economia: modelo linear e não-linear de equilíbrio de mercado. Matrizes e determinantes: operações matriciais. Sistemas de Equações Lineares: solução matricial. Regra de Cramer. Aplicação aos modelos de renda nacional.</p> <p>Aplicação aos modelos insumo-produtos. Derivadas de funções: conceito, regras e diferencial. Diferencial parcial. Elasticidade ponto. Diferencial total. Derivadas de matrizes.</p>				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				

CHIANG, A. ; WAINWRIGHT, K. **Matemática para economistas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.
SIMON, C; BLUME, L. **Matemática para economistas**. Bookman, 2004. xiii, 919 p.
STEWART, J. et al. **Cálculo**. 9. ed. Vol. 01, São Paulo: Cengage Learning, 2022.
LEITE, A. **Aplicações de matemática para administração, economia e ciências contábeis**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

HAZZAN, S. **Matemática básica para administração, economia, contabilidade e negócios**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2021.
RYAN, M. **Cálculo para leigos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Alta Books, 2016.
GUIDORIZZI, H. L. **Um curso de cálculo**. 6. ed. Vol. 01, Rio de Janeiro: LTC, 2019.
IEZZI, G. et al. **Fundamentos de matemática elementar**. Vol. 01, São Paulo: Atual, 2004. IEZZI, G. et al. **Fundamentos de matemática elementar**. Vol. 02, São Paulo: Atual, 2004. ÁVILA, G. **Cálculo 1: funções de uma variável**. 4 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

Componente Curricular				
HISTÓRIA ECONÔMICA GERAL				
Unidade Acadêmica Ofertante				
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS				
Carga Horária				
Teórica	Prática	Aula campo/ Visita Técnica	Extensão	Educação a distância
64 horas				25%
Total				64 horas
Ementa				
Ascensão e queda do feudalismo. Interpretações da transição do feudalismo para o capitalismo. Revolução Industrial Inglesa e expansão do capitalismo. Crise do capital no século XIX e a industrialização da Europa, Estados Unidos e Japão. Primeira Guerra Mundial. A revolução russa e o socialismo. A Grande Depressão. Segunda Guerra Mundial. Guerra fria e os anos de ouro do capitalismo. A Crise da década de 1970. Neoliberalismo e queda da União Soviética. A Crise de 2008. Novos atores econômicos: BRICS.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
DE SAES, FLÁVIO AZEVEDO MARQUES; SAES, ALEXANDRE MACCHIONE. História Econômica Geral . Saraiva Educação SA, 2017				

FRIEDEN, Jeffry A. **Capitalismo global**: história econômica e política do século XX. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. 573 p. ISBN 9788537800676
MAGALHAES FILHO, Fran
cisco de B. B. de. **História econômica**. São Paulo/ Rio de Janeiro: Sugestões Literárias, 1970. 472 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DOBB, Maurice Herbert. **A evolução do capitalismo**. 3 ed. São Paulo/ Rio de Janeiro: Nova Cultural, 1988. 282 p. (Os economistas)
HOBSBAWM, E. J. **A era das revoluções**: 1789-1848. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010. 535 p. ISBN 9788577530991.
HOBSBAWM, E. J. **A era do capital**: 1848-1875. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 343 p. (Coleção pensamento crítico; 12).
HOBSBAWM, E. J. **Era dos extremos**: o breve século XX - 1914-1991. 2 eds. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. 598 p.
HOBSBAWM, E. J. **A era dos impérios**: 1875-1914. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. 546 p.
HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**: do feudalismo ao Século XXI. 22ª Edição. Rio de Janeiro, 2017.

Componente Curricular				
ESTRUTURA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS				
Unidade Acadêmica Ofertante				
FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS E POLÍTICAS				
Carga Horária				
Teórica	Prática	Aula campo/ Visita Técnica	Extensão	Educação a distância
64 horas				25%
Total				64 horas
Ementa				

Contabilidade: conceito e classificação. Objetivos e fins da contabilidade. Variação do patrimônio líquido (PL). Fatos contábeis. Procedimentos contábeis básicos. Balanço Patrimonial (BP). Demonstração do Resultado do Exercício (DRE). Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL). Demonstração dos Fluxos de Caixa. Demonstração do Valor Adicionado (DVA). Notas Explicativas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRAGA, H. R. **Demonstrações Contábeis: Estrutura, Análise e Interpretação**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009. Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) - Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC).

IUDÍCIBUS, S. et al. **Manual de contabilidade societária**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MARION, J. C. **Análise das demonstrações contábeis**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2023.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamento Técnico CPC 26. Apresentação das demonstrações contábeis. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/pdf/CPC26.pdf>>.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Princípios fundamentais e normas brasileiras de contabilidade. 3. ed. Brasília: CFC, 2008.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução CFC n.º 1.125, de 15 de agosto de 2008. Aprova a NBC T 3.8 – Demonstração dos Fluxos de Caixa. Disponível: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2008/001125>. Acesso em: 10 ago. 2009.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução CFC n.º 1.138, de 21 de novembro de 2008. Aprova a NBC T 3.7 – Demonstração do Valor Adicionado. Disponível: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2008/001138>. Acesso em: 10 ago. 2009.

IUDÍCIBUS, S.; MARION, J. C. **Contabilidade comercial**. Atualizado Conforme Lei Nº 11.638/07 e Lei Nº 11.941/09 (Livro-texto). 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

REIS, A. **Demonstrações Contábeis. Estrutura e Análise**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

SANTOS, A. **Demonstração do valor adicionado: como elaborar e analisar o DVA**. 2e. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

Componente Curricular				
LÍNGUA PORTUGUESA				
Unidade Acadêmica Ofertante				
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS				
Carga Horária				
Teórica	Prática	Aula campo/ Visita Técnica	Extensão	Educação a distância
64 horas				25%

Total	64 horas
Ementa	
Produção de leitura. Produção de texto. Gramática da variedade padrão.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa . 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna . 26. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2008. KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender os sentidos do texto . São Paulo: Contexto, 2006. MARCUSCHI, L. A. Produção textual, análise de gêneros e compreensão . São Paulo: Parábola Editorial, 2008.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
HOUAISS, A. Dicionário Houaiss da língua portuguesa . Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. GOLD, M. Redação empresarial: escrevendo com sucesso na era da globalização . 2. ed. São Paulo: Makron Books, 2002. KLEIMAN, A. B. Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura . 11. ed. Campinas, SP: Pontes, 2008. MEDEIROS, J. B. Correspondência: técnica de comunicação criativa. Como redigir textos administrativos e oficiais . 20. ed. São Paulo: Atlas, 2010. SILVA, M. O novo acordo ortográfico da língua portuguesa . São Paulo: Contexto, 2008. SMITH, F. Compreendendo a leitura: uma análise psicolinguística da leitura e do aprender a ler . Porto Alegre: Artmed, 2003. SOLÉ, I. Estratégias de leitura . 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998. VAL, M. G. C. Redação e textualidade . 3. ed. São Paulo: Martins Fontes	

2º SEMESTRE

Componente Curricular
HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO
Unidade Acadêmica Ofertante
FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS E POLÍTICAS
Carga Horária

Teórica	Prática	Aula campo/ Visita Técnica	Extensão	Educação a distância
64 horas				25%
Total				64 horas
Ementa				
<p>As origens da economia política clássica. A fisiocracia e seus precursores. A economia de Adam Smith, de David Ricardo à síntese de John Stuart Mill. Karl Marx e o processo de acumulação de capital. Utilitarismo ético e triunfo do utilitarismo, a revolução marginalista e os novos sistemas. Ortodoxia Neoclássica, Friedman e o monetarismo. Escola Histórica Alemã. Veblen e o institucionalismo. Escola Keynesiana; Schumpeter, a inovação e o desenvolvimento econômico.</p>				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
<p>BRUE, Stanley L. História do Pensamento Econômico. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005. FEIJÓ, Ricardo Luis Chaves. História do pensamento econômico: de Lao tse a Robert Lucas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007. HUNT, E.K. História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. GASTALDI, J. P. Elementos de Economia Política. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2005. RICARDO, D. Ensaio acerca da influência do baixo preço do cereal sobre os lucros do capital. In: MARX, Karl. O Capital. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os Economistas). RICARDO, D. Princípios de economia política e tributação. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os Economistas). ROLL, E. História das doutrinas econômicas. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1962. RUBIN, I. A teoria marxista do valor. São Paulo: Brasiliense, 1980. SMITH, A. A Riqueza das Nações: investigação sobre sua natureza e suas causas. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.</p>				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
<p>BELLUZZO, L. G. M. Valor e Capitalismo: um ensaio sobre a economia política. 3. ed. São Paulo: EdUNICAMP, 1998. BRUNHOFF, S. A Moeda em Marx. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. DEANE, P. A evolução das idéias econômicas. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. DOBB, M. Economia Política e Capitalismo: ensaios sobre a tradição econômica. Rio de Janeiro: Graal, 1978. GAREGNANI, P. (Org.). Progresso Técnico e Teoria Econômica. São Paulo/ Rio de Janeiro: Hucitec, 1980. GENNARI, A.; OLIVEIRA, R. História do Pensamento Econômico. São Paulo: Saraiva, 2009. MARX, K. Para a crítica da Economia Política. São Paulo: Abril Cultural, 1974. (Coleção Os Economistas). RUBIN, I. I. A Teoria Marxista do Valor. São Paulo/ Rio de Janeiro: Brasiliense, 1980. SILVA, S. S. Valor e Renda da Terra: o movimento do capital no campo. São Paulo: Polis, 1981.</p>				

Componente Curricular
MATEMÁTICA PARA ECONOMIA II
Unidade Acadêmica Ofertante
FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS E POLÍTICAS
Carga Horária

Teórica	Prática	Aula campo/ Visita Técnica	Extensão	Educação a distância
64 horas		-	-	25%
Total				64 horas
Ementa				
<p>Otimização simples e otimização condicionada. Derivadas de ordens altas. Séries de Taylor. Funções logarítmicas e exponenciais. Taxas de crescimento. Condições de Concavidade e convexidade. Multiplicadores de Lagrange. Hessianos. Combinação de insumos de custo mínimo. Função produção CES. Função Cobb-Douglas. Condições de Kuhn- Tucker. Aplicações da dualidade com a identidade de Roy e lema de Shepard. Economia dinâmica e cálculo integral. Aplicação: Modelo de crescimento Harrod-Domar. Equações diferenciais. Aplicação: Modelo de crescimento de Solow. Equações de diferenças. Aplicação para inflação.</p>				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
<p>CHIANG, A.; WAINWRIGHT, K. Matemática para economistas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. SIMON, C; BLUME, L. Matemática para economistas. Bookman, 2004. xiii, 919 p. STEWART, J. et al. Cálculo. 9. ed. Vol. 02, São Paulo: Cengage Learning, 2022. GUIDORIZZI, H. L. Um curso de cálculo. 6. ed. Vol. 02, Rio de Janeiro: LTC, 2019.</p>				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
<p>ANTON, H.; BUSBY, R. Álgebra linear contemporânea 1. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006. ÁVILA, G. Cálculo 3: funções de várias variáveis. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1982. MORETTIN, P. A.; HAZZAN, S.; BUSSAB, W. de O. Cálculo: funções de uma e várias variáveis. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. GUIDORIZZI, H. L. Um curso de cálculo. 6. ed. Vol. 02, Rio de Janeiro: LTC, 2019. LEITE, A. Aplicações de matemática para administração, economia e ciências contábeis. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016</p>				

Componente Curricular
SOCIOLOGIA
Unidade Acadêmica Ofertante
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

Carga Horária				
Teórica	Prática	Aula campo/ Visita Técnica	Extensão	Educação a distância
64 horas				25%
Total				64 horas
Ementa				
<p>Conceitos fundamentais na Sociologia. Teorias clássicas da Sociologia. Teorias sociológicas não hegemônicas a partir do Sul Global. Formações sociais: desigualdade sociorraciais, de gênero e de classe, diversidade e a colonialidade do poder, do saber e do ser. Os efeitos da Globalização nas relações políticas, econômicas e sociais. Conhecimento sociológico: perspectivas interdisciplinares.</p>				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
<p>FOUCAULT, M. Vigiar e Punir: Nascimento da prisão. 37 ed. Petrópolis: Vozes, 2009. MARX, K; ENGELS, F. A Ideologia Alemã. São Paulo: Martins Fontes, 1989. (Novas Direções). SANTOS, B. S. Renovar a Teoria Crítica e Reinventar a Emancipação Social. São Paulo: Boitempo, 2007.</p>				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
<p>CHINOY, E. Sociedade: uma introdução a sociologia. 4 ed. São Paulo / Rio de Janeiro: Cultrix, 1975. COMTE, A. Curso de filosofia positiva: discurso sobre o espírito positivo: catecismo positivista; Regras do método sociológico e outros textos (As). 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. DURKHEIM, É. As Regras do Método Sociológico. São Paulo: Martin Claret, 2002. FORACCHI, M. M.; MARTINS, J. S. Sociologia e sociedade: leituras de introdução a sociologia. Rio de Janeiro: LTC, 1981. GIDDENS, A. Sociologia. Porto Alegre: Artmed, 2005. MARTINS, C. B. O que é Sociologia. São Paulo Brasiliense, 1994. WEBER, M. A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo. 13 ed. São Paulo: Pioneira, 1999. (Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais. Sociologia)</p>				

Componente Curricular
PROBABILIDADE E ESTATÍSTICA
Unidade Acadêmica Ofertante

FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS E POLÍTICAS				
Carga Horária				
Teórica	Prática	Aula campo/ Visita Técnica	Extensão	Educação a distância
32 horas	32 horas			
Total				64 horas
Ementa				
Estatística Descritiva: gráficos, medidas de tendência central, medidas de dispersão, medidas de assimetria e curtose. Probabilidade: esperança matemática, distribuições de probabilidade discretas (Uniforme, Bernoulli, Binomial, Poisson, Geométrica e Hipergeométrica), distribuições de probabilidade contínuas (uniforme, normal, normal padrão e distribuição t). Intervalos de Confiança. Teste de Hipóteses.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
<p>SPIEGEL, M. R.; SCHILLER, J. J.; SRINIVASAN, R. A. Probabilidade e estatística. (Schaum). Grupo A, Porto Alegre – RS, 2013.</p> <p>FREUND, J. E. Estatística Aplicada: Economia, Administração e Contabilidade. Grupo A, Porto alegre – RS, 2019.</p> <p>VIEIRA, S. Estatística básica – 2a edição revista e ampliada. Cengage Learning Brasil, São Paulo – SP, 2018.</p>				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
<p>OLIVEIRA, F. E. M. D. Estatística e Probabilidade - Exercícios Resolvidos e Propostos, 3a edição. Grupo GEN, Barueri – SP, 2017. E-book. ISBN 9788521633846.</p> <p>COSTA, G. G. de O. Curso de Estatística Inferencial e Probabilidades: Teoria e Prática. Grupo GEN, Barueri – SP, 2012..</p> <p>ROSS, S. Probabilidade. Grupo A, Porto Alegre – RS, 2010.</p> <p>DEVORE, J. L. Probabilidade e estatística para engenharia e ciências – Tradução da 9a edição norte-americana. Cengage Learning Brasil, São Paulo – SP, 2018.</p> <p>VIRGILLITO, S. B. Estatística Aplicada. Editora Saraiva, São Paulo – SP, 2017.</p>				

Componente Curricular

CONTABILIDADE SOCIAL				
Unidade Acadêmica Ofertante				
FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS E POLÍTICAS				
Carga Horária				
Teórica	Prática	Aula campo/ Visita Técnica	Extensão	Educação a distância
64 horas				25%
Total				64 horas
Ementa				
<p>Introdução à contabilidade social: origens das contas nacionais; fluxo circular da renda; fluxo e estoque. As principais medidas de atividade econômica (PIB E PNB). Identidades contábeis (ótics do PIB). Problemas de mensuração das contas nacionais. O sistema de contas nacionais no Brasil: As Contas Econômicas Integradas - CEI e a Tabela de Recursos e Usos - TRUs. O balanço de pagamentos. Indicadores econômicos e sociais (PIB per capita versus Índice de Desenvolvimento Humano - IDH).</p>				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
<p>FEIJÓ, Carmem Aparecida; RAMOS, Luís Olinto. Contabilidade social: referência atualizada das contas nacionais do Brasil. 5 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017. LAUTERT, Juliano; OLIVEIRA, Luciane Rosa de; ANTONOVZ, Tatiane. Contabilidade social. Porto Alegre: SAGAH, 2018. PAULANI, Leda; BOBIK, Márcio. A nova contabilidade social: uma introdução à macroeconomia. 5 ed. São Paulo: Saraiva Educação. 2020.</p>				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
<p>LOPES, L. M. BRAGA, M. B.; VASCONCELLOS, M.A.S., TONETO JUNIOR, R. Macroeconomia: Teoria e Aplicações de Política Econômica. 4 Ed. São Paulo: Atlas, 2018. FROYEN, Richard T. Macroeconomia: teorias e aplicações. 2 Ed. São Paulo: Saraiva, 2013. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Contas Nacionais. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais.html GUILHOTO, Joaquim José Martins. Análise de Insumo-Produto: teoria e fundamentos. Munich Personal RePEc Archive – MPRA. N. 32566. 2011. Disponível em: https://mpra.ub.uni-muenchen.de/32566/ BANCO CENTRAL DO BRASIL – BCB. Estatísticas do setor externo. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/estatisticas/estatisticassetorexterno SARTORIS, Alexandre. Números Índices. In: SARTORIS, Alexandre. Estatística e Introdução à econometria. 2 Ed. São Paulo: Saraiva, 2013.</p>				

3º SEMESTRE

Componente Curricular				
FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL				
Unidade Acadêmica Ofertante				
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS				
Carga Horária				
Teórica	Prática	Aula campo/ Visita Técnica	Extensão	Educação a distância
64 horas				25%
Total				64 horas
Ementa				
<p>As três etapas da economia colonial; Ciclo da economia colonial: Pau-Brasil; Cana-de-açúcar e Ouro; Abertura dos portos. A independência política. A economia mercantil-escravista cafeeira nacional. A emergência do mercado de trabalho assalariado. A transição da economia colonial exportadora escravista para a economia exportadora capitalista. A economia cafeeira. A economia da borracha. Capital cafeeiro e capital industrial. Os primórdios da industrialização brasileira. A Era Vargas e a política industrial de substituição de importações; Governo de Juscelino Kubitschek e o plano de Metas.</p>				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
<p>FURTADO, C. Formação Econômica do Brasil. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. MOTA, C. G. (Org.). Brasil em perspectiva. 12. ed. São Paulo: DIFEL, 1981. NOVAIS, F. A. Estrutura e Dinâmica do Antigo Sistema Colonial (séculos XVI – XVIII). 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 2007. PRADO JR., C. Formação do Brasil Contemporâneo: colônia. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. PRADO JR., C. História Econômica do Brasil. 43. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012. SIMONSEN, R. C. História Econômica do Brasil: 1500-1820. 8. ed. São Paulo: Nacional, 1978. VERSIANI, F. R.; BARROS, J. R. M. (Orgs.). Formação Econômica do Brasil: a experiência da industrialização. São Paulo: Saraiva, 1977.</p>				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
<p>ABREU, C. Capítulos de História Colonial: 1500-1800. 7 ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988. FERNANDES, F. Circuito Fechado: quatro ensaios sobre 'o poder institucional'. São Paulo: Globo, 2005. FREYRE, Gilberto. Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51. ed. São Paulo: Global, 2006. GORENDER, J. O Escravismo Colonial. 4. ed. São Paulo: Ática, 1985. IGLÉSIAS, F. A Industrialização Brasileira. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. 98 MAXWELL, K. A Devassa da Devassa: a inconfidência mineira: Brasil-Portugal - 1750-1808. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. MELLO, J. M. C. O Capitalismo Tardio: contribuição a revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988. NOVAIS, F. A. Aproximações: estudos de história e historiografia. São Paulo: Cosac Naify, 2005.</p>				

Componente Curricular				
ESTATÍSTICA APLICADA A ECONOMIA				
Unidade Acadêmica Ofertante				
FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS E POLÍTICAS				
Carga Horária				
Teórica	Prática	Aula campo/ Visita Técnica	Extensão	Educação a distância
32 horas	32horas			
Total				64 horas
Ementa				
<p>Aplicação em economia de medidas de posição: média, mediana, moda. Frequência e histograma. Medidas de dispersão: variância, desvio-padrão, coeficiente de variação. Aplicação de Teste de hipóteses. Números Índices (Laspeyres, Paasche). Índices de Preços: IPC, INCC, IGP-M, IGP-DI, IPCA. Operações com números índices: taxas de variação, deflacionamento e mudança de base. Índices de Concentração na Análise Econômica: Gini, Theil, CR4, CR8, IHH.</p>				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
<p>ANDERSON, D. R; SWEENEY, D. J.; WILLIAMS, T. A. Estatística aplicada à administração e economia. São Paulo: Cengage Learning, 2007.</p> <p>BUSSAB, Wilton de O.; MORETTIN, Pedro A. Estatística básica. In: Estatística básica. 10 edição. Saraiva, 2023.</p> <p>SARTORIS, A. Estatística e Introdução à Econometria. São Paulo: Saraiva, 2013.</p>				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
<p>FONSECA, J. S.; MARTINS, G. A. Curso de estatística. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1982.</p> <p>SPIEGEL, M. R. Estatística. São Paulo: Pearson Makron Books, 1994.</p> <p>SILVA, E. M. et al. Estatística: para os cursos de economia, administração e ciências contábeis. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.</p> <p>DOWNING, D.; CLARK, J. Estatística aplicada. São Paulo: Saraiva, 2010.</p> <p>MARTINS, G. A. Estatística geral e aplicada. São Paulo: Atlas, 2005.</p>				

Componente Curricular				
MICROECONOMIA I				
Unidade Acadêmica Ofertante				
FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS E POLÍTICAS				
Carga Horária				
Teórica	Prática	Aula campo/ Visita Técnica	Extensão	Educação a distância
64 horas	-	-	-	25%
Total				64 horas
Ementa				
Teoria do consumidor (Restrição orçamentária, preferências, utilidade, escolha); Demanda individual e de mercado; Incerteza; Teoria da Firma (Produção, Custos de Produção); Maximização de lucro e oferta competitiva; Análise de Mercados Competitivos.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
PINDYCK, R. S.; RUBINFELD, D. L. Microeconomia . São Paulo, 7. ed., Pearson, 2010. VARIAN, H. R. Microeconomia: Uma Abordagem Moderna . 9.ed., Rio de Janeiro: Editora Atlas, 2021. MANKIW, N. G. Princípios de Microeconomia . 4. ed., São Paulo: Cengage Learning, 2021.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
CHIANG, A.; WAINWRIGHT, K. Matemática para Economistas . Rio de Janeiro: Campus, 2006. STIGLITZ, J. E. Introdução a Microeconomia . Rio de Janeiro: Campus, 2003. WESSELS, J.W. Microeconomia: Teoria e Aplicações . 2.ed., São Paulo: Saraiva, 2010. EATON, B. C; EATON, D. F. Microeconomia . São Paulo: Saraiva, 1999. BESANKO, D.; BRAEUTIGAM. Microeconomia: Uma abordagem completa . Rio de Janeiro: LTC, 2004.				

Componente Curricular				
INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO				
Unidade Acadêmica Ofertante				
FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS E POLÍTICAS				
Carga Horária				
Teórica	Prática	Aula campo/ Visita Técnica	Extensão	Educação a distância
64				
Total				64 horas
Ementa				
<p>Definições do Direito. Direito e sociedade. Direito e ideologia. Direito e moral. Direito e história. Epistemologia da ciência jurídica. Dogmática jurídica. Controle social. A questão das fontes do Direito. Teorias da norma jurídica e do ordenamento jurídico. Direito objetivo e subjetivo. Direito público e direito privado. Direito intertemporal. Hermenêutica jurídica. Axiologia jurídica.</p>				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
<p>DINIZ, Maria Helena. Compêndio de introdução à ciência do direito. 7. ed. atual. São Paulo: Saraiva, 1995. 01 ex. 340.12 D585c. NADER, Paulo. Introdução ao estudo do direito. 32. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010. 5 ex. 340.12 N135i 32. Minha Biblioteca 43. ed. REALE, Miguel. Lições preliminares de direito. 22. ed. São Paulo: Fundação Dorina Nowill Para Cegos, 2000. 01 ex. 340.12 R288l. Minha Biblioteca 27. ed.</p>				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
<p>CALDAS, Gilberto. A técnica do direito. 4. ed. São Paulo: Leia Livros, [198-]. 8 v. 01 ex. 340.12 C145t. GUSMÃO, Paulo Dourado de. Introdução ao estudo do direito. 16. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1994. 3 ex. 34 G981i 16 ed. MACHADO SEGUNDO, Hugo de Brito. Fundamentos do direito. São Paulo: Atlas, 2009. 9 ex. 340.12 M149f. MONTORO, André Franco. Introdução à ciência do direito. 23. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995. 01 ex. 340.12 M798i. SILVEIRA, Alípio. Hermenêutica jurídica: seus princípios fundamentais no direito brasileiro. São Paulo: Leia, [198-]. 4 v. 01 ex. 340.132.6 S587h</p>				

Componente Curricular				
MACROECONOMIA I				
Unidade Acadêmica Ofertante				
FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS E POLÍTICAS				
Carga Horária				
Teórica	Prática	Aula campo/ Visita Técnica	Extensão	Educação a distância
64 horas	-	-	-	25%
Total				64 horas
Ementa				
<p>A macroeconomia clássica: produção e emprego de equilíbrio; teoria clássica da demanda agregada; teoria clássica da taxa de juros; política econômica no modelo clássico de equilíbrio. A macroeconomia de Keynes: crítica de Keynes à economia clássica do emprego; princípio da demanda efetiva; teoria do consumo e multiplicador; teoria do investimento e expectativa; preferência pela liquidez e taxa de juros; política econômica em Keynes; modelo IS-LM; modelos de curto prazo da síntese neoclássica com preços rígidos.</p>				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
<p>BLANCHARD, O. Macroeconomia. 5. ed. Rio de Janeiro: Pearson, 2011. FROYEN, Richard. Macroeconomia. Saraiva Educação SA, 2017. KEYNES, J. M. Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda. São Paulo: Saraiva, 2012.</p>				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
<p>DORNBUSCH, Rudiger; FISCHER, Stanley; STARTZ, Richard. Macroeconomia. Bookman Editora, 2013. LIMA, Gilberto Tadeu; SICSÚ, João (Org.). Macroeconomia do emprego e da renda: Keynes e o keynesianismo. Barueri: Manole, c2003 LOPES, Luiz Martins et al. Macroeconomia: teoria e aplicações de política econômica. 2018. MANKIWI, Nicholas Gregory. Macroeconomia. Grupo GEN, Editora Atlas. 10ª Edição. 2021. MOGGRIDGE, D. E. As idéias de Keynes. São Paulo: Cultrix, 1981 PREBISCH, Raúl. Keynes, uma introdução. São Paulo: Brasiliense, 1991. 148 p.</p>				

4º SEMESTRE

Componente Curricular				
ECONOMIA BRASILEIRA				
Unidade Acadêmica Ofertante				
FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS E POLÍTICAS				
Carga Horária				
Teórica	Prática	Aula campo/ Visita Técnica	Extensão	Educação a distância
64 horas				25%
Total				64 horas
Ementa				
<p>O Plano Trienal. O PAEG, as reformas tributária e do sistema financeiro e o problema da conta-movimento. O período do “milagre”: 1967-73. O primeiro choque do petróleo e a estratégia de crescimento com endividamento externo. O prelúdio da década perdida: a economia brasileira e o segundo choque do petróleo. Reformas econômicas dos anos 1980 e 1990: Planos heterodoxos de estabilização: Cruzado I, II.</p>				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
<p>ABREU, M. P. (ORG.) A Ordem do Progresso: dois séculos de política econômica no Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro, Elsevier, 2014.</p> <p>GIAMBIAGI, F.; ALÉM, A. C, Finanças Públicas: teoria e prática no Brasil. Rio de Janeiro, Elsevier. 2016.</p> <p>GIAMBIAGI, F.; CASTRO; L. B.; VILLELA, A. A.; HERMANN, J. Economia Brasileira Contemporânea: 1945–2015. 3 ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2021.</p> <p>MELLO, J. M. C. O Capitalismo Tardio: contribuição a revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.</p>				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
<p>CAMPOS, F. A. Internacionalização brasileira e Instrução 113 da Sumoc. Am. Lat. Hist. Econ, México , v. 24, n. 2, p. 93-124, agosto 2017.</p> <p>CAPUTO, A. C.; MELO, H. P. A industrialização brasileira noas anos de 1950: uma análise da instrução 113 da SOMOC. Estudos Econômicos, v. 39, n. 3, pp. 513-538, jul-set/2009.</p> <p>FURTADO, C. Formação Econômica do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.</p> <p>GREMAUD, A. P.; VASCONCELLOS, M. A. S.; TONETO JÚNIOR, R. Economia brasileira</p>				

contemporânea. 7. ed. 2007.
HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2000.
SINGER, P. **Crise do milagre (A)**: interpretação crítica da economia brasileira. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

Componente Curricular				
MICROECONOMIA II				
Unidade Acadêmica Ofertante				
FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS E POLÍTICAS				
Carga Horária				
Teórica	Prática	Aula campo/ Visita Técnica	Extensão	Educação a distância
64 horas				25%
Total				64horas
Ementa				
Monopólio e monopsonio; Discriminação de preços e poder de mercado; Competição monopolística e oligopólio; Teoria dos Jogos; Mercados para fatores de produção; Equilíbrio geral e eficiência econômica; Mercados com informações assimétricas.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
PINDYCK, R. S.; RUBINFELD, D. L. Microeconomia . São Paulo, 7. ed., Pearson, 2010. VARIAN, H. R. Microeconomia: Uma Abordagem Moderna . 9.ed.,Rio de Janeiro:Editora Atlas, 2021. MANKIW, N. G. Princípios de Microeconomia .4. ed.,São Paulo: Cengage Learning, 2021.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
BESANKO, D.;BRAEUTIGAM. Microeconomia: Uma abordagem completa . Rio de Janeiro: LTC, 2004 CHIANG, A.; WAINWRIGHT, K. Matemática para Economistas . Rio de Janeiro: Campus, 2006. MANKIW, N.G. Princípios de microeconomia . São Paulo, CENGAGE, 2023 STIGLITZ, J. E. Introdução a Microeconomia . Rio de Janeiro: Campus, 2003. WESSELS, J.W. Microeconomia: Teoria e Aplicações . 2.ed., São Paulo: Saraiva, 2010. .				

Componente Curricular				
MACROECONOMIA II				
Unidade Acadêmica Ofertante				
FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS E POLÍTICAS				
Carga Horária				
Teórica	Prática	Aula campo/ Visita Técnica	Extensão	Educação a distância
64 horas				25%
Total				64 horas
Ementa				
<p>Modelos macroeconômicos de médio prazo. Modelos macroeconômicos com preços flexíveis. Modelo de Oferta Agregada e Demanda Agregada (OA-DA). Curva de Phillips. Modelo monetarista. Expectativas adaptativas. Modelo novo-clássico. Expectativas racionais. Curva de oferta de Lucas. Modelos novo-keynesianos. Macroeconomia aberta. Modelo IS-LM-BP.</p>				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
<p>BLANCHARD, O. Macroeconomia. 5. ed. Rio de Janeiro: Pearson, 2011. DORNBUSCH, Rudiger; FISCHER, Stanley; STARTZ, Richard. Macroeconomía. Bookman Editora, 2013. FROYEN, Richard. Macroeconomia. Saraiva Educação SA, 2017</p>				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
<p>GIAMBIAGI, Fábio; TERRA, Cristina. Finanças Internacionais: Macroeconomia Aberta. Elsevier Brasil, 2014. HALL, Robert E.; LIEBERMAN, Marc. Macroeconomia: princípios e aplicações. Cengage Learning Edições Ltda, 2003. LOPES, Luiz Martins et al. Macroeconomia: teoria e aplicações de política econômica. 2018. LOPES, L. M; VASCONCELLOS, M. A. S. (Org.). Manual de Macroeconomia: nível básico e nível intermediário. São Paulo: Atlas, 2008 MANKIW, Nicholas Gregory. Macroeconomia. Grupo GEN, Editora Atlas. 10ª Edição. 2021</p>				

Componente Curricular				
ECONOMETRIA I				
Unidade Acadêmica Ofertante				
FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS E POLÍTICAS				
Carga Horária				
Teórica	Prática	Aula campo/ Visita Técnica	Extensão	Educação a distância
32horas	32horas			
Total				64 horas
Ementa				
A natureza da Econometria e dos dados econômicos. O Modelo de Regressão Linear. Estimação. Testes de hipótese. Estimadores assintóticos. Variáveis Binárias (dummies).				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
<p>WOOLDRIDGE, J. M. Introdução à econometria: uma abordagem moderna. São Paulo: Cengage Learning, 2008.</p> <p>HILL, R. C.; GRIFFITHS, W. E.; JUDGE, G. G. Econometria. São Paulo: Saraiva, 2003.</p> <p>GUJARATI, D. N. Econometria Básica. Makron Books, 2000.</p>				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
<p>BUSSAB, Wilton de O.; MORETTIN, Pedro A. Estatística básica. In: Estatística básica. 10 edição. Saraiva, 2023.</p> <p>KENNEDY, P. Manual de econometria. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.</p> <p>KARMEL, P.H.; POLASEK, M. Estatística geral e aplicada à economia. São Paulo: Atlas, 1981.</p> <p>SARTORIS, A. Estatística e introdução à econometria. In: Estatística e introdução à econometria. Saraiva, 2008.</p> <p>WONNACOTT, R. J.; WONNACOTT, T. H. Econometria. Rio de Janeiro: LTC, 1976 KARMEL, P. H;</p>				

Componente Curricular				
ECONOMIA POLÍTICA				
Unidade Acadêmica Ofertante				
FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS E POLÍTICAS				
Carga Horária				
Teórica	Prática	Aula campo/ Visita Técnica	Extensão	Educação a distância
64 horas				25%
Total				64 horas
Ementa				
<p>Mercadoria e valor: o trabalho como substância geradora de valor e o seu duplo caráter, o tempo de trabalho socialmente necessário, a dinâmica entre valor e valor de troca e as equações do valor; o par de contrários valor x valor de uso, o fetichismo da mercadoria. O dinheiro: a origem do dinheiro, as funções do dinheiro e o surgimento das duas primeiras formas de crise. A transformação do dinheiro em capital e a origem do mais-valor. Capital constante e capital variável. A jornada de trabalho e a taxa de mais-valor. As formas do mais-valor. Cooperação, manufatura e grande indústria. Reprodução simples e reprodução ampliada. A lei geral de acumulação capitalista. A acumulação primitiva de capital. Acumulação e distribuição da riqueza.</p>				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
<p>MARX, K. O Capital. Tomo I. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. MARX, K. O Capital. Tomo II. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. RICARDO, D. Princípios de Economia Política e de Tributação. São Paulo: Abril Cultural, 1982. SMITH, A. A Riqueza das Nações: investigação sobre sua natureza e suas causas. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.</p>				

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BORJAS, G. Economia do Trabalho. 5. ed. Porto Alegre: AMGH, 2012.
HUNT, Emery Kay. **História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica**. Campus, 1989.
MARX, K. **O Capital**. Tomo III. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986
NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia Política: uma introdução crítica**. Volume 1. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
SINGER, P. **Curso de Introdução à Economia Política**. 14. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.

5º SEMESTRE

Componente Curricular				
ECONOMIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA				
Unidade Acadêmica Ofertante				
FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS E POLÍTICAS				
Carga Horária				
Teórica	Prática	Aula campo/ Visita Técnica	Extensão	Educação a distância
64 horas				25%
Total				64 horas
Ementa				
O plano Collor I e II; O Plano Real: a estabilização com âncora cambial. O colapso da âncora cambial e o tripé macroeconômico. A indústria brasileira nos anos 1990: crise, especialização regressiva e desnacionalização da estrutura produtiva nacional. Os governos Lula e seus resultados. O Brasil frente às crises do Subprime e da dívida na Zona do Euro: os governos Dilma. O debate acerca da Nova Matriz Econômica. A economia brasileira pós-Dilma; Governo Bolsonaro e período de pandemia.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				

ABREU, M. P. (ORG.) **A Ordem do Progresso**: dois séculos de política econômica no Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro, Elsevier, 2014.

GIAMBIAGI, F.; ALÉM, A. C. **Finanças Públicas**: teoria e prática no Brasil. Rio de Janeiro, Elsevier, 2016.

GIAMBIAGI, F.; CASTRO, L. B.; VILLELA, A. A.; HERMANN, J. **Economia Brasileira Contemporânea**: 1945–2015. 3 ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2021.

FILGUEIRAS, L. A. M.; BAPTISTA, C. M. P. P.; CARVALHO JÚNIOR, C. V.; OLIVEIRA, E. M. G.; VIRGÍLIO, A. P. S.; SILVA, L. G. A. C. C.; LINS, V. F. O desenvolvimento econômico recente: desindustrialização, reprimarização e doença holandesa. **Desenbahia**, v. 9, n. 17, p. 119-154, set. 2012.

SAAD-FILHO, A.; MORAIS, L. Neomonetarismo Tropical: a experiência brasileira nos anos noventa. **Revista de Economia Política**, v. 22, n. 1, p. 3-22, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARBOSA, F. H. Crises Econômicas e Política: origens e consequências. **Conjuntura Econômica**, v. 69, n. 09, set. 2015, p. 53.

BARBOSA FILHO, F. H. A Crise Econômica de 2014/2017. **Estudos Avançados**, v. 31, n. 89, jan./abr. 2017, pp. 51-60.

BORGES, B. Debate dos Impactos da Nova Matriz Econômica: a visão de que há exagero. **Conjuntura Econômica**, v. 71, n. 11, out. 2017, pp. 10-11.

KREGEL, J. A. Was There an Alternative to Brazilian Crisis? **Revista de Economia Política**. São Paulo, v. 19, n. 3, pp. 23-38, jul-set de 1999.

PESSÔA, S. Downgrade: a culpa é do estado de bem-estar ou da nova matriz? **Conjuntura Econômica**, v. 68, n. 4, abr. 2014, pp. 10-11.

PESSÔA, S. Debate dos Impactos da Nova Matriz Econômica: a visão mais crítica. **Conjuntura Econômica**, v. 71, n. 10, out. 2017, pp. 10-11.

SAAD-FILHO, A.; MOLLO, M. L. R. Inflation and Stabilization in Brazil: a political economy analysis. **Review of Radical Political Economics**, v. 34, n. 2, 2002, p. 109-134.

SILVA, M. L. F. Plano Real e Âncora Cambial. **Revista de Economia Política**, v. 22, n. 3, 2002, p. 3-24.

Componente Curricular

ECONOMIA INDUSTRIAL

Unidade Acadêmica Ofertante

FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS E POLÍTICAS

Carga Horária

Teórica	Prática	Aula campo/ Visita Técnica	Extensão	Educação a distância
64 horas				25%
Total				64horas

Ementa

Conceitos básicos de Empresa, Indústria e Mercados; Modelo Estrutura-Condução-Desempenho; Concentração Industrial; Diferenciação de Produtos; Barreiras à Entrada; Estrutura de Mercado e Inovação; Teoria dos Custos de Transação; Concorrência Schumpeteriana; Estratégias de Inovação; Políticas e Regulação dos Mercados: Defesa da Concorrência, Regulação Econômica, Política Industrial.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

KUPFER, D.; HASENCLEVER, L. **Economia Industrial: fundamentos teóricos e práticos no Brasil.** São Paulo: Campus, 2020.

KON, A. **Economia industrial.** São Paulo: Nobel, 1999.

FREEMAN, C.; SOETE, Luc. **A economia da inovação industrial.** Campinas: EdUNICAMP, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

NELSON, R. R. e WINTER, S. G. **Uma Teoria Evolucionária da Mudança Econômica.** Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

NELSON, R. R. **As Fontes do Crescimento Econômico.** Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

PENROSE, E. T. **A Teoria do Crescimento da Firma.** Campinas: Unicamp, 2006.

SCHUMPETER, J. **Teoria do Desenvolvimento Econômico.** Ed. Abril Cultural, 1982.

BESSANT, J.; TIDD, J. **Inovação e Empreendedorismo.** 3.ed.,Porto Alegre: Bookman, 2019.

Componente Curricular				
ECONOMETRIA II				
Unidade Acadêmica Ofertante				
FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS E POLÍTICAS				
Carga Horária				
Teórica	Prática	Aula campo/ Visita Técnica	Extensão	Educação a distância
32horas	32horas			
Total				64 horas
Ementa				
Não linearidade na regressão. Heteroscedasticidade. Multicolinearidade. Autocorrelação. Normalidade dos resíduos. Problemas de Especificação.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				

WOOLDRIDGE, J. M. **Introdução à econometria**: uma abordagem moderna. São Paulo: Cengage Learning, 2008.
HILL, R. C.; GRIFFITHS, W. E.; JUDGE, G. G. **Econometria**. São Paulo: Saraiva, 2003.
GUJARATI, D. N. **Econometria Básica**. Makron Books, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BUSSAB, Wilton de O.; MORETTIN, Pedro A. Estatística básica. In: **Estatística básica**. 10 edição. Saraiva, 2023.
SARTORIS, A. Estatística e introdução à econometria. In: **Estatística e introdução à econometria**. Saraiva, 2008.
WONNACOTT, R. J.; WONNACOTT, T. H. **Econometria**. Rio de Janeiro: LTC, 1976 KARMEL, P. H; KARMEL, P.H.; POLASEK, M. **Estatística geral e aplicada à economia**. São Paulo: Atlas, 1981.
KENNEDY, P. **Manual de econometria**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

Componente Curricular				
MATEMÁTICA FINANCEIRA				
Unidade Acadêmica Ofertante				
FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS E POLÍTICAS				
Carga Horária				
Teórica	Prática	Aula campo/ Visita Técnica	Extensão	Educação a distância
64 horas				25%
Total				64 horas
Ementa				
O valor do dinheiro no tempo; Juros simples; juros compostos; valor presente e valor futuro; Operações de Descontos; Taxa de juros: efetiva, nominal, aparente e real; Equivalência entre taxas de juros; Fluxos de Caixa; Sistemas de amortização: SAC, Frances (price) e misto.				

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ASSAF NETO, A. **Matemática financeira**: Edição universitária. 2.ed. Barueru-SP: Atlas, 2023.
ZOT, W.D; CASTRO, M.L. **Matemática financeira**: Fundamentos e aplicações. Porto Alegre: RS: Bookman, 2015.
SOBRINHO, J.D.V. **Matemática Financeira**. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

NASCIMENTO, M.A. **Introdução à matemática financeira**. São Paulo: Saraiva, 2011.
SILVA, A.L.C. **Matemática financeira aplicada**. São Paulo: Atlas, 2010.
CRESPO, A.A. **Matemática financeira fácil**. 14.ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
BRUINI, A.L; FAMÁ, R. **Matemática financeira com HP 12C e EXCEL**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2008.
HAZZAN, S.; POMPEO, J.N. **Matemática financeira**. São Paulo: Saraiva, 2007

Componente Curricular				
ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO				
Unidade Acadêmica Ofertante				
FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS E POLÍTICAS				
Carga Horária				
Teórica	Prática	Aula campo/ Visita Técnica	Extensão	Educação a distância
64 horas				25%
Total				64horas
Ementa				

Estado e economia; Bens públicos, falhas de mercado e externalidades; Instrumentos de políticas disponíveis ao governo; Funções do Estado (alocativa, distributiva; estabilizadora); Sistema tributário; Orçamento público (LOA, PPA e LDO); Financiamento do governo (Dívida pública, superávit, endividamento); O sistema federativo brasileiro. Teoria dos bens sociais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

RIANI, F. **Economia do Setor Público**: Uma abordagem introdutória. 6.ed., Rio de Janeiro: LTC, 2016.
BIDERMAN, C.; ARVATE, P. (Org.). **Economia do setor público no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
GIAMBIAGI, F.; ALÉM, A. C. **Finanças públicas**: teoria e prática no Brasil. 4. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BEZERRA FILHO, J.E. **Orçamento aplicado ao setor público**: Abordagem simples e objetiva. 2.ed., São Paulo: Atlas, 2013.
FILHO, J. E. B. **Contabilidade Aplicada ao Setor Público**. Abordagem Objetiva e Didática. 3. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2021
GIACOMONI, J. **Orçamento público**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
BRASIL: **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988.
IPEA. **Estado, Instituições e Democracia: desenvolvimento**. Brasília: Ipea, 2010. (Disponível em pdf).

6º SEMESTRE

Componente Curricular				
POLITICA AGRÍCOLA				
Unidade Acadêmica Ofertante				
FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS E POLÍTICAS				
Carga Horária				
Teórica	Prática	Aula campo/ Visita Técnica	Extensão	Educação a distância

64 horas				25%
Total				64 horas
Ementa				
<p>Definições básicas e diferenciação entre conceitos: agricultura, agropecuária e agronegócio. Papel da agropecuária no desenvolvimento econômico. Participação absoluta e relativa da agropecuária na geração do Produto Nacional. Efeito de políticas econômicas gerais sobre a agropecuária. Efeito de políticas específicas para a agropecuária. Política de Crédito Agrícola. Política de Seguro Rural. Política de Zoneamento Agrícola. Política de Preços Mínimos. Política de Extensão Rural. Política de Pesquisa e Desenvolvimento para a agropecuária. Modernização da Agropecuária brasileira. Produtividade na agropecuária e mudança estrutural da agropecuária brasileira.</p>				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
<p>ALVES, Lucilio Rogerio Aparecido; BACHA, Carlos José Caetano (org.). Panorama da agricultura brasileira: estrutura de mercado, comercialização, formação de preços, custos de produção e sistemas produtivos. São Paulo: Alínea, 2018. 318 p. ISBN 9788575168202.</p> <p>BACHA, C. J. C. Economia e Política Agrícola no Brasil. São Paulo: Atlas, 2004</p> <p>NEVES, Marcos Fava. ZYLBERSTAJN, Décio. CALEMAN, Sílvia M. De Querioz. Gestão de sistemas de agronegócios. São Paulo. Editora Atlas, 2015.</p>				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
<p>TAVARES, M. F. F. Introdução à gestão do agronegócio. 2. ed. Porto Alegre: SAGAH, 2018.</p> <p>FEIJÓ, R. L. C. Economia Agrícola e Desenvolvimento Rural. Rio de Janeiro: LTC, 2010.</p> <p>ZUIN, L. F. S.; QUEIRÓZ, T. R. Agronegócios: gestão, inovação e sustentabilidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Uni, 2019.</p> <p>MIOLA, I. Z. Finanças verdes no Brasil. São Paulo: Editora Blucher, 2022.</p> <p>MARION, J. C. Contabilidade Rural. Agrícola, Pecuária e Imposto de Renda. 15. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2020.</p> <p>COSTA, A. J. O. Agricultura - Investimento e exportações. Rio de Janeiro: Expressa, 2021</p> <p>REIS, A. C.; CAMARGO, Roger S. Gestão de recursos ambientais. Porto Alegre: SAGAH, 2018.</p>				

Componente Curricular				
ECONOMIA MONETÁRIA				
Unidade Acadêmica Ofertante				
FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS E POLÍTICAS				
Carga Horária				
Teórica	Prática	Aula campo/ Visita Técnica	Extensão	Educação a distância

64 horas				25%
Total				64 horas
Ementa				
<p>Origens e conceito de moeda; Agregado monetário; Oferta e demanda de moeda; Política Monetária: fundamentos, operacionalidade e mecanismos de transmissão; Banco Central Independente; Metas de Inflação; Sistema Financeiro Nacional e Regulamentação; Novas Teorias Monetárias</p>				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
<p>CARVALHO, F. J. C.; SOUZA, F. E. P.; SICSÚ, J; PAULA, L. F. R; STUDART, R. Economia Monetária e Financeira: teoria e política. 3ª Edição. São Paulo: Editora Campus, 2015. FROYEN, R. T. Macroeconomia: Teorias e Aplicações. 2ª Edição Saraiva, 2013. DORNBUSCH, R; FISCHER, S. Macroeconomia. AMGH editora. 11ª edição, 2013. LOPES, L. M.; VASCONCELLOS, M. A. S. (Org) Manual de Macroeconomia: nível básico e nível intermediário. São Paulo: Atlas, 2008. BLANCHARD, O. Macroeconomia. Teoria e Política Econômica. Rio de Janeiro: Campus, 1999.</p>				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
<p>LOPES, J. C.; ROSSETTI, J. P. Economia Monetária. 9 eds. São Paulo: Atlas, 2001. MODENESI, A. M. Regimes Monetários: Teoria e a Experiência do Real. Barueri: Manole, 2005. HILLBRECHT, R. Economia monetária. São Paulo: Atlas, 1999. 256 p. HOWELLS, P.; BAIN, K. Economia monetária: moedas e bancos. Rio de Janeiro: LTC, 2001. 319 p.</p>				

Componente Curricular
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
Unidade Acadêmica Ofertante
FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS E POLÍTICAS
Carga Horária

Teórica	Prática	Aula campo/ Visita Técnica	Extensão	Educação a distância
64 horas				25%
Total				64 horas
Ementa				
<p>Crescimento e desenvolvimento econômico. Indicadores de desenvolvimento econômico. Desenvolvimento econômico em perspectiva histórica. Síntese das abordagens teóricas do desenvolvimento econômico. Estratégias, experiências de desenvolvimento econômico e o papel do Estado. A economia do desenvolvimento. A economia do subdesenvolvimento. Subdesenvolvimento e a abordagem estruturalista-cepalina. Dependência e desenvolvimento. Discussões contemporâneas sobre desenvolvimento/subdesenvolvimento.</p>				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
<p>FURTADO, C. Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico. São Paulo: Editora Nacional, 1983. FURTADO, C. O Mito do Desenvolvimento Econômico. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. FURTADO, C. Introdução ao Desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. FURTADO, C. Desenvolvimento e Subdesenvolvimento. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2009. ROSTOW, W. W. Etapas do Desenvolvimento Econômico: um manifesto não-comunista. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. SUNKEL, O. Marco Histórico do Processo Desenvolvimento-Subdesenvolvimento. 3. ed. São Paulo: Difel, 1975.</p>				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
<p>FURTADO, C. Economia do Desenvolvimento: curso ministrado na PUC-SP em 1975. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2008. PEREIRA, L. (Org.). Subdesenvolvimento e Desenvolvimento. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. RODRÍGUEZ, O. O Pensamento da CEPAL: síntese e crítica. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, n. 16, p. 8-28, dez. 1986. SCHUMPETER, J. A. A Teoria do Desenvolvimento Econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. SEN, A. Desenvolvimento como Liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. GIAMBIAGI, F. Desenvolvimento Econômico. Uma Perspectiva Brasileira. Rio de Janeiro: GEN Atlas, 2012.</p>				

Componente Curricular
ECONOMIA INTERNACIONAL
Unidade Acadêmica Ofertante
FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS E POLÍTICAS

Carga Horária				
Teórica	Prática	Aula campo/ Visita Técnica	Extensão	Educação a distância
64 horas				25%
Total				64 horas
Ementa				
<p>Teoria Clássicas do Comércio Internacional: Vantagens Absolutas e Comparativas: Teoria Neoclássica do Comércio Internacional: Modelo de Heckscher-Ohlin e Modelo padrão de comércio; Novas Teorias do Comércio Internacional: com competição imperfeita e economia de escala; Política Comercial e seus instrumentos; Blocos Econômicos; Instuições multilaterais de comércio internacional. Finanças Internacionais: Balanço de Pagamentos; Taxas de Câmbio; Paridade de Juros e Câmbio. Ética do Comércio Internacional.</p>				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
<p>KRUGMAN, P. R.; OBSFIELD, M. E. Economia Internacional. São Paulo: Pearson, 2010. APPLEYARD, D. R. et al. Economia Internacional. Porto Alegre: AMGH, 2010. CARVALHO, M. A.; LEITE, C. R. Economia internacional. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2017.</p>				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
<p>PAIVA, D. L.; MARQUEZINI, S. V. F.; PASSANEZI, P.M. S.; et al. Economia Internacional. 3ª edição. Rio de Janeiro: Saraiva Uni, 2017.</p> <p>SILVA, C. R. L.; CARVALHO, M. A. Economia Internacional, 5ª edição. Rio de Janeiro: Saraiva Uni, 2017.</p> <p>LOPES, L. M. BRAGA, M. B.; VASCONCELLOS, M.A.S., TONETO JUNIOR, R. Macroeconomia: Teoria e Aplicações de Política Econômica. 4 Ed. São Paulo: Atlas, 2018. MAIA, J. M. Economia Internacional e Comércio Exterior. 16 Ed. São Paulo: Atlas, 2020. MIYAZAKI, S.Y.M. SANTOS, A.C.A. (Orgs). Integração Econômica Regional. 1º Ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2013. FROYEN, Richard T. Macroeconomia: teorias e aplicações. 2 Ed. São Paulo: Saraiva, 2013</p>				

Componente Curricular

METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA				
Unidade Acadêmica Ofertante				
FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS E POLÍTICAS				
Carga Horária				
Teórica	Prática	Aula campo/ Visita Técnica	Extensão	Educação a distância
64 horas				50%
Total				64 horas
Ementa				
O processo de pesquisa e seu significado. Ética na pesquisa. O problema de pesquisa. Coleta e fonte de dados. Estrutura de Projetos de pesquisa e relatório. O trabalho científico: Normas da ABNT, citações, referências e formatos; Ética na pesquisa científica.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
FLICK, Uwe. Introdução à metodologia de pesquisa . Porto Alegre: Grupo A, 2012. <i>E-book</i> . ISBN 9788565848138				
SAMPIERI, Roberto H.; COLLADO, Carlos F.; LUCIO, Maria D. P B. Metodologia de pesquisa . Porto Alegre: Grupo A, 2013. <i>E-book</i> . ISBN 9788565848367.				
ESTRELA, Carlos. Metodologia científica: ciência, ensino, pesquisa. (Métodos de pesquisa) . Porto Alegre: Grupo A, 2018. <i>E-book</i> . ISBN 9788536702742				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa . São Paulo: Atlas, 1991.				
KAHLMAYER-MERTENS, R. S. et al. Como elaborar projetos de pesquisa: linguagem e método . Rio de Janeiro: FGV, 2007.				
LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica . São Paulo: Atlas, 1991.				
PEREIRA, J. C. R. Análise de dados qualitativos: estratégias metodológicas para as ciências da saúde, humanas e sociais . 3. ed. São Paulo: Rio de Janeiro: EDUSP, 2004.				

7º SEMESTRE

Componente Curricular				
CRESCIMENTO ECONÔMICO				
Unidade Acadêmica Ofertante				
FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS E POLÍTICAS				
Carga Horária				
Teórica	Prática	Aula campo/ Visita Técnica	Extensão	Educação a distância
64 horas				25%
Total				64 horas
Ementa				
Introdução ao estudo do crescimento econômico. Fatos estilizados de crescimento econômico. Crescimento econômico: teorias, modelos e realidade. Conceitos e métodos da teoria do crescimento. Modelos tradicionais de crescimento econômico (Harrod-Domar, Solow e extensões). Crescimento endógeno. Tópicos contemporâneos de teoria do crescimento econômico.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
DORNBUSCH, R.; FISCHER, S.; STARTZ, R. Macroeconomia . 11. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.				
JONES, H. G. Modernas teorias do crescimento econômico : uma introdução. São Paulo: Atlas, 1979.				
VASCONCELLOS, M. A. S. Economia : micro e macro. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2015				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
BLANCHARD, O. Macroeconomia . 5. ed. São Paulo: Pearson, 2011.				
DORNBUSCH, R.; FISCHER, S.; STARTZ, R. Macroeconomia . 11. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.				
LOPES, L. M; VASCONCELLOS, M. A. S. (Org.). Manual de Macroeconomia : nível básico e nível intermediário. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.				
VASCONCELLOS, M. A. S. Economia : micro e macro. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2015.				

Componente Curricular				
AÇÃO DE EXTENSÃO I				
Unidade Acadêmica Ofertante				
FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS E POLÍTICAS				
Carga Horária				
Teórica	Prática	Aula campo/ Visita Técnica	Extensão	Educação a distância
			64	
Total				64 horas
Ementa				
<p>Componente curricular direcionado às atividades de extensão, protagonizadas pelos discentes, sob orientação de um professor que coordenará as ações de interação e diálogo com a comunidade, em conformidade com a Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018. As atividades deverão ser registradas no Sistema de Extensão da Universidade Federal de Rondonópolis e poderão assumir diferentes formatos, desde que respeitadas as diretrizes institucionais e nacionais. As ações extensionistas deverão contemplar uma ou mais áreas temáticas, entre: I. comunicação; II. cultura e arte; III. direitos humanos e justiça; IV. educação; V. meio ambiente; VI. saúde; VII. tecnologia e produção; e VIII. trabalho. As atividades poderão ser realizadas em uma ou mais modalidades, tais como: I. eventos (congressos, seminários, feiras, festivais, palestras, entre outros); II. cursos e oficinas voltados à capacitação e formação da sociedade; e III. prestação de serviços e consultorias técnicas a instituições públicas, privadas e do terceiro setor. As atividades de extensão no curso de Ciências Econômicas visam atender aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU, tais como: I. ODS 1 – Erradicação da pobreza; II. ODS 2 – Fome zero e agricultura sustentável; III. ODS 4 – Educação de qualidade; IV. ODS 9 – Indústria, inovação e infraestrutura; V. ODS 10 – Redução das desigualdades; e VI. ODS 13 – Ação contra a mudança global do clima. Outros ODS poderão ser contemplados conforme a natureza e os objetivos das atividades desenvolvidas. Devido ao caráter interdisciplinar da extensão universitária e com foco no desenvolvimento regional e na sustentabilidade, as atividades poderão ainda envolver: I. realização de eventos extensionistas com impacto social e econômico; II. cursos e oficinas promovidos pelos discentes; III. consultoria ou assessoria técnica; IV. atendimento direto à comunidade; V. iniciativas culturais com enfoque socioeconômico; VI. estudos e diagnósticos sobre a realidade econômica e social local e regional; e VII. parcerias com instituições públicas ou privadas para execução das ações.</p>				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
MEC/CNE/CES. RESOLUÇÃO N. 7, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018				
<p>ONU - Nações Unidas / Brasil, 2015, "Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável". Disponível em https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel. Acesso em: 04 mai. 2025.</p> <p>INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Agenda 2030: objetivos de desenvolvimento sustentável: avaliação do progresso das principais metas globais para o Brasil: ODS 1: acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares. Brasília: Ipea, 2024. 19 p. (Cadernos ODS, 1). DOI: http://dx.doi.org/10.38116/ri2024ODS1.</p> <p>INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Agenda 2030: objetivos de desenvolvimento sustentável: avaliação do progresso das principais metas globais para o Brasil: ODS 2: fome zero e agricultura sustentável. Brasília: Ipea, 2024. 23 p. (Cadernos ODS, 2). DOI: http://dx.doi.org/10.38116/ri2024ODS2.</p>				

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Agenda 2030: objetivos de desenvolvimento sustentável: avaliação do progresso das principais metas globais para o Brasil: ODS 4: assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos. Brasília: Ipea, 2024. 17 p. (Cadernos ODS, 4). DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/ri2024ODS4>.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Agenda 2030: objetivos de desenvolvimento sustentável: avaliação do progresso das principais metas globais para o Brasil: ODS 9: construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação. Brasília: Ipea, 2024. 25 p. (Cadernos ODS, 9). DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/ri2024ODS9>.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Agenda 2030: objetivos de desenvolvimento sustentável: avaliação do progresso das principais metas globais para o Brasil: ODS 10: reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles. Brasília: Ipea, 2024. 20 p. (Cadernos ODS, 10). DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/ri2024ODS10>.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Agenda 2030: objetivos de desenvolvimento sustentável: avaliação do progresso das principais metas globais para o Brasil: ODS 13: tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos. Brasília: Ipea, 2024. 18 p. (Cadernos ODS, 13). DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/ri2024ODS13>.

ONU - Nações Unidas / Brasil, 2025, "O que são as mudanças climáticas". Acesso em maio de 2025. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/175180-o-que-s%C3%A3o-mudan%C3%A7as-clim%C3%A1ticas>. Acesso em: 04 mai. 2025.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Definido pelo docente da disciplina de extensão conforme a temática a ser abordada. O plano de ensino desta disciplina extensionista deverá ser aprovado em Colegiado de Curso.

Componente Curricular				
ELABORAÇÃO E ANÁLISE DE PROJETOS				
Unidade Acadêmica Ofertante				
FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS E POLÍTICAS				
Carga Horária				
Teórica	Prática	Aula campo/ Visita Técnica	Extensão	Educação a distância
32 horas	32 horas			
Total				64 horas
Ementa				
Planejamento e projetos; Tipos de projetos; Estudos de mercado; Estudo de escala; Estudo de localização; Quadros financeiros; Avaliação de investimento (TMA, Payback simples e descontado, TIR, VPL, IVPL; Análise de Risco e Retorno e conceitos relacionados; impacto sócio-econômico: regional e local, Ética profissional na análise financeira.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
CORREA NETO, J. Elaboração e Avaliação de Projetos de Investimentos . Grupo GEN, 2009 SOUZA, A.; CLEMENTE, A. Decisões financeiras e análise de investimentos: fundamentos, técnicas e aplicações . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. SÁ, Antônio Lopes de. Ética Profissional . Campos Elísios, São Paulo, SP: Grupo GEN, 2019. <i>E-book</i> . ISBN 9788597021653				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
BUARQUE, C. Avaliação Econômica de Projetos . CAMPUS, 1996.				
CORREA NETO, J. Elaboração e Avaliação de Projetos de Investimentos . Grupo GEN, 2009				
BUARQUE, C. Avaliação Econômica de Projetos . CAMPUS, 1996.				
EHRlich, P. J.; MORAES, E. A. Engenharia econômica: avaliação e seleção de projetos de investimento . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.				
HOLANDA, N. Planejamento e Projetos . Rio de Janeiro. APEC, 1975.				

8º SEMESTRE

Componente Curricular				
AÇÃO DE EXTENSÃO II				
Unidade Acadêmica Ofertante				
FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS E POLÍTICAS				
Carga Horária				
Teórica	Prática	Aula campo/ Visita Técnica	Extensão	Educação a distância
			64	
Total				64 horas
Ementa				
<p>Componente curricular direcionado às atividades de extensão, protagonizadas pelos discentes, sob orientação de um professor que coordenará as ações de interação e diálogo com a comunidade, em conformidade com a Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018. As atividades deverão ser registradas no Sistema de Extensão da Universidade Federal de Rondonópolis e poderão assumir diferentes formatos, desde que respeitadas as diretrizes institucionais e nacionais. As ações extensionistas deverão contemplar uma ou mais áreas temáticas, entre: I. comunicação; II. cultura e arte; III. direitos humanos e justiça; IV. educação; V. meio ambiente; VI. saúde; VII. tecnologia e produção; e VIII. trabalho. As atividades poderão ser realizadas em uma ou mais modalidades, tais como: I. eventos (congressos, seminários, feiras, festivais, palestras, entre outros); II. cursos e oficinas voltados à capacitação e formação da sociedade; e III. prestação de serviços e consultorias técnicas a instituições públicas, privadas e do terceiro setor. As atividades de extensão no curso de Ciências Econômicas visam atender aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU, tais como: I. ODS 1 – Erradicação da pobreza; II. ODS 2 – Fome zero e agricultura sustentável; III. ODS 4 – Educação de qualidade; IV. ODS 9 – Indústria, inovação e infraestrutura; V. ODS 10 – Redução das desigualdades; e VI. ODS 13 – Ação contra a mudança global do clima. Outros ODS poderão ser contemplados conforme a natureza e os objetivos das atividades desenvolvidas. Devido ao caráter interdisciplinar da extensão universitária e com foco no desenvolvimento regional e na sustentabilidade, as atividades poderão ainda envolver: I. realização de eventos extensionistas com impacto social e econômico; II. cursos e oficinas promovidos pelos discentes; III. consultoria ou assessoria técnica; IV. atendimento direto à comunidade; V. iniciativas culturais com enfoque socioeconômico; VI. estudos e diagnósticos sobre a realidade econômica e social local e regional; e VII. parcerias com instituições públicas ou privadas para execução das ações.</p>				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
MEC/CNE/CES. RESOLUÇÃO N. 7, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018				
ONU - Nações Unidas / Brasil, 2015, "Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável". Disponível em https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel . Acesso em: 04 mai. 2025.				
INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Agenda 2030: objetivos de desenvolvimento				

sustentável: avaliação do progresso das principais metas globais para o Brasil: ODS 1: acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares. Brasília: Ipea, 2024. 19 p. (Cadernos ODS, 1). DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/ri2024ODS1>.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Agenda 2030: objetivos de desenvolvimento sustentável: avaliação do progresso das principais metas globais para o Brasil: ODS 2: fome zero e agricultura sustentável. Brasília: Ipea, 2024. 23 p. (Cadernos ODS, 2). DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/ri2024ODS2>.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Agenda 2030: objetivos de desenvolvimento sustentável: avaliação do progresso das principais metas globais para o Brasil: ODS 4: assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos. Brasília: Ipea, 2024. 17 p. (Cadernos ODS, 4). DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/ri2024ODS4>.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Agenda 2030: objetivos de desenvolvimento sustentável: avaliação do progresso das principais metas globais para o Brasil: ODS 9: construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação. Brasília: Ipea, 2024. 25 p. (Cadernos ODS, 9). DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/ri2024ODS9>.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Agenda 2030: objetivos de desenvolvimento sustentável: avaliação do progresso das principais metas globais para o Brasil: ODS 10: reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles. Brasília: Ipea, 2024. 20 p. (Cadernos ODS, 10). DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/ri2024ODS10>.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Agenda 2030: objetivos de desenvolvimento sustentável: avaliação do progresso das principais metas globais para o Brasil: ODS 13: tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos. Brasília: Ipea, 2024. 18 p. (Cadernos ODS, 13). DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/ri2024ODS13>.

ONU - Nações Unidas / Brasil, 2025, "O que são as mudanças climáticas". Acesso em maio de 2025. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/175180-o-que-s%C3%A3o-mudan%C3%A7as-clim%C3%A1ticas>. Acesso em: 04 mai. 2025.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Definido pelo docente da disciplina de extensão conforme a temática a ser abordada. O plano de ensino desta disciplina extensionista deverá ser aprovado em Colegiado de Curso.

Componente Curricular				
AÇÃO DE EXTENSÃO III				
Unidade Acadêmica Ofertante				
FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS E POLÍTICAS				
Carga Horária				
Teórica	Prática	Aula campo/ Visita Técnica	Extensão	Educação a distância
			64	
Total				64 horas
Ementa				
<p>Componente curricular direcionado às atividades de extensão, protagonizadas pelos discentes, sob orientação de um professor que coordenará as ações de interação e diálogo com a comunidade, em conformidade com a Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018. As atividades deverão ser registradas no Sistema de Extensão da Universidade Federal de Rondonópolis e poderão assumir diferentes formatos, desde que respeitadas as diretrizes institucionais e nacionais. As ações extensionistas deverão contemplar uma ou mais áreas temáticas, entre: I. comunicação; II. cultura e arte; III. direitos humanos e justiça; IV. educação; V. meio ambiente; VI. saúde; VII. tecnologia e produção; e VIII. trabalho. As atividades poderão ser realizadas em uma ou mais modalidades, tais como: I. eventos (congressos, seminários, feiras, festivais, palestras, entre outros); II. cursos e oficinas voltados à capacitação e formação da sociedade; e III. prestação de serviços e consultorias técnicas a instituições públicas, privadas e do terceiro setor. As atividades de extensão no curso de Ciências Econômicas visam atender aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU, tais como: I. ODS 1 – Erradicação da pobreza; II. ODS 2 – Fome zero e agricultura sustentável; III. ODS 4 – Educação de qualidade; IV. ODS 9 – Indústria, inovação e infraestrutura; V. ODS 10 – Redução das desigualdades; e VI. ODS 13 – Ação contra a mudança global do clima. Outros ODS poderão ser contemplados conforme a natureza e os objetivos das atividades desenvolvidas. Devido ao caráter interdisciplinar da extensão universitária e com foco no desenvolvimento regional e na sustentabilidade, as atividades poderão ainda envolver: I. realização de eventos extensionistas com impacto social e econômico; II. cursos e oficinas promovidos pelos discentes; III. consultoria ou assessoria técnica; IV. atendimento direto à comunidade; V. iniciativas culturais com enfoque socioeconômico; VI. estudos e diagnósticos sobre a realidade econômica e social local e regional; e VII. parcerias com instituições públicas ou privadas para execução das ações.</p>				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
MEC/CNE/CES. RESOLUÇÃO N. 7, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018				

ONU - Nações Unidas / Brasil, 2015, "Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável". Disponível em <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em: 04 mai. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Agenda 2030: objetivos de desenvolvimento sustentável: avaliação do progresso das principais metas globais para o Brasil: ODS 1: acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares. Brasília: Ipea, 2024. 19 p. (Cadernos ODS, 1). DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/ri2024ODS1>.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Agenda 2030: objetivos de desenvolvimento sustentável: avaliação do progresso das principais metas globais para o Brasil: ODS 2: fome zero e agricultura sustentável. Brasília: Ipea, 2024. 23 p. (Cadernos ODS, 2). DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/ri2024ODS2>.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Agenda 2030: objetivos de desenvolvimento sustentável: avaliação do progresso das principais metas globais para o Brasil: ODS 4: assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos. Brasília: Ipea, 2024. 17 p. (Cadernos ODS, 4). DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/ri2024ODS4>.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Agenda 2030: objetivos de desenvolvimento sustentável: avaliação do progresso das principais metas globais para o Brasil: ODS 9: construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação. Brasília: Ipea, 2024. 25 p. (Cadernos ODS, 9). DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/ri2024ODS9>.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Agenda 2030: objetivos de desenvolvimento sustentável: avaliação do progresso das principais metas globais para o Brasil: ODS 10: reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles. Brasília: Ipea, 2024. 20 p. (Cadernos ODS, 10). DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/ri2024ODS10>.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Agenda 2030: objetivos de desenvolvimento sustentável: avaliação do progresso das principais metas globais para o Brasil: ODS 13: tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos. Brasília: Ipea, 2024. 18 p. (Cadernos ODS, 13). DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/ri2024ODS13>.

ONU - Nações Unidas / Brasil, 2025, "O que são as mudanças climáticas". Acesso em maio de 2025. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/175180-o-que-s%C3%A3o-mudan%C3%A7as-clim%C3%A1ticas>. Acesso em: 04 mai. 2025.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Definido pelo docente da disciplina de extensão conforme a temática a ser abordada. O plano de ensino desta disciplina extensionista deverá ser aprovado em Colegiado de Curso.

Componente Curricular				
INOVAÇÃO, CRIATIVIDADE E ATITUDE EMPREENDEDORA				
Unidade Acadêmica Ofertante				
FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS E POLÍTICAS				
Carga Horária				
Teórica	Prática	Aula campo/ Visita Técnica	Extensão	Educação a distância
64 horas				
Total				64 horas
Ementa				
Abordagem Comportamental da Criatividade. Elementos da Criatividade. Tipologias e Conceitos de Criatividade e Inovação. Características Gerais de Processos Criativos em Diversas Áreas. Técnicas e Teorias sobre Criatividade. O Processo Criativo. Criatividade e Tecnologia. O Senso Comum e a Resistência à Mudança. A Construção de um Ambiente Aberto à Inovação. Formulação de Projeto Inovador. Atitudes, Capacidades e Habilidades Empreendedoras. Propriedade Intelectual e o Instituto Nacional da Propriedade Industrial. Transferência de Tecnologias. Ecossistemas de Inovação. Inovação Social. Introdução ao conceito de Economia Criativa. Indústrias Criativas.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
<p>ARAÚJO, B. C. Políticas de apoio à inovação no Brasil: uma análise de sua evolução recente. Texto para Discussão, 2012.</p> <p>ANASTÁCIO, M. R.; CRUZ FILHO, P. R. A.; MARINS, J. Empreendedorismo social e inovação no contexto brasileiro. PUCPRESS. 2018.</p> <p>DORNELAS, J. C. A. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios - 8 ed. São Paulo: Atlas, 2023.</p> <p>DRUCKER, P. F. Inovação e espírito empreendedor. São Paulo: Editora Pioneira, 2005.</p> <p>FIATES, G. G. S. Criatividade e desenvolvimento de novos conceitos. UFSC, 2014.</p> <p>TIDD, J.; BESSANT, J. Gestão da inovação. Porto Alegre: Bookman, 2015.</p>				

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BESSANT, John; TIDD, Joe. **Inovação e empreendedorismo**. Porto Alegre: Bookman, 2009.

BRASIL. **Manual Básico para Proteção por Patentes de Invenções, Modelos de Utilidade e Certificados de Adição**. BRASÍLIA: 2021. Disponível em < <https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/patentes/guia-basico/ManualBsicodePatentes20210607b.pdf>>.

BRUNO-FARIA, M. F.; VARGAS, E. R.; MARTINEZ, A. M. (Orgs.). **Criatividade e inovação nas organizações: desafios para a competitividade**. São Paulo: Atlas, 2013.

DOLABELA, Fernando. **Oficina do empreendedor**. 6 ed. São Paulo: Cultura, 1999.

HASHIMOTO, M. **Espírito empreendedor nas organizações: aumentando a competitividade através do intra-empreendedorismo**. São Paulo: Saraiva, 2010.

KUAZAQUI, E. **Liderança e criatividade em negócios**. São Paulo: Cengage Learning, 2006.

NÚCLEO LIVRE

Componente Curricular				
EDUCAÇÃO AMBIENTAL				
Unidade Acadêmica Ofertante				
INSTITUTO DE CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS				
Carga Horária				
Teórica	Prática	Aula campo/ Visita Técnica	Extensão	Educação a distância
44	4	4	12	
Total				64
Ementa				
Contexto histórico das conferências intergovernamentais e movimento ambientalista; Demandas da questão ambiental atual; Bases legais; Perspectivas ou macrotendências da Educação ambiental: Conservacionista, Pragmática, Crítica; Ética ambiental: educação ambiental para a cidadania e sustentabilidade, ciência, tecnologia, sociedade e ambiente (CTSA); metodologias didáticas para projetos de construção individual e coletiva do saber ambiental; elaboração de projetos pedagógicos e sua aplicação prática. As atividades de extensão serão ofertadas por meio de curso e oficina, nas áreas temáticas de comunicação, cultura, educação, saúde e meio ambiente. A modalidade evento será realizada por meio de atividades integradores de extensão, envolvendo o mínimo de duas unidades curriculares com extensão.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
IBRAHIN, Francini I.D. Educação Ambiental: Estudo dos Problemas, Ações e Instrumentos para o Desenvolvimento da Sociedade . São Paulo: Editora Saraiva, 2014. E-book. ISBN 9788536521534.				

JR., Arlindo P.; PELICIONI, Maria Cecília F. **Educação Ambiental e Sustentabilidade**. São Paulo: Editora Manole, 2014. E-book. ISBN 9788520445020.
LUZZI, Daniel. **Educação e Meio Ambiente**: uma Relação Intrínseca. São Paulo: Editora Manole, 2012. E-book. ISBN 9788520444573.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Brasil. Identidades da educação ambiental brasileira. Brasília: MMA, 2004. 156 p. ISBN 8587166670.
CURRIE, Karen L. E Colaboradoras. Meio ambiente: interdisciplinaridade na pratica. 6 ed. Campinas: Papirus, 2005. 184 p. (Papirus educação).
REIGOTA, Marcos. O que é educação ambiental. São Paulo: Brasiliense, 2004. 63 p. (Coleção Primeiros passos; 292).
PINOTTI, Rafael. Educação ambiental para o século XXI : No Brasil e No Mundo. São Paulo: Editora Blucher, 2016. E-book. ISBN 9788521210566.
SATO, Michèle; CARVALHO, Isabel. Educação ambiental: pesquisa e desafios. Porto Alegre: Artmed, 2005. E-book. ISBN 9788536315294.
RUSCHEINSKY, Aloisio. Educação ambiental: abordagens múltiplas. Porto Alegre: Penso, 2009. E-book. ISBN 9788563899873.

Componente Curricular				
ELETIVA LIVRE				
Unidade Acadêmica Ofertante				
FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS E POLÍTICAS				
Carga Horária				
Teórica	Prática	Aula campo/ Visita Técnica	Extensão	Educação a distância
64				25%
Total				64
Ementa				
<p>Disciplina a ser oferecida de acordo com as propostas de temas pertinentes ao Curso Bacharelado em Ciências Econômicas e ofertado por docentes da Faculdade de Ciências Aplicadas e Políticas. A disciplina Eletiva livre é uma disciplina que o docente poderá abordar temáticas pertinentes as diversas áreas das Ciências Econômicas demandas pelos discentes. Para sua oferta, o docente deverá encaminhar um plano de ensino com o descritivo para a apreciação e aprovação do Colegiado de Curso.</p>				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				

A ser elaborada conforme a ementa proposta e em conformidade com a legislação vigente.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

A ser elaborada conforme a ementa proposta e em conformidade com a legislação vigente.

Componente Curricular				
TÓPICOS ESPECIAIS EM ECONOMIA				
Unidade Acadêmica Ofertante				
FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS E POLÍTICAS				
Carga Horária				
Teórica	Prática	Aula campo/ Visita Técnica	Extensão	Educação a distância
64				25%
Total				64
Ementa				
<p>Disciplina a ser oferecida de acordo com as propostas de temas pertinentes ao Curso Bacharelado em Ciências Econômicas e ofertado por docentes da Faculdade de Ciências Aplicadas e Políticas. Para sua oferta, o docente deverá encaminhar um plano de ensino com o descritivo para a apreciação e aprovação do Colegiado de Curso.</p>				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				

A ser elaborada conforme a ementa proposta e em conformidade com a legislação vigente.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

A ser elaborada conforme a ementa proposta e em conformidade com a legislação vigente.

Componente Curricular				
EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS				
Unidade Acadêmica Ofertante				
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS				
Carga Horária				
Teórica	Prática	Aula campo/ Visita Técnica	Extensão	Educação a distância
64				
Total				64
Ementa				
<p>O Papel do racismo na constituição do capitalismo e da colonização dos territórios de África e América. Diferentes aspectos da história da África e dos africanos na história e formação cultural do Brasil e do continente americano. História, epistemologias, tecnologias e a cultura das etnias negras e indígenas. As múltiplas identidades étnico-raciais e culturais conformadas no Brasil. Aspectos sociorraciais, históricos e culturais da sociedade brasileira relativos à ancestralidade indígena e afrodescendente. Tipos de resistências ao racismo, a partir da compreensão sobre colonização/decolonização, multiculturalismo, interculturalidade, patrimônio cultural, políticas afirmativas, racismo institucional, racismo recreativo e identidade étnico-racial e democracia.</p>				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
ADUGOENAU, Félix Rondon. Saberes e fazeres autóctones do povo Bororo : contribuições para a				

educação escolar intercultural indígena. 2015. 119 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2015. Disponível em: <https://ri.ufmt.br/handle/1/1952>

HALL, Stuart; SOVIK, Liv Rebecca. (Orgs.). **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: EdUFMG, 2003.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. [E-book]

PRANDI, Reginaldo. **Sociologia das religiões afro-brasileiras**. São Paulo, HUCITEC, 1996.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, Sílvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília: [s.n.], 2004.

CESÁIRE, Aimé. **Discursos sobre o Colonialismo**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2017.

FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de Despejo: diário de uma favelada**. São Paulo: Ática, 2014.

KRENAK, Ailton. **Ideias Para Adiar o Fim do Mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MATTOS, R. A. de. **História e Cultura Afro-Brasileira**. São Paulo: Contexto, 2021. [E-book]

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

NASCIMENTO, Abdias. **O Genocídio do Negro Brasileiro: Processo de um Racismo Mascarado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1978.

RUFINO, Luiz. **Pedagogia das Encruzilhadas**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019.

Componente Curricular				
LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS				
Unidade Acadêmica Ofertante				
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS				
Carga Horária				
Teórica	Prática	Aula campo/ Visita Técnica	Extensão	Educação a distância
32	32			
Total				64
Ementa				
Noções básicas da Língua Brasileira de Sinais: aspectos histórico-sociais, cognitivos, linguísticos e culturais.				

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARVALHO, Sandra Pavoeiro Tavares. **Educação inclusiva**. 4.ed. Cuiabá: EdUFMT, 2013.
 QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.
 QUADROS, Ronice Müller de; SCHMIEDT, Magali L.P. **Ideias para ensinar português para alunos surdos**. Brasília: MEC/SIISP, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macedo; SILVA, Alessandra da Silva. **Atendimento educacional especializado: com surdez**. Brasília: SEESP, 2007. SEED, MEC.
 FELIPE, Tanya A.; MONTEIRO, Myrna S. **Libras em contexto: curso básico - Livro do professor/instrutor - Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos**. Brasília: MEC, 2001.
 GOLDFELD, Marcia. **A criação surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista**. 7. ed. São Paulo: Plexus, 2002.
 OLIVEIRA, Shirley Lopes Maidana de. **Memórias de Escola: Olhares dos Surdos Sobre a Educação Inclusiva**. Rondonópolis, 2020. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Rondonópolis.
 SÁ, Nidia Regina Limeira de. **Cultura, poder e educação de surdos**. Manaus: UFAM/COMPED/INEP, 2002. 388 p.
 SKLIAR, Carlos (Org.) **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. 8, ed. Porto Alegre: Mediação, 2016.

Componente Curricular				
LÍNGUA INGLESA				
Unidade Acadêmica Ofertante				
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS				
Carga Horária				
Teórica	Prática	Aula campo/ Visita Técnica	Extensão	Educação a distância
32	32			
Total				
Ementa				
Norma-padrão e variação linguística. Aspectos gramaticais para o desenvolvimento da produção textual. Intertextualidade e ABNT. Articuladores textuais e Progressão textual em gêneros acadêmicos.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				

BAGNO, Marcos (Org.). Linguística da norma. São Paulo: Loyola, 2002.
CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; BENTES, Anna Christina; CAVALCANTE, Mônica Magalhães. Intertextualidade: diálogos possíveis. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008. 166 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. Ler e compreender os sentidos do texto. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2012.
KOCK, Ingedore Villaça; ELIAS, Wanda Maria. Ler e escrever: estratégias de produção textual. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.
SILVA, Alexandre; PESSOA, Ana C.; LIMA, Ana. Ensino de gramática – Reflexões sobre a língua portuguesa na escola: Grupo Autêntica, 2012. E-book. ISBN 9788582172414.
SANTAELLA, Lúcia. Redação e Leitura: Guia para o ensino: Cengage Learning Brasil, 2014. E-book. ISBN 9788522112999. MACHADO, Anna Rachel; LOUSADA, Eliane; ABREU-TARDELLI, Lília Santos. Planejar gêneros acadêmicos. São Paulo: Parábola, 2005. 116 p. (Coleção Leitura e produção de textos técnicos a acadêmicos)

Componente Curricular				
ANTROPOLOGIA				
Unidade Acadêmica Ofertante				
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS				
Carga Horária				
Teórica	Prática	Aula campo/ Visita Técnica	Extensão	Educação a distância
48		16		
Total				64
Ementa				

Principais vertentes da Antropologia. Concepção de cultura e representação social. O contraponto entre a Identidade e a Estereotipagem. Crítica ao etnocentrismo a partir da diversidade cultural. História, Antropologia e os grupos étnicos fundadores da sociedade brasileira. Diversidade étnicoracial e cultural em Mato Grosso. A aula de campo no aprimoramento do conhecimento teórico mediante atividades fora dos limites do campus de origem.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LAPLANTINE, François. Aprender Antropologia. São Paulo: Brasiliense, 1999.
LÉVI-STRAUSS, Claude. Tristes Trópicos. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.
SCHADEN, Egon. (Org.). Homem, cultura e sociedade no Brasil: seleções da revista de antropologia. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1977.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARDUINI, Juvenal. Antropologia: ousar para reinventar. 3 ed. São Paulo: Paulus, 2002.
AUZIAS, Jean-marie. A Antropologia contemporânea. São Paulo: Cultrix, 1978.
HOEBEL, E. Adamson; FROST, Everett Lloyd. Antropologia cultural e social. São Paulo: Cultrix, 1981.
JUNQUEIRA, Carmen; CARVALHO, Edgard de Assis. (Org.). Antropologia e indigenismo na América Latina. São Paulo: Cortez, 1981.
MELLO, Luiz Gonzaga de. Antropologia cultural: iniciação, teoria e temas. 12 ed. Petrópolis: Vozes, 1987

Componente Curricular				
MACROECONOMIA PÓS-KEYNESIANA				
Unidade Acadêmica Ofertante				
FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS E POLÍTICAS				
Carga Horária				
Teórica	Prática	Aula campo/ Visita Técnica	Extensão	Educação a distância
64				25%
Total				64
Ementa				

Fundamentos da escola pós-keynesiana. Economia monetária de produção. Incerteza e probabilidade. Expectativas e confiança. Convenções. Princípio da demanda efetiva. Escolha de ativos e acumulação de riqueza. Preferência pela liquidez. Determinantes do investimento. A hipótese da instabilidade financeira. Política econômica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

KEYNES, J. M. Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda. São Paulo: Saraiva, 2012.

LIMA, G. T.; SICSÚ, J. (Org.). Macroeconomia do Emprego e da Renda: Keynes e o keynesianismo. Barueri: Manole, 2003.

MINSKY, H. John Maynard Keynes. Campinas: Unicamp, 2011. SZMRECSÁNYI, T. (Org.). Keynes. 2. ed. São Paulo: Ática, 1

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DAVIDSON, P. **Colocando as evidências em ordem: macroeconomia de Keynes versus velho e novo Keynesianismo.** In: Macroeconomia Moderna: Keynes e a economia contemporânea. Rio de Janeiro: Campus, Cap. 1, 1999.

LAVOIE, M. **Introduction to Post-Keynesian Economics.** Macmillan, 2009.

LIMA, G. T.; SICSÚ, J. (Org.). **Macroeconomia do Emprego e da Renda: Keynes e o keynesianismo.** Barueri: Manole, 2003.

MINSKY, H. **John Maynard Keynes.** Campinas: Unicamp, 2011. SZMRECSÁNYI, T. (Org.). **Keynes. 2. ed.** São Paulo: Ática, 1984.

Componente Curricular				
ECONOMETRIA DE SÉRIES TEMPORAIS				
Unidade Acadêmica Ofertante				
FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS E POLÍTICAS				
Carga Horária				
Teórica	Prática	Aula campo/ Visita Técnica	Extensão	Educação a distância
32	32			
Total				64

Ementa
Raiz Unitária. Tendência. Séries estacionárias e não estacionárias. Ordem de integração. Análise univariada e multivariada. Cointegração. Regressão Espúria. Modelos com séries estacionárias e não estacionárias. Autorregressão com Defasagem Distribuída (ADD). Vetores Autorregressivos (VAR). Vetor de Correção de Erros (VEC).
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
GUJARATI, D. N. Econometria básica . 3. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2000. WOOLDRIDGE, J. M. Introdução à econometria : uma abordagem moderna. São Paulo: Cengage Learning, 2011. HILL, R. C.; GRIFFITHS, W. E.; JUDGE, G. G. Econometria . 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
KENNEDY, P. Manual de econometria . Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. BUENO, R. L. S. Econometria de séries temporais . São Paulo: Cengage Learning, 2012. MORETTIN, P. A.; TOLOI, C. M. C. Previsão de series temporais . São Paulo: Atual, 1987. ARQUETE, L.; JAYME JÚNIOR, F. Política monetária, preços e produto no Brasil (1994-2002): uma aplicação de vetores autorregressivos . Artigo apresentados no XXXI Encontro da ANPEC, 2003. SILVA, I.; Lima, R.; BEZERRA, J. As Exportações Promovem a Produtividade? Evidência Empírica para Indústria de Transformação do Brasil Utilizando Vetores Autorregressivos com Correção de Erro (VEC) . <i>Revista Economia</i> , v. 13(1), p. 67-91, 2012.

Componente Curricular					
ECONOMETRIA DE DADOS EM PAINEL					
Unidade Acadêmica Ofertante					
FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS E POLÍTICAS					
Carga Horária					
Teórica	Prática	Aula campo/ Visita Técnica	Extensão	Educação a distância	
32	32				
Total				64	

Ementa
Variáveis Dummy. Logit. Probit. Agrupamento de Cortes Transversais ao longo do tempo. Métodos Simples de Dados em Painel. Métodos Avançados de Dados em Painel. Estimação de Variáveis Instrumentais e Mínimos Quadrados em dois Estágios. Modelo de Equações Simultâneas. Montagem de um projeto econométrico. Painel Dinâmico.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
WOOLDRIDGE, Jeffrey M. Introdução à econometria: uma abordagem moderna. São Paulo: Cengage Learning, 2008. WOOLDRIDGE, Jeffrey M. Econometric analysis of cross section and panel data. MIT press, 2010. ANGRIST, J. D.; PISCHKE, J-S. Mostly harmless econometrics: An empiricist's companion. Princeton university press, 2008.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
BALTAGI, B. Econometric analysis of panel data. John Wiley & Sons, 2008. GUJARATI, D. N. Econometria Básica. Makron Books, 2000. WONNACOTT, R. J.; WONNACOTT, T. H. Econometria. Rio de Janeiro: LTC, 1976 HILL, R. C.; GRIFFITHS, W. E.; JUDGE, G. G. Econometria. Saraiva, 2003. KENNEDY, P. Manual de econometria. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

Componente Curricular				
ECONOMIA AMBIENTAL				
Unidade Acadêmica Ofertante				
FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS E POLÍTICAS				
Carga Horária				
Teórica	Prática	Aula campo/ Visita Técnica	Extensão	Educação a distância
56	8			25%
Total				64

Ementa
<p>Conceito e histórico. Classificação dos recursos naturais. Relação entre economia e ecologia. Valoração dos recursos naturais e de danos causados ao meio ambiente. Instrumentos de política ambiental. Indicadores ambientais: estatísticas ambientais e sua incorporação na gestão de recursos naturais. Desenvolvimento sustentável.</p>
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
<p>CALLAN, Scott J.; THOMAS, Janet M. Economia ambiental: Aplicações, políticas e teoria – Tradução da 6ª edição norte-americana. Cengage Learning Brasil, 2016. <i>E-book</i>. ISBN 9788522125210. LINS, Luiz dos S. Introdução à Gestão Ambiental Empresarial: Abordando Economia, Direito, Contabilidade e Auditoria. Grupo GEN, 2015. <i>E-book</i>. ISBN 9788597001082. MAY, Peter. Economia do Meio Ambiente. Grupo GEN, 2018. <i>E-book</i>. ISBN 9788595153622</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
<p>ROSA, André H.; FRACETO, Leonardo F.; MOSCHINI-CARLOS, Viviane. Meio ambiente e sustentabilidade. Grupo A, 2012. <i>E-book</i>. ISBN 9788540701977. MAY, P. H.; LUSTOSA, M. C.; VINHA, V. Economia do Meio Ambiente. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. THOMAS, J. M.; CALLAN, S. J. Economia Ambiental: aplicações, políticas e teoria. Editora Cengage, 2009. ROMEIRO, A. R.; REYDON, B. P.; LEONARDI, M. L. A. Economia do meio ambiente: teoria, políticas e a gestão de espaços regionais. Campinas, SP: Unicamp, 1996. VIEIRA, P. F. (Org.); WEBER, J. (Org.). Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.</p>

Componente Curricular				
ECONOMIA INSTITUCIONAL				
Unidade Acadêmica Ofertante				
FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS E POLÍTICAS				
Carga Horária				
Teórica	Prática	Aula campo/ Visita Técnica	Extensão	Educação a distância

64				25%
Total				64
Ementa				
<p>Estudo das instituições. Conceitos básicos. Racionalidade econômica. Instituições como bens coletivos. Economia evolucionária. A economia dos custos de transação. Teoria da escolha pública. Teoria dos grupos de interesse. O problema da escolha social. Mudança institucional. Instituições e política econômica. Diretrizes para o estudo empírico em economia institucional. Instituições e desenvolvimento econômico. Economia solidária. O uso da Economia Institucional na análise do agronegócio brasileiro.</p>				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
<p>AZEVEDO, P. F. Integração parcial: instrumento de barganha ou eficiência. In: Associação Nacional de pós-graduação de Economia, Campinas, 1996. Anais da ANPEC, 1996, p. 421-439.</p> <p>AZEVEDO, P. F. Nova Economia Institucional: Referencial Geral e aplicações para a Agricultura. São Paulo, 2000.</p> <p>CHEUNG, S. N. S. "On the New Institutional Economics". In Contract Economics, Werin e Wijkander editors. Blackwel, 1992.</p> <p>CONCEIÇÃO, O. A. C. Instituições, crescimento e mudança na ótica institucionalista. Porto Alegre, 2001. Tese (Doutorado em Economia) - Programa de Pós-Graduação em 128 Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2001.</p> <p>WILLIAMSON, O. E. The Economic Institutions of Capitalism. The Free Press. 1985.</p> <p>NORTH, D. Custos de transação, instituições e desempenho econômico. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1994.</p>				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
<p>FARINA, E. M. M. Q.; AZEVEDO, P. F.; SAES, M. S. M. Competitividade: Mercado, Estado e Organização. São Paulo: Singular, 1997.</p> <p>FIANI, R. Teoria da Regulação Econômica: Estado Atual e Perspectivas Futuras, 1999.</p> <p>GARCIA, P. M. Alianças estratégicas e coordenação no agrobusiness do leite no Paraná. In: CUNHA, M. S.; SHIKIDA, P. F. A.; ROCHA JR. W. F. (Org) Agronegócio Paranaense: Potencialidades e desafios. Cascavel: EdUnioeste. 2002.</p> <p>PESSALI, H. F. Teoria dos custos de transação: uma avaliação crítica. In: Associação Nacional de pós-graduação em Economia, Campinas, 1996. Anais da ANPEC, 1996, p.682-701.</p> <p>SAES, M. S. M.; FARINA, E. M. M. Q. O agrobusiness do café no Brasil. São Paulo: Milkbizz, 1999.</p> <p>SALGADO, L. H.; MOTTA, R. S. Marcos Regulatórios no Brasil: O que foi feito e o que falta fazer. Rio de Janeiro: IPEA, 2005.</p> <p>SCARE, R. F. Escassez e de água e Mudança Institucional: Análise da Regulação dos Recursos Hídricos no Brasil. São Paulo: FEA/USP, 2003.</p> <p>STIGLER, G. J. A Teoria da Regulação Econômica. In: Regulação Econômica e Democracia, São Paulo: Ed. 34, 2004.</p>				
Componente Curricular				
ECONOMIA REGIONAL				
Unidade Acadêmica Ofertante				
FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS E POLÍTICAS				
Carga Horária				
Teórica	Prática	Aula campo/	Extensão	Educação a distância

		Visita Técnica		
32	32			
			Total	64
Ementa				
Medidas de localização e especialização. Análise de dados espaciais. Econometria espacial. Dinâmica regional no Brasil. Crescimento e convergência regional. Teoria da localização. Padrões locacionais. Externalidades e economias de aglomeração. Princípios de Economia Urbana. Análise estrutural-diferencial. Modelo de base econômica. Nova Geografia Econômica.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
SILVEROL, A.C. et al. Geografia Urbana . Porto Alegre : SAGAH, 2019.				
RICHARDSON, H. W. Economia regional: teoria da localização, estrutura urbana e crescimento regional . Rio de Janeiro: Zahar, 1975. 421 p.				
HIRSCHMAN, Albert. O. Estratégia do Desenvolvimento Econômico . Editora Fundo de Cultura, Rio de Janeiro: 321p, 1958.				
GIAMBASTIANI, Gabriel L.; STÉDILE, Janaina A.; SANTOS, Jana C C.; et al. Planejamento urbano e regional: dimensionamento . Grupo A, 2019. <i>E-book</i> . ISBN 9788533500549.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
BRUECKNER, J. K. Lectures on urban economics . MIT Press Books, v. 1, 2011.				
ALMEIDA, E. Econometria Espacial . Campinas–SP. Alínea, 2012.				
JONES, C. I. Introdução à Teoria do Crescimento Econômico . Rio de Janeiro: Campus, 2000.				
COOK, P. Introduction: origins of the concept, in Braczyk, J and Cooke, P. Regional Innovation Systems , London. CUL press, 1998.				
FERREIRA, M., Espaço, Regiões e Economia Regional. In: Economia Regional: Teoria e Métodos de Análise . BNB, ETENE, 1989				
CAPELLO, R.; NIJKAMP, P. (eds). Handbook of Regional Growth and Development Theories . Cheltenham: Edward Elgar. 2009				
CRUZ, B. de O.; FURTADO, B. A.; MONASTERIO, L.; RODRIGUES JUNIOR, W. (orgs.). Economia regional e urbana: teorias e métodos com ênfase no Brasil . IPEA: Brasília, 2011. Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_econregionalurbanaa.pdf >. Acesso em: 27 ago 2017.				
DINIZ, C. C.; CROCCO, M. Economia regional e urbana: contribuições teóricas recentes . Belo Horizonte: Cedeplar, 2006.				
CRUZ, B. O. et al. Economia regional e urbana: teorias e métodos com ênfase no Brasil . 2011.				

Componente Curricular				
AGRONEGÓCIO				
Unidade Acadêmica Ofertante				
FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS E POLÍTICAS				
Carga Horária				
Teórica	Prática	Aula campo/	Extensão	Educação a distância

		Visita Técnica		
64				25%
Total				64

Ementa

Histórico e definição do conceito do agronegócio. Metodologia e mensuração do PIB do Agronegócio. Funções e críticas em relação ao agronegócio. Os segmentos do agronegócio. Insumos agropecuários. Principais cadeias produtivas do agronegócio. Logística de armazenamento e distribuição. Crédito para o agronegócio e cooperativismo. Coordenação de cadeias agroindustriais e agroalimentares. Revoluções Tecnológicas e o Agronegócio. A relação entre o meio-ambiente e o agronegócio. Sustentabilidade, certificação e rastreabilidade nas cadeias agropecuárias.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALVES, Lucílio Rogérios; BACHA, Carlos José Caetano (orgs). **Panorma da Agricultura Brasileira**. São Paulo, Alínea. 2018.
 ANDREOLI, Cleverson Vitorio et al. **Sustentabilidade no agronegócio**. 2021.
 ARAÚJO, Massilon J. **Fundamentos de agronegócios. 2ª Edição Revista e Ampliada**. Grupo GEN. Editora Atlas SA, 2021.
 BATALHA, Mário Otávio (org). **Gestão Agroindustrial**. São Paulo. Grupo GEN / Atlas. 4ª Edição. 2021.
 DOS REIS, João Gilberto Mendes; NETO, Pedro Luiz de Oliveira Costa (Ed.). **Engenharia de produção aplicada ao agronegócio**. Blucher, 2018.
 NEVES, Marcos Fava; ZYLBERSZTAJN, Decio; CALEMAN, SM de Q. **Gestão de sistemas de agronegócios**. São Paulo: Atlas, 2015.
 MICELI, Wilson Motta. **Derivativos de Agronegócios: gestão de riscos de mercado**. Saint Paul Editora, 2019.
 SPAREMBERGER, Ariosto; BÜTTENBENDER, Pedro Luís; ZAMBERLAN, Luciano. **Princípios de agronegócios: conceitos e estudos de caso**. Unijuí, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CALLADO, A. A. C. **Agronegócio**. São Paulo: Atlas, 2005.
 DONAIRE, D. **Gestão ambiental na empresa**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
 FLORES, A.; W.; RIES, L. R.; ANTUNES, L. M. **Gestão rural**. Rio de Janeiro: Planejar, 2006.
 LUCENA, L. P. **Fazendas Urbanas I** - Alternativas a segurança alimentar. Curitiba: Prismas Agro, 2016, v. 1.
 LUCENA, L. P. **Fazendas Urbanas II**: Modalidades da Agricultura Urbana para Segurança Alimentar. São Paulo: Amazon Books, 2018, v. 1.
 MARQUES, P. V.; AGUIAR, D. R. D. **Comercialização de produtos agrícolas**. São Paulo: EDUSP, 1993.

Componente Curricular

CONJUNTURA ECONÔMICA

Unidade Acadêmica Ofertante

FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS E POLÍTICAS

Carga Horária

Teórica	Prática	Aula campo/	Extensão	Educação a distância
---------	---------	-------------	----------	----------------------

		Visita Técnica		
64				25%
Total				64
Ementa				
<p>Setor externo: análise da evolução da balança comercial (exportação, importação) e balanço de capitais (empréstimos, juros externos, endividamento). Política monetária: juros, subsídios, inflação, custo de crédito interno, expansão monetária. Produção, empregos e salários: análise da recessão através da evolução da produção e do emprego. Análise da política salarial. Setor externo: análise da evolução dos principais itens do balanço de pagamento. Inflação: análise da evolução dos principais indicadores de preços, bem como das causas do seu aumento. Recessão e salários: análise da evolução do índice de produção industrial e de emprego, usados como indicadores da recessão, bem como das causas da recessão. Política monetária e sistema financeiro: análise da evolução dos principais indicadores da política monetária, bem como das causas de sua expansão.</p>				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
<p>FEIJÓ, Carmem A.; VALENTE, Elvio; LIMA, Fernando Carlos G. de C.; ARAÚJO, Márcio S. Para entender a conjuntura econômica.: Editora Manole, 2008. <i>E-book</i>. ISBN 9788520451779</p> <p>CARVALHO, Fernando. Economia Monetária e Financeira - Teoria e Política. Grupo GEN, 2015. <i>E-book</i>. ISBN 9788595154896.</p> <p>OREIRO, José L.; PAULA, Luiz Fernando de. Macroeconomia da Estagnação Brasileira. Editora Alta Books, 2021. <i>E-book</i>. ISBN 9788550815343.</p>				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
<p>CASTRO, A. B. A reestruturação industrial brasileira nos anos 90. Uma interpretação. Revista de Economia Política, São Paulo: Brasiliense, v. 21, n. 3, jul./set. 2001.</p> <p>COUTINHO, L. A fragilidade do Brasil em face da globalização. In: BAUMANN, R. (org.). O Brasil e a economia global. Rio de Janeiro, Campus, 1996.</p> <p>FLIGENSPAN, F. Ganhos e perdas no mercado de trabalho no Real: uma revisão por posição na ocupação. Departamento de Economia da UFRGS, 2003. (Texto para Discussão n. 09/2003).</p>				

Componente Curricular
INTRODUÇÃO À CIÊNCIA DE DADOS
Unidade Acadêmica Ofertante
FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS E POLÍTICAS

Carga Horária				
Teórica	Prática	Aula campo/ Visita Técnica	Extensão	Educação a distância
32	32			
Total				64
Ementa				
<p>Conceituação da ciência de dados (Data Science); quarta revolução industrial; grandes volumes de dados (Big Data), análise e visualização de dados (Data Analytics); aprendizado de máquina (Machine Learning) e seus algoritmos e métodos; mineração de dados (Data Mining); descoberta de conhecimento em bases de dados (Knowledge Discovery in Databases - KDD) e inteligência artificial.</p>				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
<p>NETO, Jocildo Figueiredo Correia; MARQUES, Érico Veras. Tomada de decisão com analítica de dados: aplicações práticas com Excel. 1. ed. Rio de Janeiro: Alta Book, 2020. MCFEDRIES, Paul. Análise de dados com Excel para leigos. Tradução da 4. ed. Rio de Janeiro: Alta Books, 2020. SHARDA, Ramesh; DELEN, Dursun; TURBAN, Efraim. Intelligence e análise de dados para gestão do negócio. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2019. BRUCE, Andrew; BRUCE, Peter. Estatística prática para cientistas de dados: 50 conceitos essenciais. 1. ed. Rio de Janeiro: Alta Books, 2019.</p>				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
<p>PROVOVOST, Foster; FAWCETT, Tom. Data science para negócios: o que você precisa saber sobre mineração de dados e pensamento analítico de dados. Tradução da 1. ed. Rio de Janeiro: Alta Books, 2016. DUARTE, Nancy. Data story: explique dados e inspire por meio de histórias. 1. ed. Rio de Janeiro: Alta Books, 2021. PIERSON, Lilian. Data science para leigos. Tradução da 2. ed. Rio de Janeiro: Alta Books, 2019. ZHOU, Hong. Learn data mining through Excel: a step-by-step approach for understanding machine learning methods. 1. ed. Connecticut: Apress, 2020. MARTINO, Julio Cesar Rodriguez. Hands-on machine Learning with Microsoft Excel: build complete data analysis flows, from data collection to visualization. 1. ed. United Kingdom: Packt, 2019. FOREMAN, John W. Data smart: using data science to transform information into insight. Indianapolis: Wiley, 2014.</p>				

Componente Curricular
CIÊNCIA DE DADOS PARA ECONOMIA
Unidade Acadêmica Ofertante
FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS E POLÍTICAS

Carga Horária				
Teórica	Prática	Aula campo/ Visita Técnica	Extensão	Educação a distância
32	32			
Total				64
Ementa				
<p>Ciência de dados, mineração de dados e machine learning no contexto da Ciência Econômica. Relação entre ciência de dados e econometria. Importação, organização e exploração de dados. Visualização de dados. Modelo lineares, seleção e regularização (Ridge e Lasso). Modelos não lineares, polinomial logístico, spline e kernel. Modelos de classificação, vizinho mais próximo, Naive Bayes, árvores, árvores aleatórias, máquina de vetores de suporte. Modelos de agrupamento, k-médias, componentes principais, análise fatorial. Introdução às redes neurais.</p>				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
<p>KELLEHER, John D.; TIERNEY, Brendan. Data science. 1. MIT Press, 2018. BAUMER, Benjamin S.; KAPLAN, Daniel T; HORTON, Nicholas J. Modern data science with R. 2. ed. New York: CRC Press, 2021. WICKHAM, Hardley. R for Data science. 2. ed. California: O'Reilly, 2023. JAMES, Gareth. WITTEN; Daniela; HASTIE, Trevor; TIBSHIRANI, Robert. 2. ed. An introduction to statistic learning (with applications in R). New York: Springer, 2023.</p>				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
<p>GERÓN, Aurélien. Mãos à obra: aprendizado de máquina com Scikit-Learn e TensorFlow. Rio de Janeiro: Alta Books, 2019. VARIAN, Hall. Big Data: New tricks for econometrics. Journal of Economic Perspectives, 28(2): 3-27, 2014. ATHEY, Susan. The Impact of Machine Learning on Economics. In Ajay Agrawal, Joshua Gans, and Avi Goldfarb (editors) The economics of artificial intelligence: an agenda. University of Chicago Press, 2018. ATHEY, Susan e GUIDO W. Imbens. Machine learning methods that economists should know about,” Annual Review of Economics, 11(1): 685-725, 2019. KLEINBERG, Jon; LAKKARAJU, Himabindu; LESKOVEC, Jure; LUDWIG, Jens; MULLAINATHAN, Sendhi. Human decisions and machine predictions,” Quarterly Journal of Economics, 133(1): 237-93, 2018. MULLAINATHAN, Sendhil; SPIESS, Jann. Machine learning: an applied econometric approach,” Journal of Economic Perspectives, 31 (2): 87-106, 2017.</p>				

Componente Curricular
ECONOMIA DA AMÉRICA LATINA
Unidade Acadêmica Ofertante

FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS E POLÍTICAS				
Carga Horária				
Teórica	Prática	Aula campo/ Visita Técnica	Extensão	Educação a distância
64				25%
Total				64
Ementa				
<p>Ciclos econômicos da América Latina nas relações econômicas internacionais: Padrão Ouro ao século XXI. Os modelos econômicos a partir da segunda metade do século XX. A internacionalização do capital financeiro, as relações econômicas. Alternativas para o desenvolvimento: inserção na reestruturação industrial capitalista e a integração regional no pós-guerra, a guerra fria e a cooperação. A influência da Cepal nas políticas econômicas centro e sul-americanas. Os Mecanismos Latino-Americanos de inserção na economia mundial Globalizada: regionalismo e estratégias de inserção internacional. Blocos regionais e suas relações econômicas internacionais: MERCOSUL; UNASUL; ALADI; CAN; CARICOM; Aliança do Pacífico. O Consenso de Washington e a experiência neoliberal. O projeto da ALCA e os acordos bilaterais com os EUA. Ascensão e crise dos governos “progressistas”. A presença econômica da China na América Latina. O “golpismo suave” e as instabilidades políticas e econômicas e suas novas formas de autoritarismo. O “boom das commodities”, o extrativismo e os novos desafios do desenvolvimento. A contraofensiva estadunidense e o retrocesso neocolonial. A América Latina como ator nas Relações Internacionais. Principais organismos multilaterais latino-americanos. As Relações da América Latina com os países centrais: EUA e Europa Ocidental com os países periféricos: África e Ásia. As relações econômicas intra-regionais e intra-sub-regionais. Principais focos de conflito regional e internacional: a Bacia do Prata, a América central, as Ilhas Malvinas, as zonas de fronteira (Peru/Equador, Guiana/Venezuela), a Bolívia em sua procura de acesso ao mar, a crise colombiana.</p>				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
<p>PELLEGRINO, Maria Ligia Prado, G. História da América Latina. Editora Contexto, 2014. <i>E-book</i>. ISBN 9786555414073.</p> <p>FREITAS, Eduardo P.; BAUER, Caroline S.; MAGALHÃES, Cristiane M.; et al. História da América: origem e colonização. Grupo A, 2020. <i>E-book</i>. ISBN 9786556900582.</p> <p>CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. Dependência e desenvolvimento na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.</p> <p>CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. História da Política Exterior do Brasil. Brasília, 2015.</p> <p>CERVO, Amado Luiz; RAPOPORT, Mário (Orgs.). História do Cone Sul. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.</p> <p>PALACIOS, Ariel. América Latina. Lado B. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2024.</p>				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
<p>PALACIOS, Ariel. América Latina. Lado B. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2024.</p> <p>MENDONÇA, Marina Gusmão de; PIRES, Marcos Cordeiro (Orgs.). Formação econômica da América Latina. São Paulo: LCTE Editora, 2012.</p> <p>CERVO, Amado Luiz. Relações internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas. 2ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2007.</p> <p>ALMEIDA, P. R. de. O Mercosul: no contexto regional e internacional. São Paulo: Aduaneiras, 1993.</p> <p>AYERBE, L. F. Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia. São Paulo: Ed. Unesp, 2002.</p> <p>BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. Brasil, Argentina, Estados Unidos: conflito e integração na América Latina (Da Tríplice Aliança ao Mercosul). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.</p>				

FURTADO, Celso M. **A Hegemonia dos Estados Unidos e o Subdesenvolvimento da América Latina**. 3a. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____, Celso M. **A Nova Dependência. Dívida Externa e Monetarismo**. 5a. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____, Celso M. **Criatividade e Dependência na Civilização Industrial**. São Paulo: Circulo do Livro, 1978.

_____, Celso M. **A Economia Latino-Americana**. 4ª. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HUBERMAN, Leo. **História da Riqueza dos EUA. Nós, O Povo**. 4ª. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

Componente Curricular				
MERCADO DE CAPITAIS				
Unidade Acadêmica Ofertante				
FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS E POLÍTICAS				
Carga Horária				
Teórica	Prática	Aula campo/ Visita Técnica	Extensão	Educação a distância
64				
Total				64
Ementa				
<p>Sistema Financeiro Nacional: Mercado Financeiro e Comissão de Valores Mobiliários; Companhias de Capital Aberto e Fechado; Valores Mobiliários – Renda Fixa e Variável; Bolsa de Valores; Títulos Emitidos por Companhias, Fundos de Investimentos, Clubes de Investimento,. Brazilian Depository Receipts – BDR’s. Certificado de Recebíveis Imobiliários. Relações com Investidores.</p>				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
<p>NETO, Alexandre A. Mercado Financeiro. Disponível em: Minha Biblioteca, (15th edição). Grupo GEN, 2021.</p> <p>NETO, Alexandre A. Investimentos no Mercado Financeiro - Usando a Calculadora HP 12C. Disponível em: Minha Biblioteca, (4th edição). Grupo GEN, 2019.</p> <p>CVM - Mercado de valores mobiliários brasileiro / Comissão de Valores Mobiliários. 4. ed. Rio de Janeiro: Comissão de Valores Mobiliários, 2019. (Conversando com Paulo, ele sugeriu que esta fique nas básicas, pois é ebook, gratuito disponibilizado pela CVM).</p>				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
<p>ASSAF NETO, Alexandre. LIMA, Fabiano Guasti. Curso de Administração Financeira. São Paulo: Atlas, 2009.</p> <p>B3. Bolsa de Valores Brasileira. Disponível em www.b3.com.br. Acesso, 2022.</p> <p>BACEN. Banco Central do Brasil. Disponível em https://www.bcb.gov.br/. Acesso, 2022.</p> <p>CVM. Comissão de Valores Mobiliários. Disponível em https://www.bcb.gov.br/. Acesso, 2022.</p> <p>CARRETE, Liliam S. Mercado Financeiro Brasileiro. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2019.</p> <p>ROSS, Stephen, A. et al. Administração financeira. Disponível em: Minha Biblioteca, (10th edição). Grupo A, 2015.</p> <p>TESOURO DIRETO. Disponível em https://www.tesourodireto.com.br. Acesso em, 2022.</p>				

Componente Curricular				
FUNDAMENTOS DE ADMINISTRAÇÃO				
Unidade Acadêmica Ofertante				
FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS E POLÍTICAS				
Carga Horária				
Teórica	Prática	Aula campo/ Visita Técnica	Extensão	Educação a distância
64				
Total				64
Ementa				
<p>Evolução Histórica das escolas da Administração. Administração Científica e Clássica. A Escola de Relações Humanas. Estruturalismo: administração e burocracia. Enfoque sistêmico: os sistemas abertos na sociedade contemporânea. A informação como fator de resolução das organizações</p>				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
<p>CHIAVENATO, Idalberto. Fundamentos de Administração. Disponível em: Minha Biblioteca, (2nd edição). Grupo GEN, 2021. MAXIMIANO, Amaru. Fundamentos da Administração-Introdução à Teoria Geral e aos Processos da Administração. Disponível em: Minha Biblioteca, (3rd edição). Grupo GEN, 2014. OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças D. Teoria geral da administração: uma abordagem prática, 3ª edição. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2013.</p>				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
<p>AFFONSO, Ligia Maria, F. e Fernanda da Luz Ferrari. Teorias da administração. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2018. DRUCKER, Peter F. Introdução à Administração. São Paulo: Atlas, 2009. MOTTA, F. C. P.; VASCONCELOS, I. F. G. Teoria geral da Administração. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2006. MOTTA, Fernando C., P. e Isabella F. Gouveia de Vasconcelos. Teoria Geral da Administração. Disponível em: Minha Biblioteca, (3rd edição). Cengage Learning Brasil, 2016. LACOMBE, Francisco. Teoria geral da administração. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2009.</p>				

Componente Curricular				
FINANÇAS EMPRESARIAIS				
Unidade Acadêmica Ofertante				
FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS E POLÍTICAS				
Carga Horária				
Teórica	Prática	Aula campo/ Visita Técnica	Extensão	Educação a distância
64				
Total				64
Ementa				
<p>Introdução aos conceitos fundamentais de finanças corporativas e avaliação de empresas; Administração de capital de giro; Critérios de orçamento de capital e introdução a métricas de criação de valor; estimativa do custo de capital e otimização da estrutura de capital. Financiamento e Investimento.</p>				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
<p>NETO, Alexandre A. Curso de Administração Financeira. Disponível em: Minha Biblioteca, (4th edição). Grupo GEN, 2019. CVM - Mercado de valores mobiliários brasileiro / Comissão de Valores Mobiliários. 4. ed. Rio de Janeiro: Comissão de Valores Mobiliários, 2019. ROSS, Stephen, A. et al. Administração financeira. Disponível em: Minha Biblioteca, (10th edição). Grupo A, 2015.</p>				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
<p>BRAGA, Roberto. Fundamentos e Técnicas da Administração Financeira. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2011. Eiteman, David, K. et al. Administração Financeira Internacional. Disponível em: Minha Biblioteca, (12th edição). Grupo A, 2012. GITMAN, L. J. Princípios de administração financeira. 10. ed. São Paulo: Pearson, 2004. HOJI, Masakazu. Administração Financeira e Orçamentária, 12ª edição. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2017. PADOVEZE, Clóvis L. Introdução à Administração Financeira - 2ª Ed.. Disponível em: Minha Biblioteca, (2nd edição). Cengage Learning Brasil, 2013.</p>				

Componente Curricular				
COMÉRCIO EXTERIOR				
Unidade Acadêmica Ofertante				
FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS E POLÍTICAS				
Carga Horária				
Teórica	Prática	Aula campo/ Visita Técnica	Extensão	Educação a distância
64				25%
Total				64
Ementa				
<p>Conceitos e Composição do Comércio Exterior. Política do Comércio Exterior Brasileiro. Procedimentos Administrativos na Importação e Exportação. Tributação no Comércio Exterior. Transporte Internacional.</p>				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
<p>MURTA, Roberto. Princípios e contratos em comércio exterior. SRV Editora LTDA, 2013. MAGNOLI, Demétrio. Comércio Exterior e Negociações Internacionais.: SRV Editora LTDA, 2012. VAZQUEZ, José Lopes. Comércio exterior brasileiro. 11ed. São Paulo : Atlas, 2015. BORTOTO, Artur César.; REBONO, Maria.; CASSAR, Maurício.; RAMOS, Ronaldo J. Souza. Comércio exterior: Teoria e gestão. 3 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2012.</p>				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
<p>COSTA, L. M. Comércio Exterior: Negociação e Aspectos Legais. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2005. SILVA, José Ultemar. Gestão das relações econômicas internacionais e comércio exterior. São Paulo : Cengage Learning, 2008. (biblioteca online) MURTA, Roberto. Princípios e contratos em comércio exterior. 2ed. São Paulo: Saraiva. 2018 (biblioteca online) DIAS, Reinaldo; RODRIGUES, Waldemar. Comércio exterior. EDa Atlas SA, 2012. LOPEZ, José Manoel Cortiñas. Comércio exterior competitivo. Edições Aduaneiras, 2007.</p>				

Componente Curricular				
SISTEMA FINANCEIRO INTERNACIONAL				
Unidade Acadêmica Ofertante				
FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS E POLÍTICAS				
Carga Horária				
Teórica	Prática	Aula campo/ Visita Técnica	Extensão	Educação a distância
64				25%
Total				64
Ementa				
<p>Definição de moeda: funções e motivos para demandar moeda entre as diversas escolas do pensamento econômico. Principais regimes cambiais e seus efeitos sobre as variáveis macroeconômicas. Padrões monetários internacionais: padrão-ouro, padrão dólar-ouro, Crise de 1929 e seu papel na transição entre os sistemas financeiros internacionais. O acordo de Bretton Woods. A Globalização Financeira e desregulamentação pós-1973. Formação da Zona do Euro e crise recente do Euro. A Crise de 2008. Novos atores e novas tecnologias no sistema monetário internacional: blockchain e criptomoedas.</p>				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
<p>DAMAS, Roberto Dumas. Crisis econômicas internacionais. Saraiva Educação SA, 2017. FROYEN, Richard. Macroeconomia. Saraiva Educação SA, 2017. NASCIMENTO, Leonardo B. G. et al. Criptomoedas e Blockchain. Porto Alegre: Grupo A, 2022</p>				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
<p>EICHENGREEN, Barry. A Globalização do Capital: uma História do Sistema Monetário Internacional. São Paulo: editora 34, 2012. CARVALHO, Fernando et al. Economia monetária e financeira: teoria e política. Elsevier Brasil, 2017. KINDLEBERGER, Charles P.; ALIBER, Robert Z. Manias, pânico e crises: uma história das crises financeiras. São Paulo: Saraiva, 201 SAES, Flávio Azevedo Marques de; SAES, Alexandre Macchione. História econômica geral. 2013 GIAMBIAGI, Fabio; TERRA, Cristina. Finanças Internacionais: Macroeconomia Aberta. Elsevier Brasil, 2014</p>				

7 APÊNDICE II – REGULAMENTO DA INSERÇÃO CURRICULAR DA EXTENSÃO

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º A extensão no Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas está regulamentada por:

- I – Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;
- II – Resolução CNE/CES nº 4, de 13 de julho de 2007;
- III – Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018
- III - Resolução CONSEPE/UFR nº 10, de 14 de julho de 2022;
- IV - Resolução CONSEPE/UFR Nº 66, de 10 de setembro de 2024;

Art. 2º A extensão universitária é um componente integrador junto com o ensino e a pesquisa e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade, sob os princípios constitucionais condutores das organizações curriculares e pautadas no processo interdisciplinar, político, social, educacional, cultural, científico e tecnológico.

Art. 3º A extensão tem como diretrizes, a disseminação de conhecimentos por meio de programas, projetos, cursos, eventos, ações de internacionalização, inovação e empreendedorismo e prestação de serviços à comunidade.

CAPÍTULO I OBJETIVO

Art. 4º As atividades de extensão universitária objetivam:

- I - reafirmar a articulação da universidade com outros setores da sociedade, prioritariamente aqueles em vulnerabilidade social;
- II - garantir a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- III - contribuir para a melhoria da qualidade da formação de estudantes, voltada para a cidadania e o seu papel social;
- IV - proporcionar a busca de novos objetos de investigação, de inovação e de empreendedorismo, bem como o desenvolvimento tecnológico e a transferência deste a partir do contato com os problemas das comunidades e a sociedade;
- V - estabelecer a troca de conhecimentos, saberes e práticas nas áreas temáticas da extensão universitária: comunicação; cultura; direitos humanos e justiça; educação; meio ambiente; saúde; trabalho; e tecnologia e produção.

Art. 5º As atividades de extensão para o curso de Ciências Econômicas objetivam:

- I- divulgar o conhecimento e competências adquiridas no ambiente acadêmico para a resolução de problemas da sociedade;
- II – conceder o prolongamento do processo de aprendizagem por meio da interlocução com os diversos setores da sociedade;
- III- proporcionar a integração das atividades do curso de Ciências Econômicas com as experiências da vida cotidiana na comunidade;
- IV – promover a indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão, garantindo o tripé universitário;
- V- estabelecer uma interação dialógica entre o curso de Ciências Econômicas e a sociedade.

CAPÍTULO II DISPOSIÇÕES LEGAIS

Art. 6º A matriz curricular do Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal de Rondonópolis prevê 300 horas em atividades extensionistas obrigatórias, o que equivale a 10% da carga horária total do curso que é de 3.000 horas.

§ 1º. Para cumprir essa carga horária de 300 horas, adotou-se o formato misto de inserção curricular da extensão, o qual inclui a curricularização da extensão, respondendo por 192 horas, e a creditação da extensão, respondendo por 108 horas.

§ 2º Para alunos em processo de migração curricular, a carga horária total de extensão a ser cumprida é o mínimo de 300 horas, independente do formato de creditação ou curricularização.

Art. 7º Em relação à curricularização da extensão, foram criadas disciplinas obrigatórias, sem pré-requisitos, voltadas exclusivamente às atividades extensionistas, cada uma delas tendo uma carga horária 64 horas semestrais, a saber:

- I – Ação de Extensão I;
- II – Ação de Extensão II; e
- III- Ação de Extensão III.

Art. 8º No âmbito das disciplinas de extensão, docentes e discentes planejarão e executarão as atividades extensionistas dentro do semestre letivo.

§ 1º. Os docentes responsáveis pelas disciplinas de extensão deverão cadastrar no Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP), como plano de ensino, prevendo as atividades que serão desenvolvidas ao longo do período letivo prevendo o protagonismo dos discentes envolvidos.

§ 2º As atividades a serem realizadas serão definidas pelos docentes, respeitando-se as diretrizes previstas neste regulamento e nas resoluções supracitadas.

§ 3º Compete ao Colegiado de Curso de Graduação em Ciências Econômicas averiguar, nos prazos previstos em calendário acadêmico, o mérito extensionista das propostas registradas

nos planos de ensino submetidos pelos docentes responsáveis pelas disciplinas de extensão, prezando pela diversidade das ações, respeitando as especificidades do curso e vetando a duplicidade de submissão de disciplinas enquanto programas e/ou projetos de extensão.

Art. 9º A creditação da extensão nos currículos de graduação consiste no registro das ações de extensão pelos(as) estudantes por meio da comprovação de seu cumprimento por peticionamento via processo, com apresentação de certificação, por meio da participação nas seguintes atividades extensionistas:

- I - programas;
- II - projetos;
- III - cursos e oficinas;
- IV - eventos;
- V - prestação de serviços; ou
- VI - demais programas de natureza institucional ou de natureza governamental, que atendam a políticas municipal, estadual, distrital e nacional.

Art. 10º A creditação da extensão poderá ser cumprida em atividades extensionistas propostas pelo Curso de Graduação em Ciências Econômicas ou por outros cursos, pertencentes à FACAP ou às demais Unidades Acadêmicas da UFR, desde que as ações estejam relacionadas com a formação proposta pelo curso de origem.

Art. 11º Estudantes de outras Unidades Acadêmicas e IES também poderão solicitar a participação nas ações de extensão propostas pelo Curso de Graduação em Ciências Econômicas, desde que tal participação seja aprovada pelo(a) proponente da ação.

Art. 12º As ações de extensão coordenadas por membros do corpo docente do Curso de Graduação Bacharelado em Ciências econômicas, as quais poderão ser aproveitadas para o processo de creditação da extensão, deverão ser registradas no Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP), respeitando-se os editais publicados pela Pró-Reitoria de Extensão (PROEX).

Art.13º Para fins de registro da Creditação da Extensão no histórico escolar, os(as) discentes deverão apresentar ao Colegiado de Curso, via sistema SEI, as cópias simples dos comprovantes das atividades extensionistas em sua totalidade até a última data de lançamento de notas do calendário semestral no qual colarão grau.

Art. 14º Os componentes curriculares (optativos) previstos neste PPC, extrapolam a carga-horária mínima exigida para o cumprimento dos 10% da Inserção Curricular da Extensão. Desta forma, não poderão ser utilizados como aproveitamento de componentes curriculares obrigatórios ou na Creditação da Extensão.

CAPÍTULO III ACOMPANHAMENTO E EXECUÇÃO

Art. 15. Compete à Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) a gestão acadêmica do Módulo de Extensão no SUAP.

Art. 16. A proposta e a formalização de ações de extensão, com financiamento interno, deverá seguir as normas estabelecidas na Política de Extensão da UFR e previstas nos editais publicados pela DPEX/PROEX.

Art.17. Os projetos de extensão serão propostos por servidores ativos da UFR, denominados doravante de coordenador(a).

Parágrafo único. O registro no Módulo de Extensão no SUAP deverá ser realizado pelo coordenador(a) do projeto de extensão.

Art. 18. O registro das atividades é obrigatório e deverá ser feito conforme cronograma estipulado na proposta do projeto submetido no Módulo de Extensão no SUAP.

Parágrafo único: A validação do registro de execução das atividades será feita pelo(a) Diretor(a)e/ou Coordenador(a) de Extensão.

Art. 19. O Monitoramento ocorrerá durante todo o período de execução dos projetos de extensão, devendo o(a) coordenador(a) registrar todas as atividades executadas, gerenciar os gastos, inserir fotos e anexos conforme planejado nas metas e atividades.

Art. 20. O coordenador(a) do projeto deverá acompanhar os relatórios parciais que serão gerados no SUAP na medida em que se registram as atividades e despesas efetuadas, transformando-os em um relatório final após a finalização do projeto pelo(a) diretor(a) de extensão.

Art. 21. A conclusão do projeto de extensão só será permitida após o registro de todas as atividades e todos os desembolsos, quando for o caso, além da inserção de, no mínimo uma foto com legenda e uma lição aprendida, os anexos obrigatórios da equipe e a avaliação dos alunos.

CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 22. Os projetos de extensão somente serão reconhecidos institucionalmente se estiverem devidamente registrados, aprovados e homologados pelas instâncias administrativas submetidas no sistema institucional SUAP - Sistema Unificado de Administração Pública.

Art. 23. Os casos omissos neste regulamento serão resolvidos pelo Colegiado de Curso.

8 APÊNDICE III – REGULAMENTO DO ESTÁGIO

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º O Estágio Supervisionado no Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas está regulamentado por:

- I – Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008;
- II – Resolução CNE/CES nº 4, de 13 de julho de 2007;
- III - Resolução CONSEPE/UFR nº 10, de 14 de julho de 2022;
- IV – Instrução Normativa PROEG/UFR Nº 4, de 03 de janeiro de 2023.

Art. 2º O Estágio Curricular Supervisionado Não Obrigatório é o período destinado a proporcionar a complementação do ensino e aprendizagem dos alunos do Curso de Ciências Econômicas, desenvolvido através de atividades práticas, visando o aperfeiçoamento no atendimento, no desenvolvimento científico e no relacionamento humano.

§ 1º O Estágio de que trata este artigo poderá ser realizado na própria Instituição, mediante laboratórios que congreguem as diversas ordens práticas, correspondentes aos diferentes pensamentos econômicos, modelos e propostas, estruturados e operacionalizados de acordo com regulamentação própria prevista no caput deste artigo.

§ 2º As atividades do Estágio Supervisionado deverão ser reprogramadas e reorientadas de acordo com os resultados teórico-práticos gradualmente revelados pelo aluno, até que os responsáveis pelo estágio curricular possam considerá-lo concluído, resguardando, como padrão de qualidade, os domínios indispensáveis ao exercício da profissão.

Art. 3º O estágio não obrigatório, realizado por estudantes dos cursos de graduação da Universidade Federal de Rondonópolis, poderá ser iniciado a qualquer momento após o ingresso do estudante na instituição, desde que aprovado pelas coordenações de estágio e de curso.

Art. 4º O estágio deverá ser conduzido de acordo com as competências e habilidades inerentes à atividade profissional e articuladas à formação acadêmica, com ativa participação do discente em condições reais de trabalho, integrando o ensino, a pesquisa, a extensão e a inovação.

CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS

Art. 5º O estágio não obrigatório compreende a realização de atividades pelo(a) estudante, de forma facultativa e complementar, e poderá ser acrescido à carga horária obrigatória do curso de graduação ou como atividade complementar.

Art. 6º O Estágio Supervisionado Não Obrigatório, como atividade, para o Curso de Ciências Econômicas tem por objetivos:

- I. colocar o acadêmico às vistas do mercado de trabalho regional ou nacional, dando-lhe a oportunidade de utilizar os conhecimentos adquiridos em seu curso;
- II. aguçar a curiosidade científica dos acadêmicos;
- III. permitir estímulo ao intercâmbio do Curso de Ciências Econômicas com outras instituições e com a comunidade em geral;
- IV. despertar no acadêmico novas aptidões e habilidades para o exercício de sua profissão;
- V. oportunizar a utilização dos conhecimentos adquiridos nas atividades acadêmicas.

Art. 7. Os(As) estudantes do Curso de Ciências Econômicas poderão realizar estágio obrigatório ou não obrigatório no exterior, conforme determinação do projeto pedagógico do curso, desde que atendidos os requisitos estabelecidos neste regulamento e no Regimento Geral da Graduação da Universidade Federal de Rondonópolis.

CAPÍTULO III DISPOSITIVOS LEGAIS

Art. 8. O Estágio Supervisionado não obrigatório do Curso de Ciências Econômicas deverá ser realizado nas instituições, públicas e/ou privadas, apoiado em convênio estabelecido entre a Universidade Federal de Rondonópolis e a instituição receptora do estagiário, mediante Termos de Convênio e Compromisso.

§ 1º - No convênio devem-se estabelecer as condições legais para atendimento aos objetivos de estágio conforme apresentado neste regulamento e no regimento geral da graduação da Universidade Federal de Rondonópolis;

§ 2º - A assinatura do contrato de estágio preconiza o aceite, por todas as partes, das cláusulas nele descritas, e;

§ 3º A eventual concessão de benefícios relacionados a transporte, alimentação e saúde, entre outros, não caracteriza vínculo empregatício.

Art. 9º. O Estágio Supervisionado não obrigatório do Curso de Ciências Econômicas deverá ser realizado nas instituições, públicas e/ou privadas, devendo apresentar as condições para a viabilização do estágio:

- I. existência de infraestrutura compatível com os objetivos do Estágio;

II. possibilitar aos alunos do Curso de Graduação em Ciências Econômicas aprofundamento dos conhecimentos teóricos e práticos na área de economia, contribuindo para o crescimento profissional;

III. a carga horária não poderá ser superior à descrita no termo de estágio, e a proporcionalidade entre estagiários(as) e profissionais, que deverá seguir o disposto na legislação vigente;

IV. O acordo de cooperação ou convênio para a realização do estágio poderá ser celebrado diretamente ou com a interveniência de agentes de integração, devendo estes seguirem a legislação vigente.

Art. 10. Quando houver prorrogação, alteração das atividades, da carga horária, ou do(a) supervisor(a) de estágio da concedente, deverá ser celebrado termo aditivo e emitido novo termo de responsabilidade financeira.

Art. 11. A realização do estágio não obrigatório nas unidades vinculadas à Universidade Federal de Rondonópolis será precedida de orientação e documentação fornecida pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas.

Art. 12. O(a) estudante deverá apresentar relatório parcial, conforme regulamento do curso, e final, ao término do estágio para fins de acompanhamento, com avaliação do(a) professor(a) supervisor(a).

Art. 13. A duração do estágio, na mesma parte concedente, não poderá exceder dois anos, exceto quando se tratar de estagiário(a) portador(a) de deficiência.

CAPÍTULO IV ESTAGIÁRIO

Art. 14. São pré-requisitos para ser estagiário:

I. estar regularmente matriculado com frequência efetiva às aulas;

II. todos os estudantes regularmente matriculados podem desenvolver atividades de estágio, desde que previstos no projeto pedagógico do curso;

III. o estágio não obrigatório, realizado por estudantes do curso de bacharelado em Ciências Econômicas, poderá ser iniciado a qualquer momento após o ingresso do estudante na instituição, desde que aprovado pela Coordenação de estágio e Coordenação de Curso; e

IV. o estágio deverá ser conduzido de acordo com as competências e habilidades inerentes à atividade profissional e articuladas à formação acadêmica, com ativa participação do discente em condições reais de trabalho, integrando o ensino, a pesquisa, a extensão e a inovação tecnológica;

Art. 15. Das responsabilidades do estagiário:

- I. o estagiário deverá escolher o orientador, dentre os professores do Curso de Ciências Econômicas, e manifestar sua escolha sobre área, local e entidade de sua preferência, cadastrada ou a cadastrar, no prazo estabelecido pela Coordenação do Estágio Supervisionado;
- II. cumprir os prazos de entrega dos relatórios semestrais e final;
- III. atender as orientações do professor orientador e do supervisor de estágio;
- IV. as atividades de estágio não obrigatório deverão configurar-se em estreita relação com a formação pretendida pelo(a) estudante, devendo este descrever as atividades nos relatórios de estágio;
- V. apresentar, em tempo hábil, via processo SEI, a solicitação de aditivo de contrato de estágio, quando for o caso;
- VI. comunicar ao ao(a) Coordenador(a) de Estágio e ao(à) Professor(a) Orientador(a) todo acontecimento importante relacionado ao andamento do estágio;
- VII. zelar pelos materiais e instalações utilizados;
- VIII. considerar-se como membro da entidade concedente do estágio, acatando suas decisões, bem como respeitando as necessidades da mesma em guardar sigilo sobre assuntos profissionais; e
- IX. comparecer com assiduidade e pontualidade ao local do estágio;

CAPÍTULO V COORDENADOR DE ESTÁGIO

Art. 16. São atribuições do(a) Coordenador(a) de Estágio:

- I. acompanhar a expedição e assinatura dos convênios com as entidades receptoras dos estagiários e a Universidade Federal de Rondonópolis;
- II. divulgar as instituições cadastradas que oferecem estágios e o respectivo número de vagas;
- III. auxiliar o Estagiário e o professor(a) orientador(a) de estágio sobre procedimentos internos, documentação e demais orientações necessárias;
- IV. acompanhar e arquivar os relatórios de estágios e Termo de Convênio de Estágio;
- V. comunicar à Coordenação de Curso qualquer situação não condizente com a regularidade;
- VI. deliberar sobre problemas ocorridos durante o período de estágio e/ou encaminhá-los ao Colegiado de Curso de Graduação em Ciências Econômicas;
- VII. cancelar o estágio, de comum acordo com o supervisor e orientador, quando não cumpridas as exigências contidas neste Regulamento;
- VIII. homologar a avaliação final dos estágios e carga horária, encaminhando o resultado final para a Secretaria Acadêmica;
- IX. cumprir e fazer cumprir, por parte dos Estagiários, Supervisores e Orientadores, os dispositivos que regulamentam esta matéria;

Art. 17. Ao Coordenador do Estágio Supervisionado há previsão de atribuição de encargos didáticos.

CAPÍTULO VI

PROFESSOR ORIENTADOR

Art. 18. São atribuições do(a) Professor Orientador de Estágio:

- I. acompanhar e orientar o(a) estagiário(a) em relação a vinculação do conhecimento adquirido no curso e o descritivo no plano de trabalho de estágio;
- II. encaminhar para ao(a) Coordenador(a) de estágio o Relatório de Atividades e de Acompanhamento das Atividades de Estágio Supervisionado não obrigatório, em todas as suas fases de execução devidamente conferido e assinado; e
- III. Orientar quanto ao preenchimento dos relatórios por parte do(a) estagiário(a).

CAPÍTULO VII SUPERVISOR DE ESTÁGIO

Art. 19. Ao Supervisor do Estágio compete:

- I. propor, de comum acordo com o Orientador e o Estagiário, o Plano de Atividades do estágio, que deverá ser encaminhado à Coordenação do Estágio Supervisionado;
- II. orientar o Estagiário para o cumprimento do Plano proposto;
- III. zelar pela qualidade de todas as atividades do Estágio;
- IV. relatar a frequência e o desempenho do estagiário à Coordenação do Estágio Supervisionado;
- V. comunicar à Coordenação do Estágio Supervisionado quaisquer irregularidades relativas ao estágio;
- VI. avaliar o desempenho do acadêmico durante todo o estágio e encaminhar os resultados à Coordenação do Estágio Supervisionado em formulário próprio.

CAPÍTULO VIII ENTIDADES CEDENTES

Art. 20. Consideram-se entidades cedentes para estágio, pessoa jurídica de direito privado e os órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como profissionais liberais de nível superior devidamente registrados(as) em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional.

§ 1º Nos casos de aceitação de estagiários(as) no âmbito da administração pública federal brasileira direta, autárquica e fundacional, deverá ser cumprido o disposto na orientação normativa vigente do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

§ 2º O(A) estudante poderá estagiar em qualquer município e estado da federação, assim como no Distrito Federal, em instituições que possuam convênio com a Universidade Federal de Rondonópolis.

Art. 21. À(s) Entidade(s) concedente(s) do Estágio compete:

- I. estar conveniada ao FACAP/UFR;
- II. oferecer ao Estagiário as condições necessárias para o desenvolvimento de suas atividades planejadas;
- III. informar à Coordenação do Estágio Supervisionado, com antecedência, quaisquer alterações na sua participação no programa de estágio;
- IV. designar um profissional de seu quadro para atuar como Supervisor do Estagiário, contando com a colaboração do professor Orientador.

Parágrafo Único. Em nenhum momento o aluno estagiário, durante o período em que o mesmo estiver no Estágio, estará sem a supervisão do professor ou supervisor responsável da respectiva instituição/unidade.

CAPÍTULO IX DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 22. O(a) estagiário(a) ficará coberto(a), obrigatoriamente com apólice da organização cedente, contra riscos de acidentes pessoais durante o período do estágio, conforme estabelece a legislação vigente, sendo de responsabilidade da instituição cedente;

Art. 23. O termo de compromisso de estágio é documento obrigatório e indispensável a ser celebrado entre a instituição de ensino, o(a) estudante, e a parte concedente do estágio, devendo a parte cedente do estágio estar devidamente conveniada a UFR.

§ 1º O preenchimento e a assinatura do termo de compromisso de estágio são obrigatórios para todos os tipos de estágio e deverá ser providenciado pelo discente;

§ 2º O estágio somente será iniciado após a assinatura, por todas as partes, do termo de compromisso.

Art. 24. O termo de compromisso de estágio e demais documentos seguiram modelo padrão da Universidade Federal de Rondonópolis disponibilizado pela Pró-Reitoria de Ensino de Graduação.

Parágrafo único. O(a) representante da unidade de ensino que assina o termo de compromisso de estágio é o(a) Coordenador(a) de Curso, com anuência do colegiado e do(a) professor(a) orientador(a) de estágio.

Art. 25. O termo de compromisso de estágio no exterior deverá constar informações sobre visto apropriado e seguro de saúde/acidentes pessoais e serviço de traslado de corpo, além da definição dos direitos e deveres das partes envolvidas.

Parágrafo único. O termo de compromisso de estágio no exterior poderá ser substituído por documento equivalente sob análise e autorização da Secretaria de Relações Internacionais.

Art. 26. O contrato do Estágio Supervisionado é realizado por tempo determinado, mas pode ser rescindido por interesse de qualquer das partes desde que não ultrapasse 2 anos, e nem a data do término do curso.

Art. 27. Casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado de Curso de Ciências Econômicas considerando o presente regulamento e o Regimento da Graduação da Universidade Federal de Rondonópolis Vigente.

Art. 28. Este regulamento entra em vigor na data de sua publicação.

9 APÊNDICE IV – REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

CAPÍTULO I DA NATUREZA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 1. O Trabalho de Conclusão de Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas constitui-se em um trabalho individual do discente sob supervisão de um professor da UFR.

§ 1º. O professor deve estar lotado ou lecionando na Faculdade de Ciências Aplicadas e Políticas

§ 2º. Docente de outros institutos ou faculdades poderão supervisionar Trabalhos de Conclusão de Curso.

§ 3º. O Trabalho de Conclusão de Curso é composto por dois componentes curriculares: TCCI e TCCII.

§ 4º. Haverá aprovação no Trabalho de Conclusão de Curso sob a condição de aprovação do discente nos componentes curriculares de TCCI e TCCII.

CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS

Art. 2. O Trabalho de Conclusão de Curso de Ciências Econômicas atende aos seguintes objetivos:

- I. capacitar o discente para a elaboração de estudos no campo da Economia;
- II. oportunizar ao discente o aprofundamento de conhecimentos teórico-práticos adquiridos ao longo do curso;
- III. propiciar ao aluno o contato com o processo de investigação científica;

IV. contribuir para o enriquecimento das diferentes linhas de estudo de Ciências Econômicas, estimulando a pesquisa científica articulada às necessidades da comunidade local, nacional e internacional,

CAPÍTULO III DAS MODALIDADES

Art. 3. O Trabalho de Conclusão de Curso pode se enquadrar em uma das seguintes modalidades:

- I. Monografia.
- II. Artigo científico.
- III. Relatório técnico e/ou científico.

CAPÍTULO IV DAS NORMAS PARA ELABORAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 4. O Trabalho de Conclusão de Curso deverá seguir as normas vigentes da ABNT para cada modalidade:

- I. ABNT NBR 14724/2011, para monografias ou das atualizações destas.
- II. ABNT NBR 6022/2003, para artigos ou das atualizações destas.
- III. ABNT NBR 10719/2015, para relatórios técnicos e/ou científicos ou das atualizações destas

CAPÍTULO V DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E DIDÁTICA

Art. 5. O Coordenador do Trabalho de Conclusão de Curso deve compor o quadro de docentes lotados no Curso de Ciências Econômicas e ser eleito em Reunião do Colegiado de Curso de Ciências Econômicas.

§ 1º. Ao Coordenador do Trabalho de Conclusão de Curso serão atribuídas os componentes curriculares de TCCI e TCCII.

§ 2º. O(a) coordenador(a) de trabalho de conclusão de curso será nomeado(a) por portaria da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação para um período de um ano, podendo ocorrer a recondução por uma única vez consecutiva.

§ 3º. A coordenação do trabalho de conclusão de curso, instituída por portaria, será considerada atividade administrativa e computada ao(à) coordenador(a) conforme as normas de atribuição de encargos docentes da Universidade Federal de Rondonópolis.

CAPÍTULO VI DAS ATRIBUIÇÕES DO COORDENADOR DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 6. Compete ao Coordenador do Trabalho de Conclusão de Curso:

- I - articular-se com os(a) supervisores(as) e a coordenação do curso para organização e desenvolvimento dos trabalhos;
- II - manter atualizado, permanentemente, o cadastro das atividades de trabalho de conclusão de curso referente ao seu curso;

- III - colaborar com o colegiado de curso na elaboração do regulamento de trabalho de conclusão de curso;
- IV - encaminhar à Diretoria de Biblioteca os trabalhos de conclusão de curso para a composição do acervo;
- V - organizar e manter atualizada a documentação das bancas e das defesas de trabalho de conclusão de curso;
- VI - divulgar as bancas de trabalho de conclusão de curso realizadas no curso;
- VII - promover reuniões com os(as) professores(as) supervisores(as) de trabalho de conclusão de curso e a coordenação de curso, sempre que necessário; e
- VIII – indicar, quando solicitado em processo SEI pelo discente com justificativa a ser avaliado pelo colegiado, uma composição de banca em caso de reprovação em TCC II pelo supervisor.
- VIII - encaminhar à Diretoria de Registro e Controle Acadêmico o diário de classe devidamente preenchido, com o resultado final da avaliação para registro no histórico do estudante.

CAPÍTULO VII DAS ATRIBUIÇÕES DO SUPERVISOR

Art. 7. Compete ao supervisor de Trabalho de Conclusão de Curso:

- I. supervisionar, acompanhar e avaliar o desenvolvimento do trabalho em todas as suas fases;
- II. indicar, ao final do semestre letivo, ao Coordenador do Trabalho de Conclusão de Curso I, a aprovação ou reprovação do orientando no componente curricular de TCCI;
- III. indicar ao Coordenador de Trabalho de Conclusão de Curso a composição da banca examinadora em caso de encaminhamento para a defesa em TCC II;
- IV. presidir a banca examinadora do trabalho por ele supervisionado em TCC II;
- V. comparecer, quando solicitado, às reuniões convocadas pelo Coordenador do Trabalho de Conclusão de Curso;
- VI. comunicar ao Coordenador do Trabalho de Conclusão de Curso quando ocorrerem problemas, dificuldades e dúvidas relativas ao processo de orientação, para que o mesmo tome as devidas providências.
- VII. A redação do Trabalho de Conclusão de Curso é atribuição do discente.

Art. 8. O número máximo de orientandos por orientador é de 05 (cinco) alunos.

CAPÍTULO VIII DAS ATRIBUIÇÕES DO ORIENTANDO

Art. 9. São direitos do orientando:

- I. ter um professor supervisor e definir com o mesmo a temática do Trabalho de Conclusão de Curso;
- II. solicitar supervisão diretamente ao professor escolhido ou através do Coordenador do Trabalho de Conclusão de Curso;
- III. ser informado sobre as normas e regulamentação do Trabalho de Conclusão de Curso.
- IV. apresentar o Trabalho de Conclusão de Curso à uma banca examinadora composta por três docentes.

Parágrafo único. o discente poderá solicitar apresentar trabalho à uma banca examinadora por meio de processo SEI justificado a ser avaliado pelo Colegiado de Curso em caso de não autorização do supervisor de TCC II.

Art. 10. São deveres do orientando:

- I. cumprir as normas e regulamentação própria do Trabalho de Conclusão de Curso;
- II. redigir o Trabalho de Conclusão de Curso, cumprindo o plano e o cronograma estabelecidos em conjunto com seu supervisor;
- III. apresentar, quando solicitado pelo supervisor, as partes do trabalho que já foram redigidas;
- IV. apresentar o Trabalho de Conclusão de Curso à banca examinadora como componente curricular obrigatório para a finalização do curso em Ciências Econômicas.

CAPÍTULO IX DO PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES

Art. 11. O Planejamento do desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso deverá ser definido pelo aluno e pelo supervisor.

Art. 12. O Trabalho de Conclusão de Curso deverá ser realizado enquanto o aluno estiver matriculado nos componentes curriculares de TCCI ou TCCII

Art. 13. Caso o professor orientador não cumpra suas atribuições contidas no Art. 7 da presente regulamentação, o orientando poderá pedir a troca do supervisor a qualquer momento.

Art. 14. Caso o orientando não cumpra suas atribuições contidas no Art. 10 da presente regulamentação, o supervisor poderá cancelar a orientação e solicitar à coordenação de TCC a substituição.

CAPÍTULO X DA BANCA EXAMINADORA

Art. 15. A qualquer momento, durante o semestre letivo, desde que o orientando esteja matriculado em TCC II, o supervisor pode recomendar o Trabalho de Conclusão de Curso à avaliação da banca examinadora.

§ 1º. Para tal situação, o aluno deverá ter concluído a disciplina de TCC I.

§ 2º. A banca examinadora será composta pelo professor supervisor e mais dois docentes.

Art. 16. O Trabalho de Conclusão de Curso deverá ser apresentado aos membros da banca na data estabelecida pelo Coordenador do Trabalho de Conclusão de Curso.

§ 1º. O aluno deverá entregar 3 (três) vias digitais do Trabalho de Conclusão de Curso, sendo uma para cada um dos membros da banca examinadora.

§ 2º. O aluno deverá apresentar oralmente seu trabalho à banca examinadora, com duração de, no máximo, 20 minutos.

§ 3º. Após a apresentação oral do Trabalho de Conclusão de Curso, a banca examinadora arguirá sobre as possíveis sugestões de alterações, caso houverem, sejam processadas.

§ 4º. Caso aprovado, o aluno deverá apresentar a versão final corrigida ao supervisor ou Coordenador do Trabalho de Conclusão de Curso em data estipulada no cronograma de TCC.

§ 5º. O não cumprimento do prazo do parágrafo anterior implica na reprovação no componente curricular de TCCII.

CAPÍTULO XI DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Art. 17. O Trabalho de Conclusão de Curso será avaliado individualmente, após a apresentação oral do aluno.

§ 1º. A nota final do Trabalho de Conclusão de Curso será a média aritmética das 3 (três) notas atribuídas ao trabalho pelos membros da banca examinadora.

§ 2º. A avaliação será documentada em ata elaborada pelo presidente da banca (supervisor), onde devem constar as notas que cada membro da banca atribuiu ao aluno.

§ 3º. A nota final do aluno será divulgada ao final da banca.

§ 4º. O aluno com nota final igual ou superior a 6,0 (cinco) é considerado aprovado no Trabalho de Conclusão do Curso. Essa aprovação pode ser:

I. Sem correções no trabalho.

II. Com correções no trabalho.

§ 5º. O supervisor é responsável pela verificação das correções sugeridas pela banca examinadora.

§ 6º. O aluno com nota inferior a 6,0 (cinco) estará reprovado no componente curricular de TCCII.

Art. 18. Não existe possibilidade de recurso por parte do aluno com relação à nota atribuída pela banca examinadora.

CAPÍTULO XII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 19. Os casos omissos do presente regulamento serão resolvidos pelo Coordenador do Trabalho de Curso em conjunto com o Colegiado de Curso de Ciências Econômicas.

10 APÊNDICE V- REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

CAPÍTULO I DA CONCEPÇÃO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 1. Constituem Atividades Complementares programas, projetos, palestras, monitorias, assessorias, visitas técnicas, programas de iniciação científica, participação em eventos científicos, oficinas e cursos relacionados à área de formação e em áreas afins, na instituição

ou fora dela. Demais atividades podem ser convalidadas como atividades complementares, desde que aprovadas pelo Colegiado de Curso.

§ 1º. A responsabilidade sobre o conteúdo de Atividades Complementares é do aluno e, portanto, cabe ao mesmo o livre arbítrio para escolher tais atividades, bem como suas cargas horárias, desde que de acordo com os critérios estabelecidos neste regulamento.

§ 2º. São consideradas áreas afins conteúdos referentes à Administração, Ciências Contábeis, História, Geografia, Direito, Matemática, Estatística e Educação.

§ 3º. Fica a critério do Colegiado de Curso definir se a Atividade Complementar realizada pelo aluno é da área da Ciência Econômica ou em áreas afins.

§ 4º. Cabe ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas contabilizar tal carga horária para integralizá-la à carga horária total do curso.

CAPÍTULO II DA CONTABILIZAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 2. A carga horária mínima exigida em Atividades Complementares, definida no presente Projeto Pedagógico de Curso, é de 76 horas.

Art. 3. Os alunos deverão apresentar ao Colegiado de Curso as cópias dos comprovantes das Atividades Complementares em sua totalidade até a última data de lançamento de notas do calendário semestral no qual colarão grau.

§ 1º. As cópias dos comprovantes deverão ser conferidas pelo Coordenador de Curso ou técnico administrativo.

§ 2º. O Colegiado de Curso realizará a análise da documentação comprobatória mediante o protocolo pelos discentes de um único processo.

§ 3º. É vedada a entrega de documentação comprobatória adicional após o protocolo do processo.

Art. 4. As atividades de estágio supervisionado não obrigatório comprovadas em empresas públicas ou privadas serão validadas com carga horária de até 50 horas.

Art. 5. As visitas técnicas terão carga horária de até 20 horas.

Art. 6. Outras atividades específicas que não possuem carga horária definida poderão ser aceitas e aprovadas pelo Colegiado de Curso.

§ 1º. Nesse caso, o Colegiado de Curso definirá qualitativamente a carga horária a ser validada.

§ 2º. Caso o aluno apresente ao Colegiado de Curso comprovantes que não totalizem a carga horária mínima exigida, os mesmos serão devolvidos ao aluno.

Art. 7. Caberá ao Colegiado de Curso homologar a carga horária comprovada em atividades complementares na modalidade de EAD – Ensino a Distância, dentro do limite máximo de integralização de 76 horas por Atividade Complementar.

Art. 8. Casos que forem omissos nessa normativa serão avaliados pelo Colegiado de Curso.

11 APÊNDICE VI – REGULAMENTO LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA

Os computadores dos laboratórios de informática gerenciados pela PROTIC são destinados, prioritariamente, ao apoio dos cursos de graduação e pós-graduação como ferramentas pedagógicas na condução de suas disciplinas.

Visando atender toda a comunidade acadêmica, os laboratórios constituem-se de uso geral atendendo diferentes disciplinas em diferentes cursos. De tal modo, considerando a necessidade comunitária e visando a organização das tarefas prestadas pela PROTIC para manter os computadores funcionais, exige-se que os laboratórios sejam antecipadamente reservados.

A reserva deve ser realizada no sistema SUAP por um servidor ativo da Universidade Federal de Rondonópolis, respeitando o prazo mínimo de 120 horas de antecedência ao uso.

A partir do sistema SUAP, o servidor requisitante encontrará informações a respeito dos laboratórios de responsabilidade da PROTIC, dias e horários disponíveis para reserva, a quantidade de equipamentos disponível e os softwares instalados nos computadores de cada laboratório. Atualmente a PROTIC gerencia os seguintes laboratórios:

Sala	Capacidade da Sala	Softwares Disponíveis
Laboratório de Informática – 1A [093] – Bloco A	25 computadores	Anaconda3-5.3.1; Arduino 1.8.18; brModelo 3.2; CodeBlocks-20.03mingw; Dev-Cpp 5.11 TDM-GCC 4.9.2; Dominio Contábil; GanttProject 3.2.3240; GNU Octave 7.2.0; JabRef 5.7; Lazarus-2.2.2-fpc-3.2.2; LibreOffice 7.3.5; LTspice 17.0.35; Notepad 8.4.4; Oracle Database 10g Express Edition; Pascalzim 6.0.3.1; QGIS-OSGeo4W 3.26.2-1; Scilab 6.1.1; Sisvar 5.6; SumatraPDF 3.4.6-64; SWI Prolog 8.4.3-1; TurboDelphi; VisuAlg 3.0.7; VSCodeUser 1.70.2; XAMPP 8.1.6-0-VS16.
Laboratório de Informática – 1E (Antigo SI III) [392] – Bloco E	21 computadores	Anaconda3-5.3.1; Arduino 1.8.18; CodeBlocks-20.03mingw; Dev-Cpp 5.11 TDM-GCC 4.9.2; GanttProject 3.2.3240; GNU Octave 7.2.0; JabRef 5.7; Lazarus-2.2.2-fpc-3.2.2; LibreOffice 7.3.5; LTspice 17.0.35; Notepad 8.4.4; Oracle Database 10g Express Edition; Pascalzim 6.0.3.1; QGIS-OSGeo4W 3.26.2-1; Scilab 6.1.1; Sisvar 5.6; SumatraPDF 3.4.6; SWI Prolog 8.4.3-1; TurboDelphi; VisuAlg 3.0.7; VSCodeUser 1.70.2; XAMPP 8.1.6-0-VS16.
Laboratório de	20	Anaconda3-5.3.1; Arduino 1.8.18; CodeBlocks-20.03mingw; Dev-

Informática – 2A [096] – Bloco A	computadores	Cpp 5.11 TDM-GCC 4.9.2; GanttProject 3.2.3240; GNU Octave 7.2.0; JabRef 5.7; Lazarus-2.2.2-fpc-3.2.2; LibreOffice 7.3.5; LTspice 17.0.35; Notepad 8.4.4; Oracle Database 10g Express Edition; Pascalzim 6.0.3.1; QGIS-OSGeo4W 3.26.2-1; Scilab 6.1.1; Sisvar 5.6; SumatraPDF 3.4.6; SWI Prolog 8.4.3-1; TurboDelphi; VisuAlg 3.0.7; VSCodeUser 1.70.2; XAMPP 8.1.6-0-VS16.
Laboratório de Informática – 2E (Antigo SI IV) [393] – Bloco E	22 computadores	Pascalzin Versão 6.0.3.1; Visualg Versão 2.0; QGIS Google Eart; SISVAR 5.6; Notepad++; MikTex; LatexStudio; Ghost; GSView; Jabref; Anaconda; Python InkScape; SumatraPDF; Octave; LTSpice XVII (x64), 17.0.25.0; R; Rstudio; brModelo; GanttProject; Sisvar Banco de dados Oracle; Xampp; Turbo Delphi; Lazarus
Laboratório de Informática – 3E (Antigo Biblioteconomia) [408] – Bloco E	42 computadores	Anaconda3-5.3.1; Arduino 1.8.18; CodeBlocks-20.03mingw; Dev-Cpp 5.11 TDM-GCC 4.9.2; GanttProject 3.2.3240; GNU Octave 7.2.0; JabRef 5.7; Lazarus-2.2.2-fpc-3.2.2; LibreOffice 7.3.5; LTspice 17.0.35; Notepad 8.4.4; Oracle Database 10g Express Edition; Pascalzim 6.0.3.1; QGIS-OSGeo4W 3.26.2-1; Scilab 6.1.1; Sisvar 5.6; SumatraPDF 3.4.6; SWI Prolog 8.4.3-1; TurboDelphi; VisuAlg 3.0.7; VSCodeUser 1.70.2; XAMPP 8.1.6-0-VS16.
Laboratório de Informática – 4E (Antigo Contabeis) [417] – Bloco E	30 computadores	Anaconda3-5.3.1; Arduino 1.8.18; CodeBlocks-20.03mingw; Dev-Cpp 5.11 TDM-GCC 4.9.2; Dominio Contábil; GanttProject 3.2.3240; Lazarus-2.2.2-fpc-3.2.2; LibreOffice 7.3.5; Notepad 8.4.4; Oracle Database 10g Express Edition; Sisvar 5.6; SWI Prolog 8.4.3-1; VSCodeUser 1.70.2; XAMPP 8.1.6-0-VS16.

Os computadores dos laboratórios de informática gerenciados pela PROTIC são destinados, prioritariamente, ao apoio dos cursos de graduação e pós-graduação como ferramentas pedagógicas na condução de suas disciplinas.

Visando atender toda a comunidade acadêmica, os laboratórios constituem-se de uso geral atendendo diferentes disciplinas em diferentes cursos. De tal modo, considerando a necessidade comunitária e visando a organização das tarefas prestadas pela PROTIC para manter os computadores funcionais, exige-se que os laboratórios sejam antecipadamente reservados.

A reserva deve ser realizada no sistema SUAP por um servidor ativo da Universidade Federal de Rondonópolis, respeitando o prazo mínimo de 120 horas de antecedência ao uso.

A partir do sistema SUAP, o servidor requisitante encontrará informações a respeito dos laboratórios de responsabilidade da PROTIC, dias e horários disponíveis para reserva, a quantidade de equipamentos disponível e os softwares instalados nos computadores de cada laboratório. Atualmente a PROTIC gerencia os seguintes laboratórios:

A PROTIC receberá a solicitação pelo sistema SUAP e deferirá ou não o pedido. Os critérios de agendamento considerarão como prioridade os horários das aulas das turmas no SUAP e as disciplinas da estrutura curricular dos cursos.

Não serão aceitas solicitações em feriados, domingos e horários após as 23h.

Compete aos(as) usuários(as) do laboratório:

I – manter a ordem e o silêncio necessários para o desenvolvimento das atividades acadêmicas;

II – informar à Pró-Reitoria de Tecnologia da Informação e Comunicação – PROTIC através de abertura de chamado no sistema SUAP acerca de mau funcionamento de equipamento ou software, quando detectado;

III – gravar seus trabalhos em mídias próprias ou nuvem;

IV – assinar o termo de responsabilidade dos equipamentos durante o período de reserva.

A PROTIC não se responsabilizará pela integridade dos arquivos deixados nos equipamentos de uso coletivo, todos os dados serão excluídos automaticamente após o desligamento dos computadores.

É proibida a alteração de qualquer tipo de configuração dos equipamentos no laboratório, tais como: cabo de rede, cabo de vídeo, mudança do local dos computadores, instalação e remoção de softwares etc., bem como instalar e/ou executar jogos nos computadores do laboratório, acessar sites que contenham conteúdo pornográfico, redes sociais, aplicativos de mensagens instantâneas e utilizar programas que venham a prejudicar o funcionamento dos computadores e redes.

A violação de algum dos itens acima poderá resultar em suspensão de uso do laboratório e/ou pena disciplinar prevista em normas pertinentes.

12 APÊNDICE VIII – EQUIVALÊNCIA DOS FLUXOS CURRICULARES

Fluxo curricular vigente a ser progressivamente descontinuado		Fluxo curricular vigente a ser progressivamente ofertado		Aproveitamento		
componente curricular	C H	componente curricular	C H	tot al	parci al	sem aproveitament

						0
Contabilidade Social	64	Contabilidade Social	64	x		
Fundamentos de Economia	64	Introdução à Economia	64	x		
Métodos Quantitativos em Economia I	64	Matemática para Economia I	64	x		
Evolução do Pensamento Econômico	64	História do Pensamento Econômico	64	x		
Aspecto Filosófico Social	64	Sociologia	64	x		
Microeconomia I	64	Microeconomia I	64	x		
Macroeconomia I	64	Macroeconomia I	64	x		
Métodos Quantitativos em Economia II	64	Matemática para Economia II	64	x		
História Econômica Geral	64	História Econômica Geral	64	x		
Estrutura das Demonstrações Financeiras	64	Estrutura das Demonstrações Contábeis	64	x		
Microeconomia II	64	Microeconomia II	64	x		
Macroeconomia II	64	Macroeconomia II	64	x		
Estatística Econômica I	64	Probabilidade e Estatística	65	x		
Formação Econômica do Brasil	64	Formação Econômica do Brasil	64	x		
Metodologia da Pesquisa	64	Metodologia Científica	64	x		
Macroeconomia III	64	Economia Monetária	64	x		
Macroeconomia IV	32	Crescimento Econômico	64	x		
Microeconomia III	64	Economia Industrial	64	x		
Estatística Econômica II	64	Estatística Aplicada à Economia	64	x		
Economia Política	64	Economia Política	64	x		
Instituições de Direito Público e Privado	64	Introdução ao Estudo do Direito	64	x		
Economia Internacional	64	Economia Internacional	64	x		
Economia do Setor Público	64	Economia do Setor Público	64	x		
Econometria	64	Econometria I	64	x		
		Econometria II	64	x		
Economia Brasileira I	64	Economia Brasileira	64	x		
Fundamentos de Administração de Empresas	64	Fundamentos de Administração	64	x		
Desenvolvimento Econômico	64	Desenvolvimento Econômico	64	x		
Matemática Financeira	64	Matemática Financeira	64	x		
Economia Brasileira II	64	Economia Brasileira Contemporânea	64	x		
Políticas Agrícolas	64	Políticas Agrícolas	64	x		
Elaboração e Análise de Projetos	64	Elaboração e Análise de Projetos	64	x		
Trabalho de Conclusão de Curso I	12 8	Trabalho de Conclusão de Curso I	12 8	x		
Trabalho de Conclusão de Curso II	12 8	Trabalho de Conclusão de Curso II	12 8	x		
Economia Regional	32	Economia Regional	64	x		
Economia Ambiental	64	Economia Ambiental	64	x		
Economia de Mato Grosso	32	Economia de Mato Grosso	64	x		
Política e Planejamento Econômico	64	Política e Planejamento Econômico	64	x		
Conjuntura Econômica	32	Conjuntura Econômica	64	x		
Econometria de Dados em Painel	64	Econometria de Dados em Painel	64	x		
Econometria de Séries Temporais	64	Econometria de Séries Temporais	64	x		
Geografia Econômica	32	Optativa I, II, III ou IV	64	x		

Demografia Econômica	32	Optativa I, II, III ou IV	64	x		
Economia da Energia	32	Optativa I, II, III ou IV	64	x		
Economia do Trabalho	32	Optativa I, II, III ou IV	64	x		
Economia dos Transportes	32	Optativa I, II, III ou IV	64	x		
Economia e Tecnologia	32	Optativa I, II, III ou IV	64	x		
Economia e Finanças das Empresas	32	Optativa I, II, III ou IV	64	x		
Economia Institucional	64	Economia Institucional	64	x		
Gestão do Agronegócio	64	Agronegócio	64	x		
Mercado de Capitais	64	Mercado de Capitais	64	x		
LIBRAS	64	Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	64	x		
Língua Portuguesa	64	Língua Portuguesa	64	x		
Ação de Extensão I	64	Ação de Extensão I, II ou III	64	x		
Ação de Extensão II	64	Ação de Extensão I, II ou III	64	x		
Extensão I	64	Ação de Extensão I, II ou III	64	x		
Extensão II	64	Ação de Extensão I, II ou III	64	x		
Extensão III	64	Ação de Extensão I, II ou III	64	x		
Aplicações de Políticas macroeconômicas	64	Optativa I, II, III ou IV	64	x		
Macroeconomia Kaleckiana	64	Optativa I, II, III ou IV	64	x		
Macroeconomia Pós-Keynesiana	64	Macroeconomia Pós-Keynesiana	64			
Economia Latino-Americana	64	Economia Latino-Americana	64			
Teoria dos Jogos	64	Optativa I, II, III ou IV	64	x		
Políticas Públicas e Desenvolvimento I	64	Optativa I, II, III ou IV	64	x		
Políticas Públicas e Desenvolvimento II	64	Optativa I, II, III ou IV	64	x		
Tópicos em Econometria	64	Optativa I, II, III ou IV	64	x		
Tópicos em Matemática para Economistas	64	Optativa I, II, III ou IV	64	x		
Administração de Marketing I	64	Optativa I, II, III ou IV	64	x		
Administração de Marketing II	64	Optativa I, II, III ou IV	64	x		
Administração Financeira I	64	Finanças empresariais	64	x		
Administração Financeira II	64	Finanças empresariais	64	x		
Administração da Produção e Operações I	64	Optativa I, II, III ou IV	64	x		
Administração da Produção e Operações II	64	Optativa I, II, III ou IV	64	x		
Análise das Demonstrações Contábeis	64	Optativa I, II, III ou IV	64	x		
Contabilidade Avançada	64	Optativa I, II, III ou IV	64	x		
Controladoria	64	Optativa I, II, III ou IV	64	x		
Contabilidade Geral I	64	Optativa I, II, III ou IV	64	x		
Noções Básicas de Atuária	32	Optativa I, II, III ou IV	64	x		
Contabilidade Internacional	32	Optativa I, II, III ou IV	64	x		
Língua Inglesa Instrumental	64	Língua Inglesa	64	x		
Economia e Ética	32	Optativa I, II, III ou IV	64	x		
Fundamentos e Normas de Auditoria	64	Optativa I, II, III ou IV	64	x		
Atividades Complementares	120	Atividades Complementares	76			
		Educação Ambiental	64	x		
		Eletiva livre	64	x		
		Tópicos Especiais em Economia	64	x		

		Educação das Relações Étnico-Raciais	64	x		
		Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	64	x		
		Antropologia	64			X
		Introdução à Ciência de Dados	64			X
		Ciência de Dados para Economia	64			X
		Economia da América Latina	64			X
		Gestão da inovação	64			X
		Finanças empresariais	64			X
		Sistema Financeiro Internacional	64			X
		Comércio Exterior	64			X